NÚMERO 21, DEZEMBRO/2021

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS

DOSSIÊ "O MUNDO DA ANTIGUIDADE TARDIA DE PETER BROWN 50 ANOS DEPOIS"



ISSN 2237-6585

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

O MUNDO DA ANTIGUIDADE TARDIA DE PETER BROWN 50 ANOS DEPOIS

APRESENTAÇÃO DE DOSSIÊ

EVERTON GREIN
Universidade Estadual do Paraná
OTÁVIO LUIZ VIEIRA PINTO
Universidade Federal do Paraná

***

Os debates sobre o fim do mundo Antigo e o princípio da Idade Média ganharam particular atenção desde a publicação da monumental obra de Edward Gibbon (1737-1794) *The Decline and Fall of the Roman Empire* no último quarto do século XVIII. Desde então historiadores antiquistas e medievalistas colocaram em evidência as premissas acerca da paisagem representada desde a fragmentação política do Império Romano no Ocidente e suas implicações sociais até a expansão do cristianismo. No princípio do século XX emergiu entre os historiadores alemães da arte o conceito de *Spätantike* – Antiguidade Tardia –, pelo qual seus defensores argumentavam que o processo de transição fora, antes de mais, caracterizado pelo "declínio" e "queda" da civilização romana do Ocidente. Contudo, será em 1971 que a pioneira obra de Peter Brown *The world of Late Antiquity* que o conceito ganhará renovado fôlego pela pena dos historiadores da política, cultura e religiões. De acordo com essa nova perspectiva, os padrões clássicos seriam revisitados projetando, sobretudo, as linhas de um novo mundo cerzido na bacia mediterrânica sob a ótica de três civilizações: o Ocidente europeu católico, Bizâncio e o Islã, edificados pela transformação do mundo romano desde suas estruturas sociais, políticas e culturais. Tal postura histórica e historiográfica negava a perspectiva pessimista da historiografia até meados do século XX, época na qual seus prosélitos defendiam ainda a ideia de *decadência* ou *declínio*.

A proposta deste dossiê reúne estudos que refletem os debates e as discussões sobre o conceito de Antiguidade Tardia e suas múltiplas implicações na historiografia atual. O primeiro artigo do

Dossiê foi escrito por um dos mais renomados historiadores e pesquisadores que estudam, na atualidade, o mundo da Antiguidade Tardia. O Professor Bryan Ward Perkins, arqueólogo e historiador da renomada Trinity College da University of Oxford (Reino Unido), oferece em seu estudo um novo olhar sobre a clássica obra de Peter Brown escrita há meio século e que deu origem a esse Dossiê temático. Sua aguçada percepção nos faz passear pela obra, especialmente a partir das imagens escolhidas pelo Professor Brown nos primórdios dos anos 1970 que impactaram positivamente na proposta original por ele pensada, a de demonstrar que o período tardo-antigo esteve marcado pela aproximação da tradição romana clássica e helenística com as "novas" realidades trazidas tanto pelo cristianismo e suas múltiplas variações, como também pela presença dos bárbaros que ingressaram e se estabeleceram no mundo imperial romano. Ademais, a perspectiva trina comum ao âmbito do Mediterrâneo entre os séculos II e VIII, marcada pelas monarquias bárbaras herdeiras do mundo romano e estabelecidas nos territórios ocidentais, ao lado da manutenção do Império Romano nos territórios orientais em disputa direta com os Sassânidas e com as populações eslavas e o surgimento da potência representada pelo Islã, aparecem como sintomas evidentes da riqueza desse período histórico que merece um olhar mais atento por parte da historiografia.

Outro tema igualmente importante e sempre apontado pelos estudos de Peter Brown esta relacionado à questão das identidades no interior do mundo romano. Esse é o objeto aportado pelo estudo do Professor Michael Kulikowski, historiador do Departamento de História da Pennsylvania State University (Estados Unidos), especialista que estuda o mundo romano-tardio entre os séculos II e V. Nesse estudo, o Professor Kulikowski utiliza seus conhecimentos epigráficos para analisar a inscrição funerária dedicada a Murranus, de origem panônia, que viveu exatamente no período em que a *Constitutio Antoniniana* de 212, promulgada por Caracala, ampliou a cidadania romana a todos os habitantes livres do mundo imperial romano. Um estudo que envolve as mobilidades e o trânsito de indivíduos entre as áreas limítrofes e o centro do poder no mundo imperial romano, fundamental para demonstrar que naquela Antiguidade Tardia os movimentos humanos suplantavam a ideia de uma imobilidade que, de fato, deve ser superada.

Mobilidades que atingiram a todo o espaço do mundo mediterrânico na Antiguidade Tardia, incluindo a *Hispania* visigoda e a Vida dos Santos Padres de Mérida analisadas pelo estudo do Professor Roger Collins, emérito hoje vinculado a Scholl of History, Classics e Arqueology da University of Edinburgh (Escócia – Reino Unido). Discípulo de Peter Brown e de John Wallace-Hadrill, o Professor Collins revisita um tema por ele abordado nos anos 1980 e que envolve as

disputas político-religiosas entre arianos e católicos na capital da *Provincia Lusitania*, Mérida, nos finais do século VI.

Numa linha historiográfica vinculada a história política encontramos o último estudo presente nesse Dossiê, realizado pelo Professor Renan Frighetto, titular de História Antiga do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (Brasil). Especialista nos estudos sobre a Hispania visigoda dos séculos VI e VII, o Professor Frighetto lança seu olhar à mudança institucional entre o *imperium* dos romanos e os *regna* romano-bárbaros, com acento sobre o reino dos visigodos da Aquitânia (418 – 507) e o reino hispano-visigodo de Toledo (568 – 711).

Para além destes debates, esta edição conta também com uma seção dedicada à artigos de temática livre: António Rei nos apresenta aos tratados árabes de culinária escritos no "Ocidente Islâmico", deixando evidente que estes textos são importantes fontes históricas para a cultura do Mundo pré-Moderno; Luciano Vianna traz uma valiosa contribuição acerca da formação de professores de educação básica a partir de uma "descolonização" formativa centrada no caso de uma disciplina intitulada "Civilização Ibérica"; e, por fim, Paulo Drummond Braga discute a intelectualidade portuguesa da primeira metade do século XX a partir de textos e polêmicas lançados por dois descendentes de marques de Pombal: João de Saldanha Oliveira e Sousa; e João de Carvalho Daun e Lorena.

Por encerrar este número da *Diálogos Mediterrânicos* com chave de ouro, temos uma entrevista com o próprio Peter Brown, conduzida pelo organizador do dossiê, Everton Grein. Nesta, o celebrado historiador irlandês fala sobre sua trajetória de vida, sobre sua caminhada acadêmica, sua influência, sua relação com temas de pesquisa e com o próprio *métier* historiográfico. A importância de Peter Brown para a ciência histórica é inestimável, e esperamos que esta entrevista abra uma "janela" para sua carreira e sua subjetividade.

Desejamos à todas e todos uma ótima leitura!

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

THE MAKING OF THE *WORLD OF LATE ANTIQUITY*

BRYAN WARD-PERKINS
University of Oxford
Trinity College

ABSTRACT

This article explores the 'making' of The World of Late Antiquity through some interviews with people involved at the time, and through an examination of the publishers' files relating to the book, which were made available to the author by the publishing house, Thames & Hudson. In these files (which open with the commissioning of the book in 1968) there is correspondence between Peter Brown and the managing director of Thames & Hudson, the editor of the series that The World of Late Antiquity came out in, and the picture researcher for the project. As well as charting how these relationships helped form the book, the article also examines the role of Thames & Hudson's overall publishing philosophy, founded by refugees from Nazi rule, and the particular aims of the series The World of Late Antiquity was written for, T&H's 'Library of European Civilization'.

KEY WORDS: THAMES & HUDSON; BOOK PRODUCTION; ROLE OF EDITORS; PICTURE RESEARCH.

RESUMO

Este artigo explora a 'construção' de The World of Late Antiquity por meio de algumas entrevistas com pessoas envolvidas na época e por meio de um exame dos arquivos dos editores relativos ao livro, que foram disponibilizados ao autor pela editora Thames & Hudson. Nestes arquivos (que abrem com a encomenda do livro em 1968), há correspondências entre Peter Brown e o diretor da Thames & Hudson, o editor da série que publicou The World of Late Antiquity e o pesquisador de imagens para o projeto. Além de mapear como essas relações ajudaram a formar o livro, o artigo também examina o papel da filosofia editorial geral da Thames & Hudson, fundada por refugiados do regime nazista, e os objetivos particulares da série The World of Late Antiquity foi escrita para T & H's 'Biblioteca da Civilização Europeia'.

PALAVRAS-CHAVE: THAMES & HUDSON, PRODUÇÃO DE LIVRO, PAPEL DOS EDITORES, PESQUISA DE IMAGENS

The intellectual antecedents and the bold vision of *The World of Late Antiquity* have been explored on many occasions, and rightly so, since this was the book, more than any other, thatrolled the 'later Roman Empire', the 'post-Roman West', 'early Byzantium', and the 'rise of Islam' into a single new period, 'Late Antiquity', while expanding our vision of this world eastwards to embrace everything from Iberia to Iran, and forwards in time into the seventh century and beyond. When I was asked if I wished to contribute to the present volume, I was delighted to accept, because I believe that, despite the extensive and justified coverage of the book's intellectual ambitions, one aspect of *The World of Late Antiquity* has not so far received its full due: its physical presence as an attractively designed book, which from its arresting cover and frontispiece onwards (Figs. 1 and 2) uses images to draw one into the text, and in which the pictures, and the way they are grouped and described, play an integral part in the overall success of the argument.[1]

To explore this aspect, it was immediately evident that I needed to understand the series in which *The World of Late Antiquity* appeared – Thames & Hudson's 'Library of European Civilization'– and, in doing this, I rapidly learned that I also needed to understand the broad philosophy of T&H as a publishing house. In this quest, I was fortunate enough to be helped by Thomas Neurath, son of Thames & Hudson's founder, Walter Neurath, and managing director of this family firm from Walter's death in 1967 until 2005.[2] Thomas was happy to talk to me on Zoom, and – crucially – ensured that three T&H files of correspondence, that store(in impeccable chronological order) much of the correspondence generated in the production of *The World of Late Antiquity*, were recovered from remote storage, and made available for me to consult at the current T&H offices in High Holborn, London.[3] Working through these files, and in my exchanges with Peter Brown, Thomas Neurath and others, I was made very aware of something that is obvious to publishers, but

[1] There has been praise for the images in *The World of Late Antiquity*: for instance, in a debate about the book on its twenty-fifth anniversary, published in *Symbolae Osloenses*72 (1997) – see in particular p. 31 (Bowersock), p. 44 (Fowden), and pp. 57-8 (Rouselle). There is now also an impressively erudite and useful discussion of Peter Brown's use of Art History, of which I was unaware until very recently: Giardina, A., "'Tutto il vigore ène gliocchi'. Peter Brown e la nascita della New Late Antiquity", in Ando, C. and Formisano, M. (eds.), *The New Late Antiquity. A Gallery of Intellectual Portraits*, Heidelberg: Universtätsverlag Winter, 2021, pp. 183-235, at pp. 202-19.

[2] I am also very grateful to my near-neighbour and friend, Colin Ridler, who suggested I contact Thomas Neurath, and put me in contact with him; to Georgina Bruckner, the picture researcher for *The World of Late Antiquity*, who very kindly met me to discuss her work on it and to explain the wider processes of picture-research; to Emma Rehm, who oversaw my work in High Holborn and subsequently in filled a gap in my reading; and to Peter Brown himself, who answered a number of email queries from me. Finally, I would also like to thank Everton Grein for giving me an excuse to do some very pleasurable research, and for his courtesy and efficiency in steering my efforts.

[3] Of the three files I consulted: one relates specifically to the selection, assembling and captioning of the pictures for the book (many of the letters being to or from Georgina Bruckner); one contains general and editorial correspondence to and from Peter Brown, from the commissioning of the work in May/June 1968 until August 1974; and a third, which is less relevant, contains subsequent correspondence, relating primarily to the rights for translated editions. Peter Brown's letters are handwritten; the T&H correspondence consists of typed carbon-copied 'flimsies', very familiar to those of us who are of a certain age.

not always acknowledged by authors, and not necessarily appreciated by readers: that the creation of a good book is not an abstract intellectual exercise on the part of the author, but also requires much skill, imagination, and hard graft by a number of people behind the scenes, and much collaboration between these and the author. The 'making' in the title of this essay, relates to these behind-the-scenes activities, with particular regard to the book's illustration, but also more generally.

To understand the role of images in *The World of Late Antiquity* we need to go back to the foundation of Thames & Hudson in 1949 by Walter Neurath, with his future wife, Eva, and others. Both Walter and Eva had come to London shortly before the War as refugees from the Nazis, Walter from Vienna and Eva from Berlin. Walter worked in London first with a fellow Jewish-Viennese émigré, Wolfgang Foges, in a firm they created called Adprint that commissioned and designed books for different publishers. Foges and Neurath brought ideas and skills that were much more advanced in Vienna than in contemporary Britain, and pioneered the commissioning and design of stylish but inexpensive books that combined and integrated text and illustration: in particular the 'Britain in Pictures' series for Collins, which ran from 1941 to 1949 (originally very much as part of a morale-boosting war effort), and the immensely successful 'King Penguins' series for Penguin Books, which ran from 1939 to 1959.[4] As many readers will know, both these series have become collectors' items.

From its inception in 1949, Thames & Hudson, continued the tradition, begun by Adprint, of producing attractive but comparatively inexpensive books, with illustrations as a central feature. A characteristic and highly-successful series, launched in 1958, is 'The World of Art', that is still going strong, with over 300 titles published so far: in each volume a generous number of black-and-white and colour illustrations appear, not corralled into 'plates' sections, but fully integrated with, and breaking up, the text (Fig. 3). The reader can flick through the illustrations, and, if they so wish, dip into the related, and immediately contiguous, text; or they can read the text and at once see the images that illustrate and enhance it. Essential for this full integration of text and images to work was an innovative and adventurous firm of printers, capable of dropping good-quality photographs, including some in colour, into the text: in Jarrolds of Norwich, Walter Neurath and Thames &Hudson found just such a printer. John Jarrold was an investor in T&H and on its board from the very beginning, and the subsequent success of series like 'The World of Art' and 'Library of European Civilization' was heavily dependent on his firm.

[4] There is at the time of writing (September 2021), an excellent and very full Wikipedia article for Walter Neurath, on which I am heavily dependent. There is also a useful book by Anna Nyburg, focused primarily on the origins of Phaidon, but also covering Thames & Hudson: *Émigrés: the transformation of art publishing in Britain*, London: Phaidon 2014.

The central focus of Thames & Hudson publications was, and remains, all branches of visual culture: art, architecture, fashion, photography, design, etc. But the firm also embraced any topic for which a strong visual element was either essential, or could be very useful, as in its influential and successful 'Ancient Peoples and Places' series which was launched in 1957, and eventually ran to 112 titles. The main focus of the series were peoples known primarily through archaeology, and hence through the objects they used and the art-works they created; but it also took on 'historical' peoples, known principally through texts, with, for instance, in 1962 a volume on 'The Byzantines' by David Talbot Rice. Thames & Hudson readily embraced 'History', but when it did so it always gave it a strong visual slant.

Earlier ventures into publishing History were then consolidated and expanded through the launch of the series in which *The World of Late Antiquity* was to appear: 'The Library of European Civilization', under the 'general' (i.e. academic) editorship of Geoffrey Barraclough, which opened in 1965 with the publication of Hugh Trevor-Roper's *The Rise of Christian Europe*. The books in this series are identical in size, and very similar in appearance, to those of Thames& Hudson's core series, 'The World of Art'. Although, unsurprisingly, they contain somewhat fewer illustrations, pictures are present throughout, in both colour and black-and-white, and are fully integrated into the text (compare Figs. 3 and 4). There must somewhere be a written record of how 'The Library of European Civilization' came about, and of the thinking behind it; but I have been unable to pin this down with confidence. Thomas Neurath thinks the series might have originated in a suggestion by William ('Bill') Rogers, who worked for a time as a commissioning editor for Thames & Hudson, before going on to a political career (most famously as a founder member of the short-lived SDP or Social Democratic Party); Rogers knew Walter Neurath, not only through work, but also as a fellow member of the left-leaning Fabian Society.[5]

The World of Late Antiquity therefore joined a series with the characteristic format of a Thames & Hudson book, with numerous pictures integral to the text. The invitation to Peter Brown to contribute to the series came in a letter of 30 May 1968 from Thomas Neurath, who, stating that he was writing at the suggestion of Geoffrey Barraclough, asked if Peter would contribute a book on 'The World of Late Antiquity'.[6] The question of how the selection of illustrations would be made,

[5] I wrote to Bill (now Lord) Rogers at his House of Lords address to obtain his recollections of the origins of the series, but did not get a reply. As he is now aged 93, it didn't feel right to press my enquiry any further.

[6] Peter Brown tells me that Barraclough's identification of him as a possible author in the series may well have been at the suggestion of Hugh Trevor-Roper (Oxford's Regius Professor of History), Peter being at the time a Fellow of Oxford's All Souls College. Having identified Peter as a potential author, Geoffrey Barraclough disappears from the story; but I am told that this is not unusual for the 'general editor' of a series. In Thomas Neurath's letter of invitation, the book is

and how they could most effectively be integrated with the text, is one that Peter Brown immediately raised in his letter of reply:

> 'I have always appreciated your illustrations. Would this be handled by your own staff? Or would I have a hand in choosing them? (I neither want all the work of assembling illustrations; but I would like to feel that I know enough about the illustrations you provide, to fit my text to them).'[7]

At this stage, it would seem that Peter Brown thought that the choice of pictures would be determined primarily by the publisher, but Thomas Neurath, in his reply, concisely set out T&H policy, that gave (and I presume still gives) authors considerable agency, if that is what they desire, and always required close co-operation between author and picture researcher:

> 'The actual assembling of the photographs from which our printers will make their reproductions is undertaken by our Picture Research staff, but they would most definitely want to be guided by you, and instructed what to look for. They are used to working from lists provided by authors, which are sometimes most detailed, and sometimes more fragmentary; in that case they are supplemented by our own staff, but we do like the additional material to be checked and approved by the author, for we look upon the illustrations as documents that have a function and by no means as mere decorations. We would work closely together with you in either event.'[8]

In this opening correspondence there is a detail about the general character of the book that struck me forcefully: that Peter Brown already knew what he wanted to achieve with his text. On 12 July 1968, just six weeks after the initial correspondence, he wrote to Thomas Neurath, enclosing a synopsis and a 'possible Preface', in order to give him an idea of the scope and purpose of the book. Sadly, this synopsis and draft Preface are not in the file (and, unsurprisingly, nor have they survived amongst Peter's own papers), but from the covering letter, where Peter explains the likely length of the book, it is clear that *The World of Late Antiquity* already existed in his mind in its essential revolutionary outlines: 'As you see, I feel that a survey that fully links the Late Antique World together, as a whole – and, so, that draws together the classicist, the medievalist and the orientalist – would need about 50,000 words in all.'[9] Classical Antiquity, the Early Middle Ages, and Persia and Islam were to be linked within one book and within a new periodisation.

already entitled 'The World of Late Antiquity'; in subsequent correspondence, Peter Brown refers to it as 'The Late Antique World', before settling back on the (considerably better) original title.

[7] Letter from All Souls, 2 June 1968.

[8] Thomas Neurath to Peter Brown, 3 June 1968.

[9] In correspondence with me, Peter confirms that he knew from the start what he wanted to achieve – but, memory being what it is, it is nice to have this confirmed by a contemporary document.

At this point in the story, Thomas Neurath passed the book over to Stanley Baron, the in-house editor of 'The Library of European Civilization' series, and the correspondence in the file that follows is almost all to and from him.[10] When I undertook to research the 'making' of *The World of Late Antiquity*, my interest, as explained above, was in it as an illustrated book, but reading this correspondence, I came to appreciate that behind a good book there is very often a good editor. Working with Peter Brown, who is such a consummate historian and such a master of prose, Stanley Baron never needed to intervene in a substantive way, but he performed that other essential function of an editor, of being ever present to answer questions and ever encouraging. I was also very struck by his attention to detail: in a letter to Peter Brown of 18 May 1970, he tells Peter that he has been checking some of *The World of Late Antiquity*'s bibliographical references in the library of the British Museum. There are two delightful exchanges in the correspondence, that illustrate both this attention to detail, and the rapport between author and editor. In the first, Stanley Baron points out, and very politely corrects, Peter Brown's orthography of *trompe l'oeil*, which the latter had 'corrected' in proof back to the erroneous *trompe d'oeil*; in the second, equally politely, and with a characteristic flourish, Peter puts his editor right on the question of whether Ambrose of Milan ever wrote hymns: 'Ambrose wrote some beautiful hymns, "O come all ye faithful …" being an organ-grinder's version of one [of] his best and (at the time) most subtly polemical …'.[11]

The interests of authors and their publishers do not necessarily always coincide, and authors rarely work to an ideal professional schedule, but in the correspondence between Peter Brown and Stanley Baron, I detected only one brief moment of editorial irritation. At a very late stage in production, when everything was at an advanced proof-stage, Stanley Baron writes to Peter Brown accepting some small changes to the chronological tables at the back of *The World of Late Antiquity*: 'I see that you have in some cases had some second thoughts. Too bad, of course, because this means additional expenses. Still I must take your word for it that these are essential changes.'[12]This hardly represents a major falling-out, and the overall impression one gets from the correspondence is of a very happy relationship. After *The World of Late Antiquity* was published, Stanley Baron payed it, and the process of working on it, an invaluable (because unsolicited) compliment in a letter to the author Marghanita Laski, then beginning work on a book for Thames & Hudson:

[10] Stanley Baron was evidently a remarkable man, as I learned from Thomas Neurath and from snippets (but no coherent account) foundon the internet: as well as being a superb editor, he was a translator and an author of fiction and non-fiction (some of it published by Thames & Hudson), and a highly accomplished musician.

[11] Correspondence of 11-14 June 1970 (*trompe l'oeil*), and of 26-29 August 1970 (Ambrose and hymns).

[12] Stanley Baron to Peter Brown, 16 November 1970.

> 'The book I am having sent you by separate post is called The World of Late Antiquity and is by Peter Brown, one of the young fellows of All Souls and the author of a marvellous biography on St Augustine. There are few manuscripts that give one active pleasure, when one deals with so many year after year. This is one of the few that did.'

From a hardened and somewhat world-weary editor, this is a compliment indeed.[13]

There is in the correspondence on file an interesting detail regarding the title under which *The World of Late Antiquity* was to emerge: until a very late stage, it lacked the sub-title it now bears 'From Marcus Aurelius to Muhammad'. On 21 September 1970 Stanley Baron wrote to Thomas Williamson of Harcourt Brace Jovanovich (who were publishing the book in the States), with a sense of urgency, because the book jacket and title page were 'already in motion' (as he put it):

> 'I have had a sudden afterthought from Peter Brown who wonders if he should not have a subtitle. His feeling is that the inexperienced reader might not understand the full spread of what he is writing about, and so he suggests 'From Marcus Aurelius to Muhammad'.'

In their reply, the American publishers expressed their preference for two dates, presumably because they doubted that 'From Marcus Aurelius to Muhammad' would greatly enlighten the inexperienced reader, but Peter Brown, supported by Stanley Baron, resisted this, and the subtitle stuck. Although this is a detail, it is worth noting that this subtitle pitches 'Late Antiquity' somewhat earlier than the space it came to occupy over subsequent decades: Marcus Aurelius reigned from 161 to 180, and Muhammad died in 632.

Stanley Baron also hoped, in the years that followed the publication of *The World of Late Antiquity*, to tempt Peter Brown back into the Thames & Hudson fold, though this never actually happened. On 7 March 1978, having noticed that Peter had given a talk in a seminar on the Crusades, he wrote to him wondering whether this might be worked up into a book. On 15 March Peter wrote back, explaining that his presence at this seminar had been very peripheral to his area of expertise, while, in a splendidly Brownian image, complimenting Stanley Baron on his awareness of what was going on in the field: 'You have a hawk's eye for the motion of field mice in the historical undergrowth'.

As well as in his editor, Peter was also blessed in the picture researcher who worked on *The World of Late Antiquity*: Georgina Bruckner, a highly-experienced operator, able to magic

[13] Stanley Baron to Marghanita Laski, 11 March 1971. This was a fortunate find, since I suspect this letter should have been filed with the correspondence relating to Laski's *George Eliot and Her World* (Thames & Hudson 1973).

photographs up from the most arcane sources and find striking images to fill any gaps.[14] But Thames & Hudson was also very fortunate in its author, because, having discovered that he could play the major role in selecting the illustrations, it is evident from the correspondence that Peter Brown threw himself into the task with enthusiasm. In July 1969, having drafted the majority of his text, he writes to Stanley Baron, hoping to be able to meet the as-yet-unidentified picture researcher for his book, so 'we could get an idea of what we want, together'; in mid-September he reports that he is 'settling down to arranging the illustrations of the book on the Late Antique World'; and at the end of the same month he sends the text of the book to Georgina Bruckner, saying that 'I look forward very much to collaborating with you, for what I very much wish for is a visually stimulating book.'[15]Unsurprisingly, there is no record in the files of what precisely Peter Brown's personal picture research entailed; but he tells me that it involved much work on the open shelves of Oxford's Ashmolean Museum Library.[16]On 11 October 1969, he was able to send Georgina Bruckner a full and detailed list of suggested images, identifying them with precision, and specifying where in his text he felt they ought to fall:

> 'I enclose my list of suggestions.
>
> I have given the rough captions, and referred to the relevant pages of the text: I have also given the place [i.e. the book or article] where I saw them well-reproduced – hence the references and bibliography at the foot of each item.'

Sadly, this initial list of suggested illustrations does not survive, but it is clear from Peter Brown's testimony to me, and from the Thames & Hudson files, that it was very close to what eventually appeared in *The World of Late Antiquity*. Looking at the images in the book, one has to admire the selection. There are of course some familiar friends, like the porphyry tetrarch outside San Marco in Venice (on p. 23), and Justinian and Theodora in San Vitale of Ravenna (p. 151); but there are also many pictures that would have been known only to specialists, but which make important points more effectively than any words. A favourite of mine are the frescoes on pages 28-29, from the tomb of an imperial official in modern-day Bulgaria (Fig. 4). These were very little known, and Peter had to supply Georgina Bruckner with the publication in which he had found them; but they

[14]This I know from my own experience: Georgina Bruckner was the picture researcher for a volume edited by John Julius Norwich, to which I contributed a chapter: *The Italian World*, Thames & Hudson 1983. I remember arguing (successfully) for the inclusion of a photograph that she didn't think would be very effective; then realising, on seeing the finished volume, that she had been right all along. Like others at T&H, Georgina came to Britain as a refugee from central Europe, in her case from 1956 Hungary. Her importance to the success of *The World of Late Antiquity* is acknowledged (alone of the Thames & Hudson staff who worked on it) by her being credited for the picture research on the back of the title-page.

[15] Two letters to Stanley Baron, 5 July 1969 and 15 September 1969; and one to Georgina Bruckner, 29 September 1969.

[16] Now rebuilt (on more-or-less the same site), and renamed the 'Sackler Library'.

capture perfectly, and with a gentle touch of humour, the pride of 'The new Roman', being brought not only his official cloak and belt of imperial office, but also his trousers.[17]Additionally, within the book there are some small, but striking and effective 'picture essays' in which images speak to each other, making up a whole that is greater than its constituent parts. My favourite is 'The Provincials' on page 15 (Fig. 5); each image on its own would not say very much, but grouped together – one from Syria, one from Egypt and one from the Rhineland – they remind us both of the scale of the empire, and that it was inhabited by people with pride in their local setting, even though they have long been forgotten. Peter Brown fully embraced the Thames & Hudson dictum, as expressed in Thomas Neurath's early letter to him, that illustrations should serve as 'documents' and not as 'mere decorations',[18] and his work earned the praise of Georgina Bruckner who, on 23 January 1970, wrote to him the following: 'As to the illustrations, I have by now ordered most of the items on your list and I am, by the way, full of admiration for the way these are integrated in the text.'[19]

Having obtained this mass of diverse images, and the permissions that were needed to reproduce them, in May 1970Georgina Bruckner invited Peter Brown and his wife Friedl to her flat near the then offices of Thames & Hudson, there not being room in the latter to lay them out properly and discuss them.[20]While the large majority of the pictures was evidently already determined and sourced, some gaps revealed themselves, which over the subsequent months Georgina Bruckner filled, often with pertinent images from somewhat later periods (their dating is always stated in the captions). For instance, the final chapter, 'Muhammad and the rise of Islam', clearly looked a little bald when set alongside the other chapters and their images, so Georgina hunted out an 8th/9th-century Qu'ran in the Metropolitan Museum and a 10th-century drawing of an Arab horseman in the National Library

[17] Letter of 11 May 1970 from Peter Brown to Georgina Bruckner regarding the tracking down of these images. The publication in which Peter had found them, that is referred to in the correspondence, must be Antonio Frova's *Pitturaromana in Bulgaria*, Rome 1943, which was in the Ashmolean Library, but, as a war-time Italian publication, was very scarce.

[18] See the full text quoted at Note 8 above.

[19] The illustrations have survived the test of time remarkably well, though Hjalmar Torp, in his contribution to the *Symbolae Osloenses* debate (at pp. 59-61), did correctly identify a few errors and elisions in the captions, and complained – rather unfairly, given the un foot noted light touch of the book – at Peter Brown's use of images abstracted from their art-historical context. Looking through the 130 figures and their captions, only one further clear error stood out for me: Dogmatius (of p. 76, Fig. 54) was not a 'philosopher' but an imperial official of equestrian rank. There is also one detail regarding the illustrations that is undeniably frustrating and which probably added to Torp's irritation: unlike all the other Thames & Hudson books I sampled, including seven in the 'Library of European Civilization', *The World of Late Antiquity*, has no full listing of its illustrations at the back of the volume. This omission must have been a T&H decision, presumably because it was thought that Peter Brown's captions were full enough to make a listing unnecessary. However, its absence makes it impossible to fully understand and identify some of the images. For instance, if one wants to know more about the Arab horseman of Figure 6, one can discover from a dense list of 'Acknowledgements' on p. 213 that he is in the Austrian National Library (though only if one's eyesight and patience are up to the task); but no manuscript number and no details on the manuscript are provided.

[20] Letter of 5 May 1970 from Georgina Bruckner to Peter Brown.

of Austria, sending them to Peter on 23 June for his approval and suggesting where they might be placed – the Arab horseman as a frontispiece to the final section of the book, on the Arab Islamic conquerors. On 26 June, Peter wrote back enthusiastically, praising the choice of images and stating that 'the horseman will make a marvellous frontispiece to part III The New Participants… .' This is indeed where we find him in The World of Late Antiquity (Fig. 6), and he also features on the cover (Fig. 1). In an undated letter, clearly written after the publication of the book, Peter Brown wrote to Georgina Bruckner to say 'how impressed we were with the verve and sensitivity with which you handled the illustrations.'

We have now met most of the people involved in the preparation of The World of Late Antiquity: the managing director of Thames & Hudson, the in-house editor of the 'Library of European Civilization', the Picture Researcher for the book, and of course the author himself. In the subsequent stages of production new characters take over the correspondence: Jean Ellsmore, who oversaw the type-setting and printing on behalf of Thames & Hudson, and, of course, the printers, Jarrolds of Norfolk. And at this point some very technical language enters the files: some of it familiar or at least readily comprehensible ('proofs' and 'paste-ups'), other more difficult ('X prints' and 'ozalids'). But there is one person missing from the story whom I have been unable to trace: identifying the desired illustrations (by Peter Brown, with Georgina Bruckner's help) and obtaining the photographs and permissions (by Georgina Bruckner) are crucial. But the images also needed a designer to set them out on the page, and this is beautifully done in *The World of Late Antiquity*: note how the family in the frontispiece (Fig. 2) challenge us, but in a friendly way; how in Fig. 4 the four pictures straddle the two pages; and how, in Fig. 6, what is probably a tiny image carries us into Part III, with a strong sense of menace and change. Unfortunately, while we can appreciate their work, there is no record in the files of who the designer was.[21]

In November 1970, Thames & Hudson instructed Jarrolds on the print-run – 3,000 hardback and 7,000 paperback copies for themselves in Britain; 2,500 hardback and 12,500 paperback copies for Harcourt Brace Jovanovich in the USA – and early in 1971 the making was over and *The World of Late Antiquity* appeared. I close this article with the words of Peter Brown, in a letter to Stanley Brown of 30 November 1970, just after he had seen the book in final proofs:

> 'I must say that I am really impressed by both the printing and by the really inspired placing of the illustrations. As you know, this sort of book had long tempted me, as

[21] Constance Neurath (now Kaine), daughter of Walter and sister of Thomas, who worked as a designer at T&H, thinks (on the basis of its style) that the design for *The World of Late Antiquity* was probably done by Ruth Rosenberg, yet another refugee from central Europe, in her case from Nazi Berlin. My reading of the files was not exhaustive, so I may have missed a crucial clue.

> the best way to get across Late Antiquity: and I am delighted at the way it has come up to beyond my first hopes. What I now know is how much skilled and hard work goes into it on your publication side – and I am all the more grateful and impressed.'

Having read the Thames &Hudson files, I would echo Peter's last sentence, while also adding that I was equally impressed by the hard graft and skill put into the process by the author.

FIGURE 1. COVER OF THE HARD-BACK FIRST EDITION OF *THE WORLD OF LATE ANTIQUITY*.

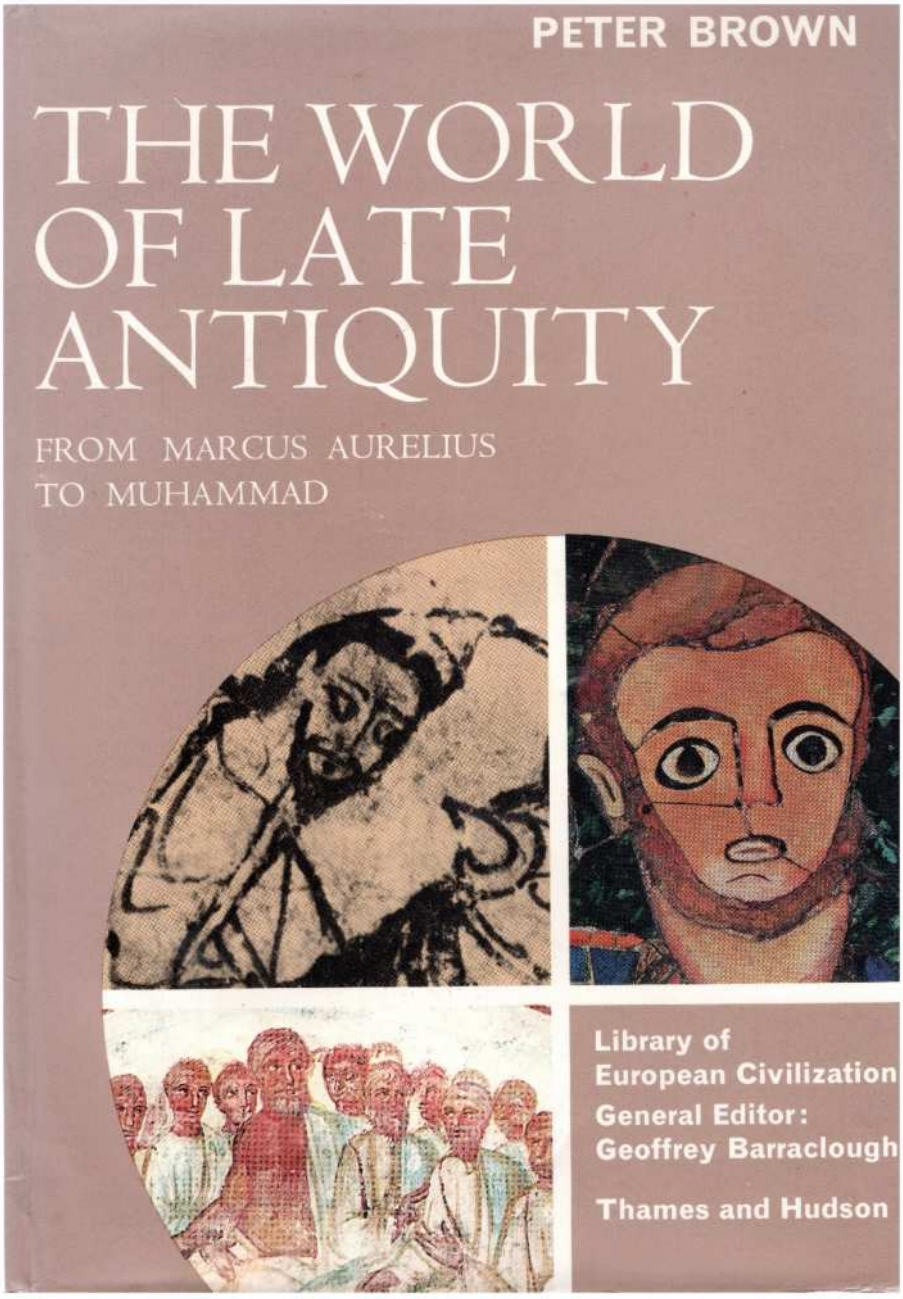


FIGURE 2. THE FRONTISPIECE. ON THE LEFT A DETAIL FROM THE 'CROSS OF DESIDERIUS' IN BRESCIA.

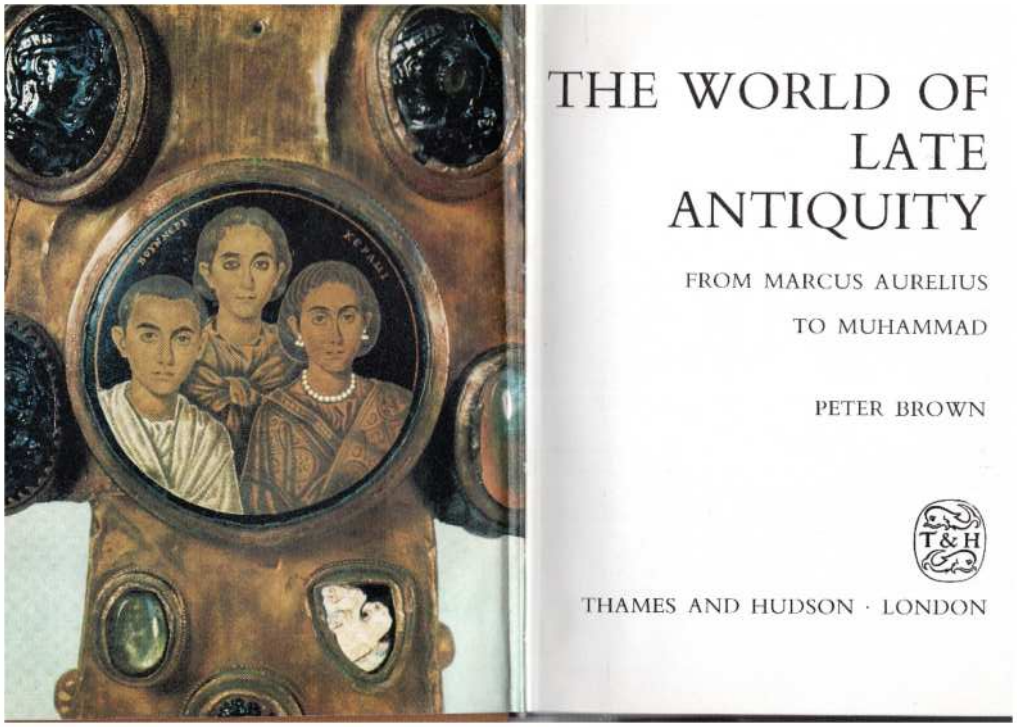


FIGURE 3. AN OPENING FROM A BOOK IN T&H'S 'THE WORLD OF ART LIBRARY': MARTINDALE, A., *GOTHIC ART*, 1967, PP. 250-1.

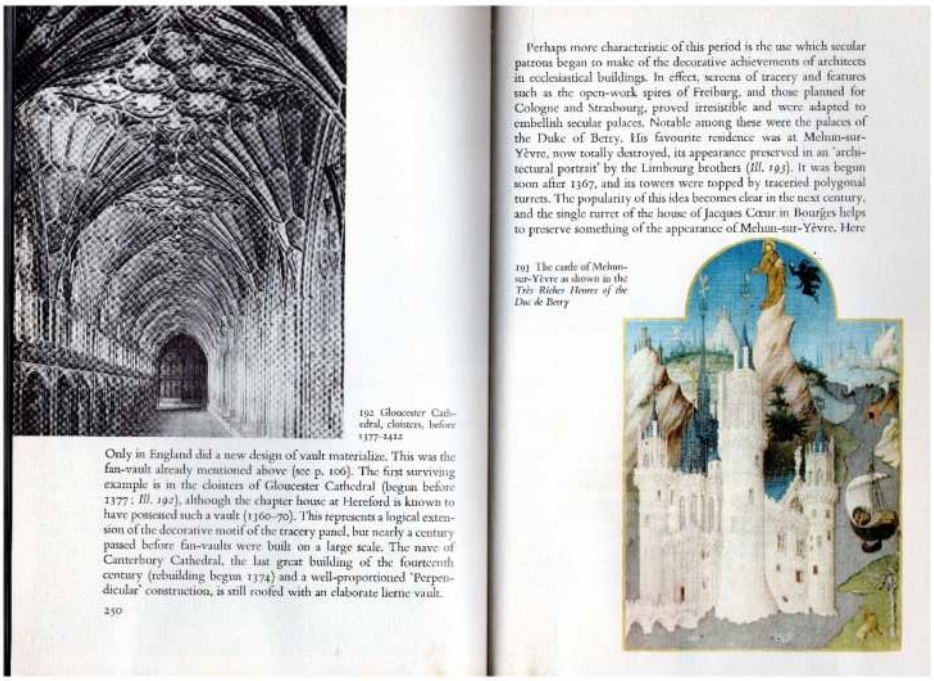
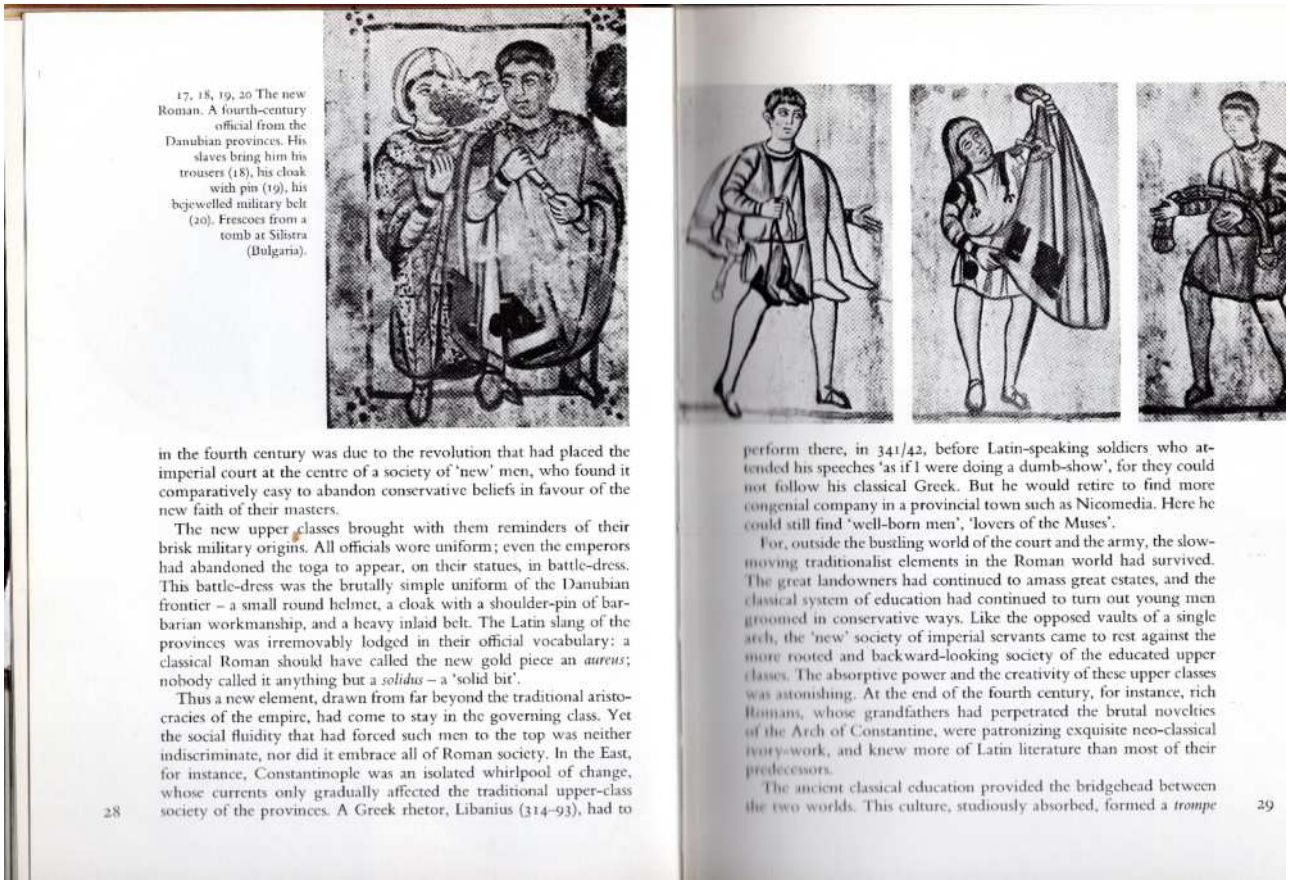


FIGURE 4. AN OPENING IN *THE WORLD OF LATE ANTIQUITY*: FRESCOES FROM A TOMB AT SILISTRA (BULGARIA).



17, 18, 19, 20 The new Roman. A fourth-century official from the Danubian provinces. His slaves bring him his trousers (18), his cloak with pin (19), his bejewelled military belt (20). Frescoes from a tomb at Silistra (Bulgaria).

in the fourth century was due to the revolution that had placed the imperial court at the centre of a society of 'new' men, who found it comparatively easy to abandon conservative beliefs in favour of the new faith of their masters.

The new upper classes brought with them reminders of their brisk military origins. All officials wore uniform; even the emperors had abandoned the toga to appear, on their statues, in battle-dress. This battle-dress was the brutally simple uniform of the Danubian frontier – a small round helmet, a cloak with a shoulder-pin of barbarian workmanship, and a heavy inlaid belt. The Latin slang of the provinces was irremovably lodged in their official vocabulary: a classical Roman should have called the new gold piece an *aureus*; nobody called it anything but a *solidus* – a 'solid bit'.

Thus a new element, drawn from far beyond the traditional aristocracies of the empire, had come to stay in the governing class. Yet the social fluidity that had forced such men to the top was neither indiscriminate, nor did it embrace all of Roman society. In the East, for instance, Constantinople was an isolated whirlpool of change, whose currents only gradually affected the traditional upper-class society of the provinces. A Greek rhetor, Libanius (314–93), had to

28

perform there, in 341/42, before Latin-speaking soldiers who attended his speeches 'as if I were doing a dumb-show', for they could not follow his classical Greek. But he would retire to find more congenial company in a provincial town such as Nicomedia. Here he could still find 'well-born men', 'lovers of the Muses'.

For, outside the bustling world of the court and the army, the slow-moving traditionalist elements in the Roman world had survived. The great landowners had continued to amass great estates, and the classical system of education had continued to turn out young men groomed in conservative ways. Like the opposed vaults of a single arch, the 'new' society of imperial servants came to rest against the more rooted and backward-looking society of the educated upper classes. The absorptive power and the creativity of these upper classes was astonishing. At the end of the fourth century, for instance, rich Romans, whose grandfathers had perpetrated the brutal novelties of the Arch of Constantine, were patronizing exquisite neo-classical ivory-work, and knew more of Latin literature than most of their predecessors.

The ancient classical education provided the bridgehead between the two worlds. This culture, studiously absorbed, formed a *trompe*

29

FIGURE 5. 'THE PROVINCIALS': *THE WORLD OF LATE ANTIQUITY*, P. 15, FIGS. 7-9.

THE PROVINCIALS

7 (*below*) The rich Syrian. His long Greek and Roman name – Marcus Julius Maximus Aristides – is accompanied by a long inscription in Aramaic, and the sculptor has shown him in the local style which anticipates Byzantine portraits. Second–third century AD.

8 (*right*) An Egyptian. Coptic tombstone from Shech-Abade, Egypt, fourth century AD.





9 Farmers from the Rhineland. The short woollen tunic and hood of the lower classes in the West continued unchanged into medieval times, and has survived as the monk's robe and cowl. Second-century tombstone.



FIGURE 6. THE OPENING OF 'PART III. THE NEW PARTICIPANTS' IN *THE WORLD OF LATE ANTIQUITY*.



III THE NEW PARTICIPANTS

XV MUHAMMAD AND THE RISE OF ISLAM, 610–632

Eight hundred miles to the south of the Byzantine frontier, in Mecca, a town of the Hijaz, a man reaching middle age after a mediocre career as a merchant had taken to wandering disconsolately among the grim hill-tops outside the town. In 610, this man, Muhammad, began to see visions. He recited these in verse form to make up his *Qur'an*, his 'recitation'. On the strength of these experiences, he grouped a community round himself – the *'Umma*, the 'people of Allah'. Within twenty years, Muhammad and his *'Umma* were established as the rulers of Mecca and the neighbouring Medina, and as the dominant party in the Arabian peninsula.

The preaching of Muhammad and the consequent rise of a new religious grouping of the Arab world – the religion of Islam – was the last, most rapid crisis in the religious history of the Late Antique period.

We know just enough about the Hijaz in the early seventh century to see how this sudden detonation fitted into the culture of the Near East. The inhabitants of Mecca and Medina were far from being primitive Bedum. The towns had grown rapidly through trade and were supported by settled agriculture. They were ruled by oligarchies, who had suddenly found themselves the merchant-princes of the seventh-century Near East. As we have seen, the caravans of the Meccan merchant-adventurers had come to permeate Byzantium and Persia: Muhammad himself had once made the trek to Syria. The wives of these men performed their toilet like Persian ladies, before polished bronze mirrors imported from China. In Medina, Jewish settlements linked the Arabs to the religious life of Jerusalem and Nisibis. To the south, in the more sophisticated Yemen, the imperialism of the negus of Ethiopia had brought a sub-Coptic style of Christianity to within two hundred miles of Mecca. Even the *Ka'aba* itself was rebuilt, in about 600, on the model of an Ethiopian church; it may have included icons of the Virgin in its decoration.

189

127 Arab horseman in a tenth-century pen drawing.

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

MURRANUS THE PANNONIAN AND THE SORROWS OF THE IMMIGRANT[1]

MICHAEL KULIKOWSKI[2]
Pennsylvania State University
Edwin Erle Sparks Professor of History and Classics

ABSTRACT

This paper examines the third-century funerary inscription of Murranus the Pannonian (CIL IX 7164) as evidence for the transformation of identities within the Roman provinces in the period on either side of Caracalla's Constitutio Antoniniana. It argues that Murranus was the son of a Pannonian drafted directly into Legio II Parthica who grew up at Alba and eventually settled near Corfinium in what is now the Abruzzo.

KEYWORDS: EPIGRAPHY; PANNONIA; MIGRATION; ROMAN CITIZENSHIP; LEGIO II PARTHICA.

RESUMO

Este artigo examina uma inscrição funerária do século III de Murranus, o Panoniano (CIL IX 7164) como evidência para a transformação de identidades dentro das províncias romanas no período em ambos os lados da Constitutio Antoniniana de Caracalla. Argumenta-se que Murranus era filho de um panoniano recrutado diretamente para a Legio II Parthica que cresceu em Alba e acabou se estabelecendo perto de Corfínio, onde hoje é Abruzzo.

PALAVRAS-CHAVE: EPIGRAFIA; PANONIA; MIGRAÇÃO; CIDADANIA ROMANA; LEGIO II PARTHICA.

[1] I have presented papers on the subject of Murranus and his funerary inscription in many places, among them the University of North Carolina—Chapel Hill, Duke University, and the University of Edinburgh. I learned a great deal from the audiences there and elsewhere, and my particular thanks, for advice and inspiration, are owed to Tolly Boatwright, Richard Burgess, Laurent Cases, Lucy Grig, Gavin Kelly, and Richard Talbert.

[2] Michael Kulikowski is Edwin Erle Sparks Professor of History and Classics at the Pennsylvania State University. He is the author of numerous books and articles, including most recently Imperial Triumph (2016) and Imperial Tragedy (2019).

The Paeligni once lived in central Italy, east of Rome beyond Alba Fucens, in what is now a rather remote part of the Abruzzo. Deep in the central Apennines, north of Samnium and just on the Adriatic side of the Tyrrhenian-Adriatic watershed, the Paelignian heartland lay between parallel high mountain chains broken into three smaller regions by lower dorsal ridges, between which lay the main centers of population.3 The Paeligni feature in early Latin sources alongside the Marrucini, the Marsi, the Vestini and other speakers of Oscan or Sabellian languages – "hardy, independent and martial peoples," as Syme called them – and Paelignian resisted encroachment from Latin longer than did neighbouring languages.[4] Roman allies since at least the time of Pyrrhus, the Paeligni remained loyal during the Second Punic War, but were second only to the Marsi among the rebel Italians during the Social War: in fact, Corfinium, the principal town of the Paeligni, was briefly the Italic capital.[5] Although the Paeligni were granted the franchise along with the other *populi dediticii* at the end of the War, and assigned to the *tribus Sergia* for voting purposes, there is no immediate evidence for municipalization, and unlike other elites in the once rebellious south, the Paeligni failed to produce a senator until the reign of Augustus.[6]

In the civil wars, like the neighbouring Piceni, the Paeligni had sided with Caesar, the town of Sulmo with the greatest enthusiasm, its rival Corfinium only reluctantly and after a siege. It was

[3] VAN WONTERGHEM, F., *Forma Italiae, Regio IV, vol. I*, Florence, Olschki Editore, 1984, pp. 19-22. The Gran Sasso-Monte Morrone-Maiela chain lies to the east, the Monte Terminillo-Monte Sirente-La Meta chain to the west, with the old Paelignian towns of Corfinium and Sulmo in between. The south of the Paelignian region was entirely mountainous and seems to have had no settled communities in the pre-Roman period. No *municipia* were created there under Augustus and the whole sector remained a pastoral no-man's land. In the northwest, in the high valley from which the river Aternus flows northwest into what was once Sabellian territory, lay another relatively populous region, which was gathered together into the *municipium* of Superaequum (now Castelvecchio Subequo) during the Augustan municipalization. East of Superaequum and separated from it by a low massif lay Corfinium (now Corfinio), to the south and east of which, across the river Sagittarius, lay the heart of the Paelignian territory, centered on Sulmo (now Sulmona), both *municipia* before the end of the Social War. The mountains that surround the territories of Corfinium and Sulmo on three sides had boasted several Bronze and Iron Age hillforts – especially along the southern rim of the valley, at Colle Tassito, Piano della Civitella, Castiglione and Colle Mitra, flanking an ancient transhumance route to the south, but the lowland sites of the future *municipia* were already native towns by the time of the Hannibalic wars.

[4] SYME, R., *The Roman Revolution*, Oxford, Clarendon Press, 1939, p. 86. Livy 8.29.4 is the main source for the Paeligni and their neighbors. For language, see briefly BISPHAM, E., *From Asculum to Actium: The Municipalization of Italy from the Social War to Augustus*, Oxford, Oxford University Press, 2007, pp. 4-5.

[5] Florus 2.9.28 for Sulmo, with HINARD, F., "La proscription de 82 et les italiens," in *Les «bourgeoisies» municipales intaliennes aux IIe et Ier siècles av. J.-C.*, Paris, 1983, pp. 137-50. The basic history of the Paeligni is sketched in *RE* 18.2, pp. 2227-71; see also NISSEN, H., *Italische Landeskunde*, 3 vols., Berlin, Weidmann, 1883-1902, vol. 1, pp. 508-22; vol. 2.2, pp. 445-50. That such early scholarly accounts remain fundamental speaks to the relative poverty of the source base.

[6] BISPHAM, *Asculum to Actium*, pp. 183-4, is rightly cautious in pointing out how ill-suited groups like the Paeligni and Marsi, enfranchised as ethnic *populi* rather than as city-states, were to rapid municipalization. Even if Corfinium and Sulmo were relatively developed nucleated settlements, the Graeco-Roman model of a*polis* plus its dependent territory was alien to the Central Apennines. On the tribal distribution, and the way it disadvantaged the more dispersed *populi* regardless of intention, see MOMMSEN, Th., "Die römische Tribuseintheilung nach dem marsischen Krieg," in *Gesammelte Schriften*, 8 vols., Berlin, Weidmann, 1905-1910, vol. 5, pp. 261-67, with BISPHAM, *Asculum to Actium*, pp. 195-99 who reaffirms, in my view correctly, the deliberately punitive effect of assigning all the *populi dedicitii* to just eight of the rural tribes, something Mommsen conceded only for the Marsi and Paeligni.

only under Augustus that men from the *domi nobiles* of the Central Apennines finally began to enter the senate in numbers and we then find ethnic names like Marsus, Picens, Marrucinus, and Paelignus being used as *cognomina*.[7] Q. Varius Geminus is documented as *primus omnium Paelignorum senator factus*.[8] The young P. Ovidius Naso, from Sulmo, could have been the first had he not chosen poetry and celebrity over both senatorial ambition and equestrian *quies*. Throughout the triumviral and early imperial period, Corfinium remained the chief town of the region and was for many years the terminus of the via Valeria. Along with Corfinium and Sulmo, a new *municipium* was founded at Superaequum, probably under Augustus, while the rural *pagi* and *vici* of the late Republican period were all assigned to one or another of the three *municipia*. In Augustus' administrative division of Italy, the Paelignian towns belonged to Regio IV, eventually becoming part of the late Roman province of Samnium.

In the early empire, the Paelignian lands were a sleepy, moderately prosperous backwater, like the rest of Regio IV. This was in part a function of geography – the high valleys were fertile but remote, land transport notoriously expensive, and waterborne trade impractical. That same topography made impossible the vast *latifundia* of the southern Regiones II and III, which channelled their riches into the Roman metropolis but impoverished the urban landscapes of the south. In some ways, in fact, the Paelignian towns were a laboratory of Italian romanization, their municipal institutions attenuated and locally flavoured versions of the Roman model.[9]Sulmo and Corfinium had *quattuor viri iure dicendo*, *quattuorviri quinquennales*, and *quattuorviri aediles*. Superaequum, a younger foundation, was governed by *duoviri*, and men from the dependent *pagi* held curial office in all three towns. The region shows lively cults of Ceres and Venus and of Isis, while several rural shrines of Hercules are likewise well attested.[10] A large number of women are attested as priestesses, continuing a long regional tradition of women religious going back to an era when the Paelignian dialect of Oscan was still in use.[11] A temple of Rome and Augustus is known at Superaequum, while

[7] WISEMAN, T.P., *New Men in the Roman Senate*, Oxford, Clarendon Press, 1971, remains the essential discussion of how first New Latium and the Sabine country, then Etruria and Campania, and finally the Apennine communities were incorporated into the Roman ruling class. For the Apennine region, see FARNEY, G.D., *Ethnic Identity and Aristocratic Competition in Republican Rome*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007, pp. 178-228 and DENCH, E., *From Barbarians to New Men: Greek, Roman and Modern Perceptions of Peoples from the Central Apennines*, Oxford, Oxford University Press, 1995.

[8] Q. Varius Geminus, *primus omnium Paelignorum senator factus* (*ILS* 932) – in part because P. Ovidius Naso, known to us as the poet Ovid, declined to use Augustus' gift of the *latus clavus* to pursue a career in politics rather than in poetry.

[9] See the discussion of DUNCAN-JONES, R., "The social cost of urbanisation," in *Structure and Scale in the Roman Economy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, pp. 159-73.

[10] VANWONTERGHEM, *Forma Italiae*, p. 96, no. 14a.

[11] See CONWAY, R.S., *The Italic Dialects*, 2 vols., Cambridge, Cambridge University Press, 1897, vol. 1, pp. 233-52. 'Priestess' was *anaceta* or *anceta* in the Paelignian form of Oscan.

Corfinium furnishes one of the rare references to Augustales as an *ordo*.[12] All three sites were market towns and we know that the auction house at Superaequum was erected bya T. Pompullius Lappa, probably the town's first *eques*. None of this is remarkable. It can be paralleled everywhere in the non-metropolitan regions of Italy, as well as in much of southern Gaul and the urbanized parts of Spain.

Into this cosy landscape there obtruded, in the course of the third century, a unique and puzzling monument, one that gives us sudden and surprising insight into a singular moment in Roman history. It is a long funerary inscription, discovered in 1926 near the Abruzzese village of Prezza, during works to electrify the rail line from Rome to Anversa degli Abruzzi.[13] The site of the village would, in the Roman era, have belonged to the *pagus Lavernae*, an unincorporated rural territory that fell under the municipal jurisdiction of Sulmo. The inscription, on a limestone block about four feet long and two feet wide, consists of 48 lines of text with perhaps two or three missing from its conclusion. It is addressed to passers-by in the voice of the dead man, a Pannonian named Murranus.

> *C [---] Murranus et Decria Secunda et Secundae libera Melusa sibi et suis.*
>
> *Salue, uiator, qui istac iter facis saluo tuo corpore, consiste et lege: iniquitate Orchi, qui perperauit saecula, quod debuerant facere filii patri et matri, fecerunt miseri pater et mater filis dulcissimis suis. Quoniam non potuerunt exorare deos ut [---] suis, neque ipsi retinere potuerunt, neque etiam restituere, hoc quod potuerunt: nomina suorum restituerunt ad superos Primigeni, Seueri, Pudentis, Casti, Lucillae et Potestatis, et miseris derelictis a filis, quoniam sperabant se citius [---]suos, uiui nomina eodem adiecerunt dum malo fato nati et iniqua fortuna qui non potuerunt antecedere suos neque etiam persequi tam cito quam ipsi cupiunt. At nunc,miseri deserti a natis nostris, rogamus deos superos atque inferos, ut liceat nepotulum nostrum Thiasum, qui est nobis derelictus ex Pudente filio inmaturus qualis scintilla quae de igne exierit, memoria nostrorum exsuperet nos, uiuat, ualeat, sint illi quae ipse expetet.*
>
> *Et nunc te rogamus, nepotule noster, per tuorum maiorum misericordiam, ut tu pietati seruias, et hoc sephulcrum tuorum tutaris. Et si quis te rogauerit qui hoc comportauerit dicito: "Auus meus Murranus; nam ipsa miseria docet etiam barbaros scribere misericordias."*
>
> *Et nunc rogo uos omnes natos nascentesque, ut si quid lapsus me praeterit hominem barbarum natu Pannunium, multis ulceribus et malis perturbatum, ignoscatis rogo. At nunc inprecamus deos ut si quis hoc sephulcrum aut hunc titulum laeserit, intulerit, sit illi fortuna mala, et quod meritum sit, hunc titulumque quicumque legerit,*

[12] Rather than a *corpus*, which they were in legal terms: CIL IX: 3181. See ABRAMENKO, A., *Die munizipale Mittelschicht im kaiserzeitlichen Italien. Zu einem neuen Verständnis von Sevirat und Augustalität*, Frankfurt-am-Main, Peter Lang, 1993, pp. 243-53.

[13] Now CIL IX, Suppl. 1, 2: 7164 and EDR 114466.Previously published *Supplementa Italica* 4 (1988), 78-84, nr. 58 = *AE* 1989: 247 (pp. 72-74).These editions are all the work of Marco Buonocore. The *editio princeps* is MANCINI, G., in *Atti del Convegno storico Abruzzese-Molisano* 2, 1935, pp. 449-52.

aut legentem auscultaverit, alleuet illos fortuna superior, et ualeant semper in aeterno quicumque in hoc titulo scripta legerit (scil. verba)quietis: 'sit uobis terra leuis' [---ca. 10---] desperatum qui superant [---ca. 10---] tempore obito, sit [---ca. 15---].

C…. Murranus and Decria Secunda, and Melusa, freedwoman of Secunda, for themselves and for their family.

Greetings, traveller. You who pass this way sound in your body, stand and read: By the iniquity of Orcus, who batters the ages, the duty that children owe to their mother and father, a poor father and mother did for their children, their sweetest ones. Because they were unable to persuade the gods to […]their children, and because they themselves could not preserve them, nor still less restore them, this is what they were able do: they restored to the world of the living their names -- Primigenius, Severus, Pudens, Castus, Lucilla and Potestas. And miserable and deserted by their children, because they hoped that they would rapidly join them, they have now added their names in the same place, still living, but born of an evil fate and an iniquitous fortune, because they could neither predecease their own children nor even follow them on as quickly as they desired. And now, miserable and deserted by our children, we beseech the gods above and below that our little grandson Thiasus, who was left behind for us as a child from our son Pudens, unready as a spark which flies from the fire, may be allowed to survive and to remember us, to live, and to prosper, and to have everything he desires.

And now we ask you, little grandson of ours, by the mercy of your ancestors, that you observe your familial duty and care for this sepulchre of your family. If anyone asks you who built it, say: 'My grandfather Murranus: for sorrow itself teaches even barbarians to write pitiable things'.

And now I ask all you, born and being born, to forgive my tomb if I, a barbarian man, Pannonian by birth, and disturbed by many wounds and ills, have allowed an error to slip through. And now, we call upon the gods that ill fortune and what is proper fall upon anyone who defaces or damages this sepulchre or this inscription, and that an improved fortune lighten those who read this inscription or listen to the one reading it, and that they prosper always and forever whoever should read the words of repose written on this inscription: that the earth may lie lightly upon you, and …..hopeless, those who are still alive….at the time of death, may it be…"

This is not a normal funerary inscription, still less a normal sort of literary text. Though funerary monuments with inscriptions addressing the passerby – sometimes called 'speaking stones' -- were a long-standing genre, they were no longer much in fashion by the middle of the third century, when this example was erected. Even in the early empire, when such texts were more in vogue, they were rare in the central Apennines by comparison with Latium and wealthy Campania, where the style tended to be favoured by freedmen and others of middling rank.[14] Only a couple of other speaking stones of this sort are known from *regio IV*, and only one from the Paeligni, in the *pagus*

[14] See CARROLL, M., "'Vox tua nempe mea est'. Dialogues with the Dead in Roman Funerary Commemoration," in *Accordia Research Papers* 11, 2008, pp. 37-80, with the excellent catalogue of speaking stones at pp. 68-80.More limited, but interesting, are the essays in CRINITI, N., ed., *«Lege nunc, Viator...». Vita e morte nei carmina Latina epigraphica della Padania centrale*, Parma, La Pilotta Editrice, 1996.

Interpromium at the border of Paelignian and Marrucinian territory.[15]But while our example strives for both literary and emotional impact, both are undermined by weak Latinity and labored, repetitive conceits. So who was this self-styled barbarian and what can his odd self-presentation tell us?

Murranus writes in the name of himself, his wife Decria Secunda, and Decria's freedwoman Melusa. Murranus' *praenomen* is uncertain: although one editor prints a 'C' at the start of the inscription (hence perhaps Gaius), it is not visible in any published photographs.[16] Murranus itself is not a common name, and while it is probably his *nomen gentilicium* -- an old and rare *nomen* Murranius is found in Cisalpine Gaul -- it might possibly be a *cognomen*. Both Murranius and Murranus are linguistically Celtic, and names with the root form in Murr- are known throughout the great arc of territory from Slovenia to Britain to northern Spain, in which Celtic onomastics are commonplace.[17] The Pannonian origin that Murranus discloses is thus perfectly consistent with his nomenclature.

Decria Secunda, by contrast, is a local.[18] As early as ca. 125 BC we find a Paelignian inscription of a Pacius Decrius.[19] In the imperial period, there was a C. Decrius Rufus at nearby Corfinium and a C. Decrius Crispus at Aesernia, just outside Paelignian territory, from a perhaps related branch of the family belonging to the *tribus Tromentina*, which was common in Samnium. Our Decria's branch of the family had done well and produced good soldiers. Early in the second century, a L. Decrius Longinus had an impressive career as *praefectus fabrum* and *primus pilus*, serving in no fewer than three legions, before crowning his cursus as *praefectus castrorum* of Legio IX Hispana. We learn this from an inscription put up by his son, L. Decrius Iulianus, who went by the nickname Numisianus, and was serving as a *princeps* (which is to say, a member of one of the

[15] CIL IX: 3071 = 7086, from the pagus Interpromium, previously known only from antiquarian transcription and now rediscovered in Torre dei Passeri, is perhaps a generation or so older than the Murranus stone. CIL IX: 3122; 3193, which also appear in CARROLL, "*Vox tua*," are simply tombstones that ask the reader to read the name of the deceased. See for comparison a newly published *siste viator* inscription from Samnium: CIL IX: 6888 and another from Peltuinum Vesitnum: CIL IX: 7566.

[16] I intend to publish a complete commentary on the inscription after examining it in situ, so the text I print here, along with any conclusions, is provisional.

[17] For Roman naming practices in general, SCHULZE, W., in *RE* 16.2, pp. 1611-70 is fundamental. In Italy, Murranus is a *nomen*, most frequently found among freedmen in the early empire: see EDR 005350; 072026; 077188; 123809; 124618; 130233; 148442; 169995. EDR 085122; 124433 may or may not refer to freedmen. There is of course also the Latin king Murranus of *Aeneid* 12. 528ff. For Murranius see CIL 5: 541; 5: 8125,8. CIL 5: 5586 = *AE* 1999: 751 might be either a Murranus or a Murranius. For the root form see HOLDER, A., *Alt-celtischer Sprachschatz*, 3 vols, Leipzig, Teubner, 1896-1913, col. 658.

[18] She will have been the second daughter of a local Decrius. CHASE, G.D., "The Origin of Roman Praenomina," in *Harvard Studies in Classical Philology*8, 1897, pp. 103-84 at pp. 168-74, had already established that ordinal *praenomina* retained their function of denoting birth order for women (even though they followed the *gentilicium*), whereas they had lost that function for men by republican times.

[19] CRAWFORD, M., et al., *Imagines Italicae. A Corpus of Italic Inscriptions*, 3 vols, London, Institute of Classical Studies, 2011, vol. 1, pp. 321-2.

middle centuries of his cohort) in the Legio XI. That father and son haled from the Paelignian Decrii is shown by their Sergian tribe.[20] In light of the distinguished careers of these second-century Decrii, it seems likely that the gallant Decrius of Tacitus' *Annals* -- leading his cohort out of its fort by the river Pagydas in Africa to confront Tacfarinas' men and dying in action with an arrow in his eye – likewise belonged to the Corfinium branch of the family.[21]

Melusa's name is elusive, the sort of generic single name often held by former slaves. It is probably originally Greek. Though the personal name *Mellousa* or *Melousa* is rare, a freedwoman named Baebia Mellusa is known from Canusium.[22] Given her prominence at the beginning of the inscription, alongside Murranus and Decria, Melusa may have been a slave *nutrix* freed in later life. Regardless, she does not reappear in the text, which carries on from the perspective of the parents.

The inscription begins with a greeting to the passing traveler (*Salue, uiator*), asking him to stop and read the inscribed words (*consiste et lege*) since the traveler, unlike the speaker, is alive and well (*saluo tuo corpore*). In other words, like most of the extant speaking stones this one was meant to function as a kind of *memento mori*.[23] As one might expect in the marking of a premature death, we are here introduced to the "injustice of Orchus" (*iniquitate Orchi*), who either deforms the course of time, batters and beats down the ages, or hastens the centuries along (*perperauit saecula*). The uncertain meaning is a function of the linguistic ambiguity. The aspirated form Orchus for the more correct Orcus is not unusual, but *perperauit* is bizarre, either a unique form related to the adverb *perperam* (mistakenly, amiss), a peculiar spelling of *uerberare*, or simply a mistake for *properare*.[24] This opening sentence thus reveals the promise and the limitations of Murranus' text. He has tried to

[20] The L. Decrius Abascantus of CIL VI: 200 = ILS 6049 (dedication to Vespasian, and see also his epitaph CIL VI: 16795) belongs to the *tribus Succusana*, so is not a relative, nor is the Julio-Claudian P. Decrius Prothymus of CIL VI: 5097. There is no way of knowing if the Decria Vitalis of CIL VI: 24461/2) is a relation.

[21] Tacitus, *Ann*. 3.20: *Praeerat castello Decrius impiger manu, exercitus militia et illam obsidionem flagitii ratus. Is, cohortatus milites, ut copiam pugnae in aperto faceret aciem pro castris instruit. Primoque impetu pulsa cohorte promptus inter tela occursat fugientibus, increpat signiferos quod inconditis aut desertoribus miles Romanus terga daret; simul excepta vulnera et, quamquam transfosso oculo, adversum os in hostem intendit neque proelium omisit donec desertus suis caderet*.

[22] Baebia Mellusa is CIL IX: 363. A search of the *Lexicon of Greek Personal Names* (http://www.lgpn.ox.ac.uk, retrieved 5 February 2020) shows only one other occurence of a Mellousa, Melousa or Melusa.

[23] See CARROLL, "*Vox tua*".

[24] The aspirated 'c' in Orchus might as easily be a stone-cutter's error as the author's. See MACKAUER, W., in *RE*18, pp. 908-28 for distribution of aspirated vs. unaspirated spellings.For *perperavit*, Mancini read *perdiravit*, which is both meaningless and not what one sees on the stone. Buonocore prints *perperavit* and takes it for a *hapax* related to the adverb *perperam* (mistakenly, amiss) and thus meaning 'make something go wrong' and to the Italian word *sperperare* (to squander or fritter away). But it may be a stonecutter's error for *verberare*, to batter or strike (cf. Jerome, *Comm. in Ezech*. 8.27: *saeculi...verberantur*; ibid. 11.39: *saeculi…verberantur* and *verberanti saeculis*); or it is perhaps best read as mistake for *properavit* (hasten), with its Silver Age parallels in Sen., *Troades* 386ff.: *Quo bis sena volant sidera turbine, /quo cursu properat volvere saecula / astrorum dominus, quo properat modo / obliquis hecate currere flexibus* (cf. also Auson., *Parent*. 26.5-6; Claud., *In Eutrop*. 2.40ff.)

create a monument of a known type, but an archaic one with a long pedigree, and he strives for poetic effect. In Latin, Orcus can serve either as synecdoche for the underworld as a place, as an alternative name for Pluto, judge of human souls, or, finally, as a hostile demon who drives men to their graves.[25] We can see Murranus playing with the latter two images, Orcus the judge, who deforms or renders mistaken the judgements of time (the *perperam* reading), and Orcus the demon who assaults and batters it (the *uerberare* reading; *properauit* would fit either version). The imagery is not unsophisticated, but the Latin is so odd that we question what is intentional and what might simply be error.

That same uncertainty pervades the entire text. The rest of the first sentence is relatively straightforward -- the unhappy mother and father must do for their beloved children what children would normally do for their parents, i.e., bury them.[26] But what follows is a jumble of clauses that tax the reader's understanding: Although they were unable to pray to the gods to save their children (one must restore a verb like *parcere* in the lacuna)... and although they were still less able to keep their children alive...and were unable to resurrect them...this one thing they could do...restore their names to those still living. The rhythm of the *quoniam...neque...neque* structure is caught up short with *hoc quod*; as with the triple repetition of *potuerunt* and double repetition of *restituerunt*, the sense is apparent, but the copiousness of language unnecessary. One feels Murranus' striving for the artistic, trying to convey the weight of his grief by the weight of his verbiage, the repetition aiming for the sonorous, the *hoc quod* forcing a momentary pause for contemplation; it is as if he thought prose would become verse through the application of fine sentiment.[27]

The names of the dead children are revealing in their very non-descriptness. The first-born son would naturally enough be named Primigenius. Severus, Pudens, Castus: traditional, even conventional, virtues. Potestas is somewhat strange, but Lucilla is a good Antonine woman's name. Bizarre collections of names – geographical pairs, or Greek and Latin synonyms like Lupus/Lykos --are well-attested in the Antonine and Severan periods, but the names of Murranus' children are a random miscellany united only in being unimpeachably Latin rather than Pannonian or Celtic.[28]By

[25] Servius on Verg., *Georg*. 1.277 is the locus classicus for Orcus as judge of souls.

[26] The theme of untimely death is well-discussed in CUMONT, F., *After Life in Roman Paganism*, New Haven, Yale University Press, 1922, pp. 128-47.

[27] One can therefore sympathize withthose. e.g., BUONOCORE, *Supplementa Italica*, p. 83, who have looked for poetic metre in the inscription. But there is none.

[28] See in particular SOLIN, H., *Namenpaare: Eine Studie zur römischen Namengebung*, Helsinki, Societas Scientiarum Fennica, 1990, pp. 55-57, for the the bizarre geographical names (Rhenus, Danuvius, Euphrates) of CIL 10.2872, and ibid. 61-63 for assigning Latin/Greek synonyms in sequence, e.g. Lupus and Lycos, or Didymus and Geminus. Because Solin confines his comprehensive coverage to CIL VI, the city of Rome, with its unparalleled onomastic richness, he also harvests a disproportionately large number of servile or libertine names, as would be expected. There is, however, no

contrast, the grandson Thiasus has a very rare name, obviously Greek, almost a hapax in Latin. One wonders whether the boy's father Pudens was repudiating the ostentatious conservatism with which his own father Murranus had named his children: a *thiasos* is the leader of a Bacchic dance, which brings joyful abandon and more frightening ecstacy.[29] In three generations, the family's nomenclature went from rustic provincial to normative metropolitan to mannerist and *recherché*.

Or perhaps not so much rustic as barbarous, for so the man himself tells us.The words the inscription puts in the mouth of Thiasus seem unambiguous: *Et si quis te rogaverit qui hoc comportaverit dicito: "Avus meus Murranus, nam ipsa miseria docet etiam barbaros scribere misericordias." Et nunc rogo uos omnes natos nascentesque, ut si quid lapsus me praeterit hominem barbarum natu Pannunium, multis ulceribus et malis perturbatum, ignoscatis rogo*. Wretchedness teaches the barbarian mercy, Murranus tells us, and follows up with a conventional humility topos. Here again there is Murranus' effortful sonority, the *ipsa miseria* with *misericordias*, the *natos nascentesque*. But it is the ventriloquized self-identification as a barbarian, not once but twice, that is unprecedented in Latin literature. Or almost so. Ovid, of course, says *barbarus hic ego sum*, but his words are bitter irony, shouted from his exile in far off Pontus.[30]Though there is no direct quotation, the fact that Ovid came from Paelignian Sulmo makes Murranus' allusion here as certain as such things can be. Unlike the poet, Murranus was not a native of the region, and by juxtaposing *barbarus* with *natu Pannonius*, he equates his ethnic or regional origin to barbarism – a barbarism that he escaped when taught the civilized virtue of mercy by his sorrows. In the fourth-century empire, Pannonians were a by-word for rustic stupidity. Ammianus Marcellinus mocks the emperor Valens as a *Pannonius degener* and delights in the Chalcedonians taunting him as a Sabaiarius, a drinker of *sabaia*, cheap Pannonian barley beer.[31]But that was after the third-century crisis had fundamentally remade the basic social and institutional structures of empire, and after *barbarus* had come primarily to mean someone from outside the imperial frontiers.[32]Murranus' empire was very different, and whatever else Murranus is telling us, he is saying that he was born a non-citizen *peregrinus* in Pannonia, where the franchise was very rare prior to the *Constitutio Antoniniana*. And after a life of afflictions, he died a Roman citizen.

reason to doubt that onomastic habits learnt in the generation of emancipation were not carried on into the first generation (at least) thereafter.

[29] DODDS, E.R., *The Greeks and the Irrational*, Berkeley, University of California Press, 1951, pp. 76-78, remains a perceptive reading of this appeal: "join the *thíasos* and you will be happy today."

[30] *Trist*. 5.10.37.

[31] Amm. Marc. 26.8.2.

[32] KULIKOWSKI, M., *The Triumph of Empire: The Roman World from Hadrian to Constantine*, Cambridge, MA, Harvard University Press, 2016.

The final portion of the inscription, before it becomes too damaged and fragmentary to read, has the same literary and linguistic characteristics as the beginning. First there is the conventional: the imprecation against those who would damage the tomb or its inscription, and pious hopes that those who read the inscription, or have it read to them, will prosper in eternity. The juxtaposition of those who might read the text and those who would have it read to them is unusual (one should understand *ausculta<ve>rit* for the stone's *auscultarit*).[33] It certainly tells us something about expectations of literacy in the region and period, and has received considerable scholarly comment in that respect: it is the only example of a speaking stone that explicitly addresses not just readers but listeners.[34]As we shall see, it can also contribute to how we understand the life of Murranus more broadly. The syntax in this final section is badly tangled and it is not altogether clear how we are meant to get from the "words of repose" to the conventional *sit vobis terra levis*. The phrase *in hoc titulo scripta legerit quietis* is particularly puzzling. One must clearly supply *verba* with the *scripta*, but whether this represents a stonecutter's error, an authorial error, or an authorial attempt at poetic flourish is unclear. Likewise puzzling is why the text goes on so long after the *sit vobis terra levis*, the phrase that would normally conclude a funerary inscription of this sort. Enough is more or less legible – *desperatum, tempore obito* – to infer that this would have been a further lamentation over the unkindness of fate, and perhaps a further exhortation to the living to pay attention. If so, it has the same kind of reach exceeding grasp as much of the rest of the text: the attempted solemnity and grandeur undermined by the shaky execution, the assertion of an archaizing but normative cultural expression, yet one betrayed by the anomalous deployment of old conventions.

We might make sense of all of this internal evidence if it were possible to discover just how it was that Murranus became a Roman and ceased to be a Pannonian *barbarus*. It is unlikely to have been as a result of Caracalla's edict of 212. If the damaged first letter of the inscription really is a 'C', then his *praenomen* was not Marcus, and if Murranus is taken as a *nomen gentilicium*, then he was not an Aurelius. Either of those things would entirely rule out the possibility of his enfranchisement by that path. However, if Murranus is a *cognomen*, as it is sometimes treated, then there are enough missing letters at the start of the inscription to accommodate the AVR abbreviation for Aurelius.[35] All the same**,** the balance of the evidence is heavily against Murranus' having become a citizen in 212. Nor is there much to be said for the possibility that he had been an auxiliary recruit who received

[33] BUONOCORE has published the inscription with both readings.

[34] In general, CARROLL, "*Vox tua*," pp. 40-46, but it is cited in epigraphic handbooks precisely for this rare locution, e.g. COOLEY, A., *The Cambridge Manual of Epigraphy*, Cambridge, Cambridge University Press, 2012, p. 309, which wrongly locates the stone in the Alps rather than the Apennines.

[35] *AE* treats all occurrences of Murranius as *nomina*, all of Murranus as *cognomina*, but that is too rigid a distinction.

the franchise upon discharge. There is not the slightest hint of a military career in the inscription, which is almost exaggeratedly civilian in its affect. That leaves a third and final possibility: that Murranus' parents were both Pannonian *peregrini*, and that his father was recruited not as an auxiliary but as a legionary who received the citizenship upon enlistment.[36] Murranus had already been born at that point, as a legitimate child according to *ius gentium*, but not according *ius civile*. With Severus' relaxation of the barriers to the marriage of soldiers, there would have been no impediment to the continuation of his parents' peregrine marriage. And upon discharge, his citizen father would have received the *ius conubii cum peregrinis*, thereby enfranchising his legitimate child.[37]

In that scenario, the fact that Murranus wound up in Italy, married to a Decria from a decent bourgeois family with a tradition of military service, has just one obvious explanation: his father was recruited into one of the three *legions Parthicae* that Septimius Severus ostensibly raised to fight a Parthian war and that were actually meant to confront his rival Pescennius Niger.[38] There is some controversy over the precise date at which these legions were constituted: Severus ordered a *dilectus* or levy in 193 after he had marched on Rome and these Italian recruits may have formed the core of one or all three of the Parthian legions. Recruitment continued in Pannonia, Moesia and Thrace as the emperor marched east against Niger in 193, while vexillations from existing Pannonian and Moesian legions were probably used as core units around whom *tirones* could be trained.[39]All three *legiones Parthicae* saw action in Severus' first, abortive Parthian war, and the II Parthica accompanied him on his march against his British rival Clodius Albinus. Having fought at the bloody battle of Lugdunum, and perhaps though not certainly in the second Parthian war, the II Parthica took up

[36] Unlike auxiliaries, who received the citizenship upon discharge, volunteer *peregrini* recruited directly into the legions won the citizenship at once: MOMMSEN, Th., *Römisches Staatsrecht*, 3rd ed., 5 vols., Leipzig, Herzel, 1887, vol. 3, pp. 740-1; HIRSCHFELD, O., *Die kaiserlichen Verwaltungsbeamten bis auf Diocletian*, Berlin, Weidmann, 1905, pp. 345-46; KROHMAYER, J. and VEITH, G., *Heerwesen und Kriegführung der Griechen und Römer*, Munich, Beck, 1928, pp. 479-81; PARKER, H.M.D., *The Roman Legions*, Oxford, Clarendon Press, 1928, pp, 169-72;FORNI, G., *Il Reclutamento delle legioni*, Milan, Fratelli Bocca, 1953, pp. 105-7; SHERWIN-WHITE, A.N., *The Roman Citizenship*, 2nd ed., Oxford, Clarendon Press, 1971, pp. 321-22. For the majority of recruits being volunteers, see*Dig.* XLIX.16.4, Arrius Menander).

[37] TREGGIARI, S. *Roman Marriage.* Iusti Coniuges *from the time of Cicero to the Time of Ulpian*, Oxford, Clarendon, 1991, pp. 43-51; KASER, M., *Das römische Privatrecht*, 2 vols., Munich, Beck, 1955, vol. 1, pp. 241-44. Note that, *pace* the otherwise excellent HAYNES, I. *Blood of the Provinces: The Roman* Auxilia *and the Making of Provincial Society from Augustus to the Severans*, Oxford, Oxford University Press, 2013, pp. 89-91, a diploma of AD 206, newly published in 2011 (see ECK, W.,"Septimius Severus und die Soldaten. Das Problem der Soldatenehe und ein neues Auxiliardiplom," in *in omnis historia curiosus. Studien zur Geschichte von der Antike bis zur Neuzeit. Festschrift für Helmuth Schneider zum 65. Geburtstag*, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag, 2011, pp. 63-77), does not invalidate the well-grounded assumption that Severus allowed soldiers to marry: a grant of *conubium cum peregrinis* was still necessary to render legal in the *ius civile* the marriage of a citizen to a *peregrina femina*. The 206 diploma merely proves for the first time that this remained true for auxiliaries as well for praetorian guardsmen, *equites singulares*, and *classici*. That had already been in ferred by analogy (correctly, we now see) in the best discussion of the subject, CAMPBELL, B., "The Marriage of Soldiers under the Empire," in *Journal of Roman Studies* 68, 1978, pp. 153-66 at p. 164.

[38] BIRLEY, A.R., *Septimius Severus: The African Emperor*, 2nd ed., New Haven, Yale University Press, 1988, p. 107; FORNI, *Reclutamento*, pp. 97-99.

[39] We know the career of one such man in considerable detail: CIL VI: 2579.

residence, in 202 at the latest, at what would become its permanent base, Castra Albanum just thirteen miles south of Rome. The site had been part of a large villa constructed by Domitian at the end of the first century, at the highest point on the Via Appia connecting Latium with Campania. It was a dominant position, close enough to Rome for speedy military intervention, far enough away to respect the prohibition on quartering legionaries within the *pomerium*. Nevertheless, the legion formed the core of a garrison near Rome that also included the urban cohorts, the new praetorian guard Severus had recruited from the frontier legions, and the *equites singulares*.

The II Parthica came to be so closely identified with Castra Albanum that Dio calls its soldiers *Albánioi*.[40] While the site has not been thoroughly excavated, inscriptions from its cemetery are of primary importance for understanding its regional role, supplemented at times by those of the Albanii who died elsewhere, especially in Syrian Apamea.[41] Men of the II Parthica had the peculiar habit of identifying their unit not by the number of their cohort, but rather by the number of their *centuria* and the rank of their centurion. This probably reflects the legion's origin as a mixture of raw recruits and vexillations drawn from diverse legions, but the practice became a mark of the legion's distinctiveness. Another peculiarity was the II Parthica's command structure: rather than a senatorial legate, it was commanded by an equestrian prefect who himself reported to the prefect of the praetorian guard. So close was the relationship between the guard and the legion that men often served in both units during the course of their careers, while relations with the *equites singulares* were very nearly as close.

[40] RITTERLING in *RE* 14.2, pp. 1476-83 has been supplemented but not corrected by new evidence. Dio 55.24.4 and notes the original creation of the legions, Herodian 2.14.5-7 attests the *dilectus*, as may CIL X: 1127. Moesian troops under Marius Maximus (CIL VI: 1450 = ILS 2935) and Pannonians under Claudius Candidus (CIL II: 4114 = ILS 1140) may have provided vexillations; Pannonians under Fabius Cilo (CIL VI: 1409 = ILS 1142; AE 1926: 79) are known to to have been adlected into Severus' new praetorian guard units. For *Albánioi*, Dio 78.34.2; 79.2-4. The unpublished 2002 Glasgow dissertation of Ross Cowan ("Aspects of the Severan Field Army"), pp. 78-84 is a useful summary that disposes of conflicts among the various standard accounts. RICCI, C., "*Legio II Parthica*. Una messa a punto," in Y. Le Bohec, ed. *Les légions de Rome sous le Haut-Empire*, Paris, Boccard, 2000, pp. 397-406, at pp. 402-3 shows that of the nearly fifty soldiers of II Parthica whose ethnic origins can be definitively or almost certainly identified, there is a preponderance of men from Thrace, followed by Pannonians and Italians, with only a smattering of other provincial origins. The same thing has been shown for the praetorian guard, where the new Severan recruitment practices substantially raised the number of foreign *cognomina*: KAJANTO, I., "The significance of non-Latin cognomina," in *Latomus* 27, 1968, pp. 517-34 at 530-2.

[41] The legion always kept *remansores* at Alba, under the command of a *praepostitus reliquationis*, but a substantial number of its legionaries traveled with the emperor during the third century and were regularly stationed at Apamea when serving in the East. The funerary inscriptions and other evidence for the legion in Italy are at CIL VI: 3367-3410; XIV: 2253-2296, and in MARCHETTI, M., "Iscrizioni inedite del sepolcreto di Albano," in *Rendiconti della Reale Accademia dei Lincei* 25, 1916, pp. 399-414, with the additional texts cited in LUGLI, G., "La legione II Partica e il suo sepolcreto," in *Gli archeologi italiani in onore di Amedeo Maiuri*, Turin, 1965, pp. 221-42 and in RICCI, "*Legio II Parthica*." New evidence has not altered the basic picture in Ritterling. The Historia Augusta demonstrates the permanence of the garrison at Castra Albanum: *pars militum apud Albam* (*VCarac*. 2.7-8, of which the *Geta* 6.1-2is purely derivative). For the *praepositus reliquationis* see AE 1981.134 = AE 1989.62.

Moreover, most of the women buried in the camp cemetery bear local names, suggesting that the foreign-born legionaries did indeed settle into the local population.[42]

This is the milieu from which Murranus will have sprung, a member of the last generation in which people could recall there being lots of non-Romans inside a Roman empire. The Severans, with their African and Syrian origins, accelerated an existing cultural transformation inside the empire, and then supercharged it with Caracalla's grant of nearly universal citizenship. Within a generation of 212, the main distinction marking social position ceased to be that between Roman and non-Roman and became instead status within the single category of Roman citizen, what simplistic shorthand would call the *honestior/humilior* distinction. Murranus' lifetime straddled the period of transition from one to the other, and his inscription is a belated sort of monument, more of the past than of the future. Inscriptions, especially this type of speaking stone, address a future world to which the dead person will by definition no longer belong corporeally. They assume both that the future society will exist more or less as it existed when the monument was inscribed, and that their message will retain its value within that future society. The belatedness of Murranus' inscription lies in his advertisement of conversion – from Pannonian *peregrinus* to cultured Italian – in a manner that would already have been hard to recognize by the time of his death.

To go further than this requires a willingness to take the kind of imaginative leap that is surely permissible in a volume that honors Peter Brown, whose bold use of psychoanalytic scholarship in his studies of Augustine and early Christian sexuality caused a justifiable sensation. When faced with something like Murranus' monument, its physicality, its local rootedness, its textual complexity, its apparent offer of access to a third-century mind, we need to appeal to something like Dilthey's concept of *Verstehen*. Wilhelm Dilthey (d. 1911), now little read, is perhaps best known for his careful delineation of the *Geisteswissenschaften*, or "human sciences" in its standard English translation.[43] As he groped towards his more general theory of human understanding, he developed the argument that history, art, culture, and society, past and present, can only be understood with reference to the individual and collective human psychology that produced them – in other words, that we cannot explain the actions and productions of the human past without reference to the psychological

[42] See LUGLI, "Legione II Partica," 228.

[43] One obstacle to engaging with Dilthey's thought is its lack of system. There are common themes running through it – those about art, psychology, and epistemology more generally are of the greatest interest to the historian – but the grand synthesis he envisioned never emerged. Instead, much of his *Gesammelte Schriften* is cobbled together from drafts and notes, which necessarily means a lot of repetition, incremental change, and *retractatio*. The five volumes of *Selected Works* in English translation (Princeton, 1985-2010)are judiciously chosen, but the editors have hewed unfortunately close to the syntax of the German originals, at times rendering the translation more opaque than the primary text. HODGES, H.A., *Wilhelm Dilthey: An Introduction*, London, Routledge, 1944, remains a good route into the huge corpus.

workings of the human mind, not just the way we think, but also the way we feel. *Verstehen*, or empathic understanding, as the Diltheyan method is translated into English, is a common part of the historian's toolkit, even if it is rarely explicitly embraced.[44] Perhaps a more methodologically acceptable statement of the same principle is R.G. Collingwood's description of historical method as the mental re-enactment of past events and experiences inside the mind of the historian.[45] The question of where imaginative and empathic inference about a historical figure's past experience becomes too speculative will never have a definitive answer. Imaginative non-fiction, like Javier Cercas' *Anatomía de un instante*, or robustly researched historical fiction in the manner of Hilary Mantel or Antonio Scurati, is predicated on a type *Verstehen*, anda historian's more restrained deployment of the same approach is justified inasmuch as it makes explicit the thought process many historians already deploy unconsciously.

So let us look at Murranus with an attempt at empathic understanding, and see what emerges. Before the Marcommanic wars of Marcus Aurelius, Pannonia had been little more than a large, rural breadbasket for the legions safeguarding the central European frontiers. Marcus' wars brought with them a vast upgrading of the provincial infrastructure, raised the profile of frontier towns, and triggered the growth of places like Cibalae, Sirmium, Siscia and other important road junctures in the provincial interior. But it did little to alter the character of Pannonia as *viro fortis et solo laeta*, a land strong in men and rich in farmland, as Solinus put it.[46] Urban centres remained few and far between, and where there were few urban centres, there few vectors for the diffusion of Roman legal culture or civic institutions. Likewise, without civic institutions and government – magistrates, *curia*, priesthoods – there were few opportunities for individual provincials to become citizens through participation in local government. That meant the vast majority of first- and second-century Pannonians were *peregrini*, living by local law and custom, and interacting with the imperial state mainly through the occasional encounter with soldiers. And yet things Roman were everywhere on display, the imperial image on coins, the emperor's name and titles on the milestones along the great military roads, the overwhelming scale of the public architecture on those rare occasions when a peasant went to the city. There could be no doubting where privilege and power lay, and for the Pannonian peasant to change his condition, the quickest path was through the army.

[44] As argued by KOHUT, T.A., "Psychohistory as History," in *American Historical Review* 91, 1986, pp. 336-54.
[45] COLLINGWOOD, R.G., *The Idea of History*, Oxford, Clarendon Press, 1946, pp. 205-315, esp. at pp. 213-17; 231-49.
[46] Solinus 21.2.

In normal times that path wound through an arduous twenty-five years of service as an auxiliary, at the end of which the veteran gained citizenship with his *honesta missio*.[47]But the 190s were not normal times, especially in Pannonia. The murder of Commodus, the short-reign of Pertinax, and the almost simultaneous risings of Pescennius Niger, Clodius Albinus and Septimius Severus, put a premium on able-bodied men for the civil conflict that was inevitable. The imperial rivals could not afford to be choosy about the background of their new recruits just so long as they looked capable of fighting. Perhaps Murranus' father seized a long-awaited opportunity, perhaps he was swept up in Severus' *dilectus*, but he was now a soldier, socialized into the total institution that was the Roman army of the high empire, a society in many ways sufficient unto itself. The young Murranus will have grown up in the camps, learning to be a soldier's son and a Roman, whether the formal grant of citizenship came with his father's enlistment or, more likely, when his father was granted the right of *conubium* with his mother under *ius civile*, enfranchising the young man though not his mother. A camp-follower in a time of active warfare, he might well have seen the landscapes of Syria and Asia Minor as well as the Rhône Valley, or perhaps he, his mother, and any siblings were parked in a *cannaba* somewhere in the Balkans until the II Parthica was done with helping Severus win and hold the purple. Either way, his education was eclectic and catch as catch can: the Roman army was a highly literate institution, with a mania for record-keeping rarely matched in antiquity, but it neither required nor offered a very advanced sort of literacy: hence the signs of the autodidact that mark the elderly Murranus' inscription – the miscellaneous affect, the occasional phonetic or regional spelling, the reaching for a grandiosity that remained tantalizingly beyond his grasp.

It may be that Murranus' untutored intellect was better catered for after the II Parthica settled at Castra Albanum. For all the inscription's awkwardness, its command of verb tense is that of a writer, not a speaker. Be that as it may, Murranus had clearly seen enough of army life to know that it was not for him. As a citizen himself, he did not face the choice that confronted young men his age whose fathers had served in the auxiliaries. For them, enlistment remained the path to gaining the privileges of citizeship that their discharged fathers enjoyed. For Murranus, the doors were open, and the obligation to serve that was placed on soldiers' sons in the fourth-century did not yet exist. What trade or profession he took up is unrecoverable, but he did well enough to marry a *petite bourgeoise* from humdrum Sulmo. Maybe his father had known a Paelignian Decrius in the legion or one of its sister units. Or perhaps Sulmo and Corfinium were a refuge from being sucked into the life of a soldier, far enough away from his relations to escape the camp, but not so far as to lose the family

[47]Before the reign of Antoninus Pius any children born while he was in the ranks were enfranchised after a soldier's *honesta missio*, but that ceased to be the case after ca. 140. See CAMPBELL, "Marriage of Soldiers."

connection. He and Decria had a large family and a household capable of sustaining it in some style. He gave his children thoroughly respectable names, with the immigrant's determination that his offspring assimilate in a way he never can.[48] They would have had traditional Roman educations, with a slave tutor at home, and then a *grammaticus* at school, though we need not imagine that familial ambitions ran as far as further study with a *rhetor*. Pudens, at least, had some Greek and, if Melusa's name is anything to go by, there were probably Greek-speakers among the household slaves.

At some point, Murranus and Decria acquired property in a country *pagus* some distance from the *pomerium* of Sulmo, or perhaps it came into the family with Decria. It was there, on the road into the *municipium*, that Thiasus would one day erect his grandfather's tomb. For all his evident prosperity, however, Murranus never played a leading role in his community, never held a priesthood or curial office. What prevented him, we cannot say, perhaps a diffidence occasioned by a sense of his own foreignness and inadequacy, or perhaps the snobbery of local worthies who wanted nothing to do with a jumped-up Pannonian newcomer in their Oscan valleys. Those same worthies, or their children and children's children, were the audience for Murranus' funerary performance, which may explain still more of its peculiarities. Along with the anguished sense of loss, there is the rhetoric of transformation and its evocation of Ovid, whose *patria* was Murranus' adoptive home. Murranus not only echoes the favourite Ovidian theme of metamorphosis, but also the sense of self-metamorphosis present in the exilic poetry. But whereas the cultured Italian had been undone, transformed into a voiceless barbarian by the experience of exile among barbarians, the Pannonian barbarian has been rendered civilized, which makes his unique deployment of *quicumque legerit aut legentem ausculta<ve>rit* all the more telling. Murranus, the Ovidian barbarian from Pannonia, is suggesting that the Romans among whom, transformed, he finds himself might themselves not be able to read the words that he, the barbarian convert, had composed. They might instead need to have his text read out to them. Murranus, a Pannonian whose franchise was of recent vintage, found himself in a cultural backwater in the Apennines, among men like his in-laws the Decrii, whose claim to status in the wider empire had long been their possession of Roman citizenship in a world of *peregrini* and slaves. Murranus would have felt his immigrant status, his difference, particularly harshly in Sulmo, where he might have passed unnoticed in a more cosmopolitan part of Italy. Exaggerating his own barbarism while impugning the literacy of his neighbours was, among other things, a type of posthumous revenge.

[48] Within an enormous literature, the key text is SAYAD, A., *The Suffering of the Immigrant*, D. Macey, trans., Cambridge, Polity Press, 2004.

If the foregoing seems to stretch the imaginative too far, we can still interpret Murranus and his epitaph as important witnesses to the third-century transformation of the Roman world.[49]In the empire of his birth, the internationalism of the Antonine elite was predicated upon the adoption of a single rhetorical and literary culture acquired through education, and on the ability to display that same culture publicly at the highest level of competency one could master. Murranus and his inscription belong to that world. It was one in which the aspirant to social position -- to a conversion to civilization from barbarism -- had to demonstrate his conversion in a form that was normalized towards traditional, classicizing displays of literary and cultural prowess, and had to be able to do this in his own voice and his own person. By the later third century, the time of Diocletian's accession, the assumptions reflected in Murranus' inscription no longer obtained. One could now be a consumer of traditional, classicizing culture but lack any ability to produce it oneself, without limiting the possibility of participation in the political culture of the empire. An Illyrian soldier-emperor was neither less Roman nor less *capax imperii* simply because he was himself incapable of participating as a producer in the traditional cultural mode. These new Romans had, instead, taken on the role of cultural consumers, as most fourth-century emperors continued to be. It is that separability of cultural consumption and cultural production which is so characteristic of fourth-century elite civilization. Classical or classicizing forms remained the universally accepted and normative cultural taste. Yet, in contrast to the earlier imperial centuries, the capacity to govern, and the right to participate in imperial governance,was not dependent upon an individual's ability to produce classical cultural forms. All that was needed was to be seen to consume the normative with approval. Murranus documents an intermediate stage in these developments. He looks back to a pre-Severan empire in which to become a Roman properly meant becoming a producer and user, as well as a consumer, of a traditional culture: the *faux naif* pride that Murranus takes in his cultural conversion, with its veiled aspersions on his Italian neighbours, only makes sense within that mental landscape. The point he was making would be lost on future generations. All around him, while Murranus still lived, his Pannonian and Balkan compatriots were creating a late imperial world in which his kind of cultural conversion was entirely unnecessary.

[49] And let us here remind ourselves that Murranus' inscription is dated solely by its letter forms, and though BUONOCORE's judgement on such matters is exquisitely refined, were the stone to in fact be second-century, we could throw out our entire interpretation – and probably assume that Murranus was a freedman. Some of our effort at*Verstehen* would still hold good.

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

AN UNRELIABLE WITNESS? *VITAS SANCTORUM PATRUM EMERETENSIUM* AND RELIGIOUS CONFLICT IN VISIGOTHIC SPAIN.

ROGER COLLINS

University of Edinburgh

ABSTRACT

Amongst the many achievements of Peter Brown may be included the ways in which he has taught us to understand and value the testimony of the Saints Lives and other hagiographic texts of Late Antiquity that often seemed baffling to scholars of earlier generations. On the other hand, sa small number of these hagiographic texts can appear so transparently historical in the nature and details of their content, as not to seem in need of such careful interpretation. In the western Mediterranean the Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium is an outstanding example of such a work, that has been used to throw light on a range of topics, from medicine to architecture, beyond the confines of the events in later sixth century Mérida that it describes, and largely without raising any questions as to the reliability of its narrative. However, when this can be compared with that provided by other, more clearly contemporary historiographical sources, its account usually proves to be erroneous or misleading. This article reopens questions long thought closed, or which have been ignored, as to the origins, nature and purpose of the work, so as to enable the strengths and weaknesses of its evidence be better understood.

KEY WORDS: HAGIOGRAPHY, SOURCE CRITICISM, VISIGOTHIC SPAIN, MÉRIDA.

RESUMO

Entre as muitas realizações de Peter Brown podem ser incluídas as maneiras pelas quais ele nos ensinou a compreender e valorizar o testemunho das Vidas dos Santos e outros textos hagiográficos da Antiguidade Tardia que muitas vezes pareciam desconcertantes para estudiosos das gerações anteriores. Por outro lado, um pequeno número desses textos hagiográficos pode parecer tão transparentemente histórico na natureza e nos detalhes de seu conteúdo, que não parece necessitar de uma interpretação tão cuidadosa. No Mediterrâneo Ocidental, o Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium é um exemplo notável de tal trabalho, que tem sido usado para lançar luz sobre uma variedade de tópicos, da medicina à arquitetura, além dos limites dos eventos de Mérida no final do século VI que descreve em grande parte sem levantar quaisquer questões quanto à confiabilidade de sua narrativa. No entanto, quando isso pode ser comparado com o fornecido por outras fontes historiográficas mais claramente contemporâneas, seu relato geralmente se mostra errôneo ou enganoso. Este artigo reabre questões há muito pensadas encerradas, ou que foram ignoradas, quanto à origem, natureza e finalidade da obra, de forma a permitir uma melhor compreensão dos pontos fortes e fracos das suas evidências.

PALAVRAS-CHAVE: HAGIOGRAFIA, CRÍTICA DE FONTE, ESPANHA VISIGODA, MÉRIDA.

Amongst the many things that the study of Late Antiquity owes to the scholarship of Peter Brown is the better understanding of the ways in which the supernatural was perceived and how it was encompassed in literary description in both Christian and pre-Christian societies in those centuries.[1] In particular, the significance of hagiographic texts, often overlooked or misunderstood by earlier generations of classicists and historians, have been re-evaluated in his published work, from the "The Rise and Function of the Holy Man" onwards.[2] His pioneering approach has led to a proper understanding of writings previously ignored, because of their apparent lack of nuggets of "hard" or useable information on historical events, named individuals or social practices.

By contrast, some hagiographic works of Late Antiquity and the Early Middle Ages (wherever the divide between them may be thought to fall) might not have seemed in need of such rescue, as they have long enjoyed scholarly enthusiasm, for their apparently containing just such helpful details. The mid-seventh century *Life of Theodore of Sykeon* (died 613) is a good case in point, with its vivid accounts of encounters between the Saint and a succession of emperors, and it has recently been recruited to help illuminate part of 'the Last Great War of Antiquity' of 603-628, fought between the East Roman Empire and Sasanian Iran.[3] In a western context of similar date, the anonymous work known as the *Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium* or 'Lives of the Holy Fathers of Mérida' (henceforth VPE) has enjoyed acclaim for its evidential value to both historians and archaeologists, not least for what it seems to say about a wide range of subjects relating to the history of the Spanish city of Mérida in the late sixth and early seventh centuries.[4]

First published in 1633, by a local historian of Mérida, the trustworthiness of its evidence on both the city and the so-called Visigothic kingdom more widely has long been taken almost for granted.[5]This includes its role in the identification of archaeological sites in the city, as for example

[1] Starting not least with his phenomenally well-attended lectures in Oxford in the early 1970s on "Society and the Supernatural from Marcus Aurelius to Muhammad". See Peter Brown, *A Life of Learning* (American Council of Learned Societies Occasional Paper 55, 2003) and Roger Collins, 'Oxford, 1968-1975: Crucible of Late Antiquity' (forthcoming).

[2] Peter Brown, 'The Rise and Function of the Holy Man in Late Antiquity', *Journal of Roman Studies*, vol. 61 (1971), pp. 80-101.

[3] André-Jean Festugière (ed.), *Vie de Saint Théodore de Sykéon* (2 vols. Brussells, 1970); James Howard-Johnston, *The Last Great War of Antiquity* (Oxford, 2021), pp. 73-86 and 137-140.

[4] "A source of remarkable value" according to one over-enthusiastic assessment: Roger Collins, 'Mérida and Toledo, 550-585', in Edward James (ed.), *Visigothic Spain: New Approaches* (Oxford, 1980), pp. 189-219, at p. 192. See also Javier Arce, 'The City of Mérida (*Emerita*) in the Vitas Patrum Emeretensium', in Evangelos Chrysos and Ian Wood (ed.), *East and West: Modes of Communication* (Leiden, 1999), pp. 11-14; Diego Pérez Sánchez, 'Algunas consideracionessobre el ceremonial y el poder politico en la Mérida visigoda', *Studia Historica. Historia Antigua*, vol. 20 (2-002), pp. 245-266 etc.

[5] Bernabé Moreno de Vargas, *Pauli Diaconi Emeretensis Liber de vita et miraculis patrum Emeretensium* (Madrid, 1633); the main source for idem, *Historia de la Ciudad de Mérida* (Madrid, 1633). The work was used from manuscripts before then: Ambrosio de Morales, *Los Otros Dos Libros Undecimo y Duodecimo de la Coronica General de España* (Alcala de Henares, 1577), pp. 84-85.

Bishop Masona's *Xenodochium*, or pilgrim hostal cum hospital.[6]Providing in itself the material for an entire book on the history of medicine in Visigothic Mérida, as well as for numerous articles on a wide range of other topics, its status as one of the few texts able to offer a reader a window onto life in a western Mediterranean city at that time seems almost beyond question.[7] The only significant attempt to undermine the consensus that it was the work of a first-hand observer writing in the 630s, thus close in time to the events it describes, has proved largely unpersuasive, thanks to its author's wider and very controversial project of liberating Pope Gregory the Great (590-604) from responsibility for writing his well-known *Books of Dialogues*.[8]

Freed from such doubts, VPE's standing remains high, not least for the way some of its narratives can fill out the all too spare and sometimes ambiguous reports of the only near contemporary historical writings produced in the Visigothic kingdom around this time, the chronicle of John of Biclarum (c.602) and the two versions of Bishop Isidore of Seville's *Historia Gothorum* (c.615) or *De Origine Gothorum* (c.625).[9] In particular, VPE places the wider issues, at which they sometimes do little more than hint, in a more intimate, well-rounded and localised context.[10]For example, it has recently been used very effectively to suggest the existence not just of conflicts between the growth of the centralising authority of the Gothic monarchy and the traditions of local independence and cultural self-sufficiency of a great Roman city such as Mérida, but also as evidence of detectable feuds and factional alliances within the city itself.[11]

In no one area is its testimony more frequently deployed than in the matter of religious conflict between Catholics and Arians; an issue that came to a head in the second half of the reign of Leovigild (569-586), before being resolved in the opening years of that of his son Reccared I (586-601). The sources for this suffer from being either contemporary but ill-informed and prejudiced, as in the case

[6] Pedro Mateos Cruz, 'Identificación del *Xenodochium* fundado por Masona', *IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispánica* (Barcelona, 1995), pp. 309-316; well-illustrated in Isaac Sastre de Diego, *Guía Arqueológica. Mérida Cristiana* (Mérida, 2017), pp. 61-69. Though this identification has more recently been called into question. See Pilar Diarte-Blasco, *Late Antique and Early Medieval Hispania: Landscapes without Strategy?* (Oxford, 2018), pp. 87-88.

[7] Blas Cuado, *La Medicina en Mérida según la Vida de los Padres Emeritenses* (*Cuadernos Emeritenses*, 25: Mérida, 2004). See also Manuel Sanabria Escudero, 'La medicina emeritense en las épocas romana y visigoda', *Revista de EstudiosExtremeños*, vol. 20 (1964), pp. 75-80 and G. Tsoucalas, K. Laios, M. Karamanou and M. Sgantzos, 'Bishop Paul of Mérida and the First Known Caesarean Section on a Living Woman', *Journal of Obstetrics and Gynaecology*, vol. 32 (2015), p. 203.

[8] Francis Clark, *The Pseudo-Gregorian Dialogues* 2 vols. (Leiden, 1987), vol. I, pp. 131-162; also idem, *The 'Gregorian' Dialogues and the Origins of Benedictine Monasticism* (Leiden, 2003), pp. 336-360.

[9] Cristóbal Rodríguez Alonso (ed.), *Las Historias de los Godos, Vándalos y Suevos de Isidoro de Sevilla* (León, 1975), pp. 172-281.

[10] *Johannis Biclarensis Chronicon*, ed. Carmen Cardelle de Hartmann, *Corpus Christianorum series latina*, vol. CLXXIIIA (Turnhout, 2001), pp. 124*-143*.

[11] Graham Barrett, 'Empire and the Politics of Faction: Mérida and Toledo Revisited" (forthcoming), an important revisionist study.

of the notices of it given by Gregory the Great in his *Dialogues* and in the *Books of Histories* of Gregory of Tours, or being geographically closer but later in time, as with John of Biclarum and Isidore, both of whose accounts may have been influenced by other considerations.[12] So, here VPE seems, if not strictly contemporary, to be a beacon of clarity. The intimacy of observing this kingdom-wide confrontation being played out in the context of a single city and between a group of named individuals is unmatched in any other source, and thus seems to provide a new dimension to our understanding of both what actually occurred and what was at stake.

The high evidential value accorded to the testimony of VPE in this and other areas has diverted attention from some of the problems raised by the state of the text in its present form. One of the most obvious of these, if little discussed, is the peculiar nature of its structure. In the way in which it is found in the few extant manuscripts, the VPE is divided into five books, the first three of which are considerably shorter than the remaining two.[13] They recount three miraculous events that occurred in the vicinity of Mérida, which are explicitly intended to parallel the far more numerous stories of a similar character collected by Gregory the Great in his *Dialogues* of 593.[14] The fourth and fifth books of the VPE, on the other hand, describe events from the pontificates of five of the city's bishops, from Paul and his supposed nephew Fidelis to Masona, Innocent, and Renovatus.[15] The fourth book is devoted to the first two of them, while the fifth, the longest of all, is almost entirely given over to the bishopric of Masona, with only very brief mention made of his two immediate successors at the very end of the book.

While no explicit chronology is ever given in the VPE, approximate dates for some of the five episcopal tenures have been deduced, in part from the attestation by two of them of conciliar acts from 589 onwards. VPE itself is the only evidence for the existence of both Paul and Fidelis, and even the names of their predecessors as bishops of Mérida since the mid-fifth century are entirely

[12] Gregory the Great only includes Hermenegild, in a sensationalist account that does not tally with the prosaic details of John of Biclarum's chronicle: *Libri* Dialogorum III. xxxi, Adalbert de Vogüé (ed.), *Grégoire le Grand, Dialogues* (3 vols. Paris, 1978-1980), vol. II (1979), pp. 384-390. Gregory of Tours, who met Arian envoys from Spain on their way to and from Frankish courts, also in practice confines himself to the revolt of Hermenegild. See Roger Collins, 'Gregory of Tours and Spain', in Alexander Callendar Murray (ed.), *A Companion to Gregory of Tours* (Leiden, 2015), pp. 498-515. For Isidoran historiography see Jamie Wood, *The Politics of Identity in Visigothic Spain. Religion and Power in the Histories of Isidore of Seville* (Leiden, 2012).

[13] For the MSS see Antonio Maya Sánchez (ed.), *Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium, Corpus Christianorum series Latina*, vol. CXVI (Turnhout, 1992), pp. X-XXXI.

[14] VPE, *praefatio*, ed. Garvin, p. 136; ed. Maya Sánchez, pp. 3-5.

[15] Barrett, 'Empire and Politics of Faction' (forthcoming) raises very pertinent doubts about the relationship.

unknown, other than for a Bishop Zeno, who received a letter from Pope Felix III (483-592).[16]In his Chronicle, John of Biclarum mentions Masona in his entry equivalent to the year 573. While several of his annal entries have been shown to have become internally misplaced, possibly in the course of the work's transmission, the variations are not extreme and a commencement of Masona's episcopate in the early 570s seems reasonable.[17]

The extent of those of Paul and Fidelis, who preceded him, estimated at about thirty years for both, cannot be other than guesswork. At the other end chronologically, Renovatus's successor Stephen was clearly in post by 633, when he signed the acts of the Fourth Council of Toledo. Based on these clues of uneven worth, the historical coverage of Books Four and Five of VPE is of a period from roughly 540 to c.630. Within that, attention is particularly focussed on the conflict over Arianism under Leovigild and Reccared I.Additionally, one of the three miracle tales in the first part of the work is explicitly set in the reign of Leovigild.

The general view on VPE's date of composition also derives from these same indicators, and in particular the lack of mention of Bishop Renovatus's successor, Stephen. First attested in 633, he himself had been replaced by (H)orontius by either 635 or 638.[18] From the time of the second editor of VPE, Tamayo de Vargas (c.1589-1641) onwards, it has been thought that the work was written during the period of office of bishop Stephen, and thus in the early 630s.[19] The logic behind this is that it would not have been appropriate to include him if he were still living, and equally so to exclude him if he had died prior to the completion of the text.[20] This and similar arguments depend not least upon the extant version of the text still having the form and the dimensions its author originally intended. This is by no means assured.

The disparity in the scale and in the nature of the content of the first three books of VPE when compared with the final two has aroused comment, but not been allowed until recently to cast doubt on the integrity of the work as a whole. An intriguing suggestion, newly made, would see the VPE

[16] He also features in an inscription recording the repair of the city's bridge over the Guadiana, along with a Count Salla; see José Vives, *Inscripciones cristianas de la España romana y visigótica* (2ndedn., Barcelona, 1969), no. 363, pp. 126-127. See also Henrique Flórez, *España Sagrada*, vol. XIII (Madrid, 1756), pp. 165-176, who did not know of Zeno.

[17] Johannis Biclarensis Chronicon, 30, ed. Cardelle de Hartman, p. 65. For the chronological problems see Roger Collins, 'An historical commentary on Johannis Biclarensis *Chronicon*, ibid., pp. 110-148 gives several examples.

[18] The foundation inscription of the church at Ibahernando, near Mérida, may refer to a Bishop Orontius and to the year 635. Horontius, bishop of Mérida, certainly signed the Acts of VI Toledo of 638. See García Moreno, *Prosopografía*, no 440, pp. 171-172.

[19] Tomás Tamayo de Vargas, P*auli Diaconi Emeretensis Liber de vita et miraculis partum Emeretensium* (Antwerp, 1638).

[20] Maya Sánchez (ed), VPE, pp. LV-LVI; Garvin (ed.), VPE, pp. 1-6. See also Aquilino Camacho Macías, *El Libro de las Vidas de los Santos Padres de Mérida* (Mérida, 1988), pp. 29-30.

in its present form as the later amalgamation of two quite separate works from two different authors.[21] This could explain the contrasts in size and purpose between the two components, which would thus represent fragments of once larger and more coherent works, not very artfully combined to create a hybrid. While this does not necessarily challenge the argument for putting composition of the text of the present books Four and Five in the 630s, it does imply that the form in which we now have the work is the product of some later and much less easily determined date.

Such an argument may go further than some, including the most recent editor of the text and similarly the creator of its latest translation into Spanish, are prepared to accept, even if it does address an anomalous feature of the VPE that is largely overlooked.[22] However, while there are good structural grounds for suspecting that the work in its present form may not have originated as a single composition, stylistic evidence, including some distinctive and idiosyncratic features, seems to point to all or most parts of it as having been written by the same author. So, it may represent all that survive of two separate works of identical authorship, fused together at a later point in time, and with a non-authorial five book structure then imposed upon the composite text. The possibility of some textual interpolation at this time must also be allowed.

There has been a tendency among those scholars who have used the testimony of the VPE for historical and archaeological purposes to ignore the generic disjunction between what are here called the two parts, or Books One to Three on the one hand and Books Four and Five on the other. This may have been further encouraged by the presence of references to the reign of Leovigild in both. However, the authorial intent behind the first three books is made explicit in a short preface, which announces his (or her?) intention of recording Spanish examples of the numerous miraculous interventions reported by Pope Gregory in his *Dialogues*.[23] On the other hand, such miracle stories are almost entirely lacking in Books Four and Five, beyond a supernatural chastisement of King Leovigild by Eulalia, the patron saint of Mérida, which is largely incidental to the narrative.[24]

At the simplest level, it is hard to imagine an author openly setting himself the kind of task described in the preface, while knowing he only possessed three suitable stories to include in his book. Even assuming this were to be the case, why would he switch genre to a virtually miracle-free episcopal history while having explicitly compared his work to that of Gregory?So, it is hard to resist

[21] Graham Barrett, 'Empire and Politics of Faction' (forthcoming).

[22] VPE, ed. Maya Sánchez, p. LV; Isabel Velázquez Soriano, *Vidas de los Santos Padres de Mérida. Introducción, traducción y notas* (Madrid, 2008), pp. 11-13.

[23] VPE *praef*., ed. Garvin, p. 136; ed. Maya Sánchez, pp. 3-5.

[24] VPE V. viii. 3, ed. Garvin, pp. 222-224; ed. Maya Sánchez, p. 74.

the view that we are faced with two different kinds of book: one a collection of miraculous tales and the other an episcopal history, focusing on the role of Saint Eulalia as the patron of the city and of its bishops. It is hard to imagine that the author of the VPE, whose literary skills are quite apparent in the individual parts of the text, was also so poor a writer as to have concocted the very unsatisfactory and generically hybrid structure of his work as it stands. While the influence of Gregory's Dialogues on Books One to Three is explicit, no attempt has been made to seek a source for or parallel to the local episcopal history of Books Four and Five.

Almost all other early examples of the genre of *Gesta Episcoporum*are of Carolingian origin, dating from 784 and after. The only exception, which was also the model for virtually all of them, is the papal *Liber Pontificalis*, the first version of which dates to c. 540.[25] Its entries on successive popes tend to be briefer and more factual than the second part of VPE, recording papal places and dates of burial, synods held, decisions made, building projects undertaken, numbers of ordinations conducted, and other kinds of statistical information, with only short references to contemporary events. However, some of the last of the pontifical *vitae* in the mid-sixth century version are longer and include more detailed descriptions, including in the case of Pope Agapitus (535-536) an account with dialogue of a confrontation between him and the emperor Justinian in Constantinople in a theological debate. In it Agapitus is made to compare Justinian with the persecuting emperor Diocletian, openly refusing to yield to his threats and defying him to his face.[26] So, it is quite conceivable that the author of VPE, like his Carolingian successors, was influenced by the *Liber Pontificalis*, both in terms of the overall conception of his work and, from specific parts of it, the way he constructed some of his narrative.[27]

An examination of the manuscript tradition is a precondition for the further pursuit of this hypothesis, and for a clearer chronology for the history of the formation of the work in its present form. Only found in a small number of codices, in either complete or partial form, the VPE was first edited in the seventeenth century, not very expertly and based on all too few of them.[28]In 1946the first modern critical edition appeared, in a doctoral thesis for the Catholic University of America. Its editor, Joseph N. Garvin C.S.C., the first Assistant Director of the Medieval Institute of the University

[25] Michel Sot, *Gesta Episcoporum, gesta abbatum* (*Typologie des Sources du Moyen Age Occidental*, vol. 37, Turnhout, 1981, pp. 7-8, 32-41.

[26] *Liber Pontificalis* LVIIII, ed. Louis Duchesne, *Le Liber Pontificalis. Texte, introduction et commentaire* (2 vols., Paris, 1955), vol. I, pp. 287-289.

[27] It must bead mitted that no other evidence exists for knowledge of the *Liber Pontifalis* in Spain in the early medieval centuries.

[28] For the *editio princeps* by Bernabé Moreno de Vargas (1576/7-1648) see note 5 above; for an assessment: VPE, ed. Maya Sánchez, pp. LIX-LXI.

of Notre Dame, was constrained by the difficulties of the time, in the access he was able to gain to the manuscripts, mostly but not exclusively to be found in Spain.[29] Importantly, however, his edition, which is accompanied by a substantial linguistic and literary commentary, was the first to recognise the existence of two distinct versions of the text.

Represented by only three manuscripts, this second form of the text was clearly not of the original author's making, but it may represent a reaction to the problem of the contents mentioned above. Whoever was responsible took several of the miracle stories from the *Vita Fructuosi*, the life of the monastic founder Fructuosus, bishop of Braga (653/6 to pre-675), and inserted them in blocks into the VPE after the three original tales and before the two books devoted to the bishops of Mérida.[30] The details of the insertions and the composition of the manuscripts containing this secondary version are fully described in the authoritative edition of the VPE made for the *Corpus Christianorum* series by Antonio Maya Sánchez in 1992.[31]It should be noted that problems with the dating and manuscript tradition of the *Vita Fructuosi* in general limits use as a chronological indicator for this revised form of the VPE.[32]

In addition to the sections taken from the *Vita Fructuosi* and inserted into the original text, a prefatory list of contents shows that this second version also once included some additional items that were placed at the very end of the work, following the conclusion of Book Five.[33] These included a *Confessi*o written by a Deacon Paul and addressed to a Bishop Festus, who may have been the bishop of Mérida of that name sometime between 666 and 681.[34]Its existence is established by the list, but the *Confessio* itself has not survived, as of the three manuscripts containing the expanded version, none is now complete.[35]

The earliest of the manuscripts containing the original or un-interpolated version has been dated to the tenth century, which is also the period of the first possible mention of the text in an independent context. This is in a somewhat problematic letter sent by king Alfonso III of the Asturias (866-910) to the canons of St. Martin's church in Tours, which is dated to 906.[36] In it the king seeks

[29] Joseph N. Garvin (ed.), *The Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium. Text and Translation, with Introduction and Commentary* (Washington D.C. 1946), pp. 12-23. Garvin's subsequent academic career was mainly devoted to the study of medieval philosophical texts of later centuries.

[30] VPE, ed. Maya Sánchez, pp. LXXIX-XCV; on Fructuosus see García Moreno, *Prosopografía*, no. 383, pp. 151-153.

[31] See note 13 above.

[32] Manuel C. Díaz y *Díaz, La Vida de San Fructuoso de Braga. Estudio y edición crítica* (Braga, 1974, pp. 13-23.

[33] VPE, ed. Maya Sánchez, pp. XXXI-XLIII and LV-LVII.

[34] García Moreno, Prosopografía, no. 442, p. 172.

[35] VPE, ed. Maya Sánchez, pp. XXXIII-XLI and L-LIV.

[36] A.C. Floriano (ed.), *Diplomática española del period Astur* (2 vols., Oviedo, 1949-1951), vol. II, no. 185, pp. 339-342.

to acquire an imperial crown that that had been presented to the church by one of the Carolingian rulers in the preceding century. He offers to send in return: *multorum virorum illustrium vitam virtutes et mirabilia ut pote Emeretensium evidenter ac sapienter conscriptas habemus quae, utre moror in archivis vestris non habentur.*[37]

Doubt has been cast on the authenticity of this letter, both because of its unusual contents and the nature of the communication involved, between the Asturias and the Loire valley.[38] However, the manuscript tradition of the text, the lack of any obvious reason for its being forged, the good evidence for long term links between the two regions, and the correctness of the contemporary references in the text all combine to promote trust in its overall reliability, even if it were subject to some later changes. [39] This would therefore seem to establish that a version of the VPE was known in the Asturian kingdom by at least the beginning of the tenth century. At some later date it may have been the presence of VPE in other, less easily determined locations, that inspired the writing of the Pseudo-Isidoran letters supposedly addressed to Bishop Masona, Duke Claudius and Archdeacon Redemptus, all of whom feature in its text and the last of them exclusively so.[40]

It is also possible that the version of VPE referred to by Alfonso III in 906 was the second form of the text, with the interpolations taken from the *Vita Fructuosi*. The earliest manuscript containing this is dated to the 11thcentury and is held in the *Bibliothèque municipale* of Evreux in Normandy.[41] Up to the French Revolution it had been owned by the Norman abbey of Notre-Dame de Lyre.[42] It is the only codex containing either version of the VPE that was written outside of the Iberian Peninsula. The promise of a copy of the text for St Martin, Tours, is the only known context in which it might have found its way to north-western France. Admittedly, Notre-Dame de Lyre was not founded until 1042.[43]Therefore, some prior circulation in the Loire/Normandy region would have to be imagined; one that has left no other trace of itself. So, this can only remain as an intriguing speculation.

[37] Ibid., p. 341. It is even conceivable that he is referring to a complete version of our 'Part One', and not VPE in its present state.

[38] See the discussion in ibid., pp. 342-345.

[39] Roger Collins, 'El Reino de Asturias en el Europa del siglos VIII al X', in Javier Rodríguez Muñoz (ed.), *Nuevas Visiones del Reino de Asturias* (Oviedo, 2020), pp. 11-25, at pp. 15-16.

[40] These three Pseudo-Isidoran letters, unlike some of the others, have not been extensively studied: Faustino Arévalo (ed.), *Sancti Isidori Hispalensis Episcopi Opera Omnia*, vol. VI (Rome, 1802), pp. 563-573; also, Gordon B. Ford Jr. (tr.), *The Letters of St. Isidore of Seville* (2ndedn., Amsterdam, 1970), nos. IV, VI, and VII, pp. 22-27 and 30-43.

[41] Evreux Bibliothèque Municipale, MS latin 30, ff. 83r-118v; see VPE, ed. Maya Sánchez, pp. XVI-XVII and notes 21 and 22.

[42] Geneviève Nortier, *Les bibliothèques médiévales des abbayes bénédictines de Normandie* (Paris 1971), pp. 124-142.

[43] Charles Guéry, *Histoire de l'Abbaye de Lyre* (Evreux, 1917), pp. 3-39, and pp. 323-402 for the monastic library.

The relationship between the dozen surviving manuscripts of both text forms of the VPE have been carefully deduced and clearly expounded in the *Corpus Christianorum* edition.[44] The codices themselves are dated on palaeographic and other grounds to being no earlier than the tenth century, and this, as just mentioned, also encompasses the letter of Alfonso III to Tours of 906. The manuscript tradition reveals itself as possessed of considerable complexity. This includes the consequences of a further deduction from the editor, derived from the presence of common errors in manuscripts of the interpolated version and in some of those containing the original or un-interpolated form of the text. This indicates the existence of at least another stage in the transmission, following authorial composition but prior to the point at which the divide between the two versions took place.[45]

What, however, the codicological and textual evidence cannot provide is any evidence as to when the VPE was originally written, either as a single work, close to its present form, or as two separate ones, parts of which were subsequently joined together. Maya Sánchez, understandably, relies on the *a priori* deductions previously used to suggest a point of origin in the mid-630s, and suggests that the evidence that the *Confessio* of Paul to Bishop Festus once formed an integral part of the interpolated version implies that the latter was created in the 670s.[46]

If these deductions be accepted, *nemo contradicente*, then the authority of the information contained in the VPE, removed by roughly two generations from the period on which it mainly focuses may be considered strong, though not overwhelmingly so. Yet there are other problems with it that have been largely ignored that might lead us to question its fidelity.

Firstly, the text needs to be interrogated for any clues it may provide about its author. That there is a single author, whether the work in its present form derives from fragments of two previously separate components, seems established by generally strong stylistic consistency and the presence of idiosyncratic features common to both Books One to Three and Four to Five. Amongst the latter, for example, are the peculiar distinction between and juxtaposition of 'the Orthodox' and 'the Catholics'.[47]

[44] VPE, ed. Maya Sánchez, pp. XLIII-LVIII.

[45] Ibid., p. LI

[46] VPE, ed Maya Sánchez, pp. LV-LVI

[47] *Virorum ortodoxorum maximeque catholicorum prorsus*: VPE, *praefatio*, line 1, ed. Garvin, p. 136; ed Maya Sánchez, p. 3, and *vir denique orthodoxus et per omnia catholicus*: VPE V. ix, ed. Garvin, p. 230; ed. Maya Sánchez, p. 79. See Garvin p. 260 for useful commentary.

Authorial self-presentation in the narrative only occurs at one point, which is in Book One, the story of a boy called Augustus and his celestial vision, prior to his death.[48]The anonymous author hears the vision directly from the sick boy. He describes himself as a deacon and states that he recounted what he had heard from Augustus 'to my lord abbot'.[49] The physical context is the *Domus Sanctae Eulaliae*, the church erected on the site of the martyr's burial, which was also the residence of a monastic community, to which it may be assumed the author belonged.[50]No chronological indicators are given at any point in this narrative, though it is worth noting that archaeological evidence suggests the basilica of St. Eulalia was destroyed at some point in the ninth century.[51]

Book Two on the other hand starts with the statement that what it describes occurred 'very many years before our time'.[52] The story itself is about a gluttonous monk of the monastery of Cauliana, located in the countryside near Mérida and possibly to be identified with site of a ruined chapel of fifteenth century date known as the Ermita de Cubillana.[53] The anonymous monk is eventually led to see the error of his ways, prior to an exemplary death in which he foresaw himself admitted to Heaven by saints Peter, Paul and Laurence. A central role in the narrative is played by the then abbot, 'the venerable Renovatus of pious memory, later a famous bishop of Mérida'.[54] The episcopate of Renovatus, the second successor to Masona, is not capable of precise dating, as he is not attested as signatory to any council. His successor Stephen was certainly in office by 633, and his predecessor Innocent was still occupying the see in 610.[55]

This raises a problem for the normally accepted date for the first composition of the VPE. As this is generally assigned to the pontificate of Stephen in the 630s, it is hard to see how a story relating to his predecessor Renovatus, even prior to his episcopate, can be said to have occurred 'very many

[48] This is an unusual personal name for Visigothic Spain, but two officials bearing it appear in the letters of Gregory the Great: J.R. Martindale (ed.), *The Prosopography of the Later Roman Empire*, vol. IIIA (Cambridge, 1992), p. 155.

[49] *Ego indignus et omnium peccatorum primus, levitaChrsti….sanctissimo viro domno et abbati meo*: VPE I, ed. Garvin, p. 144; ed. Maya Sánchez, p. 12. See Ana Suárez Fernández, 'Un relato de fantasmas hispano visigodo: el caso de pequeño Augusto en las *Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium'*, *Estudios Medievales Hispánicos,* vol. 5 (2016), pp. 263-290.

[50] Pedro Mateos Cruz, *La Basilica de Santa Eulalia de Mérida. Arqueología y urbanismo. (Anejos de Archivo Español de Arqueología, vol.* XIX, Madrid, 1999) and *Extremadura arqueológica III: Jornadas sobre Santa Eulalia de Mérida* (Badajoz, 1992).

[51] Pedro Mateos Cruz, *La Basílica de Santa Eulalia de Mérida. Arqueología y urbanismo* (*Anejos de ArchivoEspañol de Arqueología*, vol. XIX, Madrid, 1999), p. 201.

[52] VPE II, line 1: ed. Garvin, p. 146; ed. Maya Sánchez, p. 14: *ante nossatisplurimosannos…*

[53] Vicente Navarro del Castillo, 'El Monastério visigótico de Cauliana, hoy ermita de Santa María de Cubillana', *Revista de studios extremeños*, vol. 20 (1964), pp. 513-531.

[54] VPE II. The translation is that of Garvin, p. 146. The identification of the bishop as the former abbot is also stated in VPE V. xiv, ed. Garvin, p. 254; ed. Maya Sánchez, p. 100. See Luís A. García Moreno, *Prosopografía del reino visigodo de Toledo* (Salamanca, 1974), no. 438. p. 171.

[55] Ibid. no 439, p. 171 and no 437, p. 170.

years ago'. In addition, if the author was writing no more than five years after the death of Renovatus, it is difficult to understand why he is referred to in the text of Book Two as if its readers would never have heard of him. Furthermore, as Renovatus is described as *mirificus* in Book Two, it is surprising that he is not given a much more substantial treatment when his episcopate is mentioned in just five sentences at the end of Book Five.[56]

Even allowing from some difference in perspective on the passage of time, the story of the gluttonous monk of Cauliana does not easily fit with a date of composition of the VPE in the 630s. This is not the only point at which chronological doubts can be raised. Even in the Preface, Gregory the Great (d. 604) is depicted as living at what feels like a greater distance in time from our author's 'now' than a date in the 630s might warrant. The reference to the pope as being *inflammatus paracliti carismate Spiritus* also evokes the image of him being inspired by the Holy Spirit, usually depicted iconographic ally as a dove sitting on his shoulder and whispering into his ear.[57] This widely attested imagery derives from various later *Vitae* of the pope, rather than from anything in his own writings or in contemporary accounts of him. It is first found in the *Liber Beati et Laudabilis Viri Gregorii Papae Urbis Romae*, written by an anonymous monk of the Northumbrian abbey of Whitby around 714.[58]This story, along with others taken from this Whitby Life, was interpolated into the text of a life of Gregory that has been attributed to the Lombard historian Paul the Deacon (d. c. 798), while an alternative version of it was included in another life of the pope, that was written by John the Deacon in Rome during the pontificate of John VIII (872-882). This is not to suggest that the author of the VPE was directly inspired by the Whitby *Life of Gregory*, but the emergence and spread of this tale and the view of the pope it implies suggest a date later than the 630s when Gregory's reputation was only starting to establish itself in Rome.[59]

The third book of the VPE raises similar questions about its chronology and its implications for the question of the work's compositional history. The author begins his brief account of the fate of the African hermit Nanctus, who was established in an estate near Mérida by king Leovigild (569-586), with the surprising statements that "While trying to tell of recent events, we have omitted the deeds of earlier times. Many speak of how, many cycles of years ago, in the times of Leovigild, king

[56] VPE V. xiv. 4, ed. Garvin, pp. 254-256; ed. Maya Sánchez, pp. 100-101.

[57] VPE praef., ed. Garvin, p. 136; ed. Maya Sánchez, p. 4 (his text quoted here).

[58] *Vita Gregorii,* ch. 26, ed. Bertram Colgrave ,*The Earliest Life of Gregory the Great* (Kansas, 1968, reprinted Cambridge, 1985), pp. 120, 122; see also pp. 45-49 for the dating, and pp. 51 and 58 on the story of the dove.

[59] Peter A. B. Llewellyn, 'The Roman Church in the Seventh Century: The Legacy of Gregory I', *Journal of Ecclesiastical History*, vol. 25 (1974), pp. 363-380.

of the Visigoths…"[60] Firstly, in the text in its present form he had only so far included only one unquestionably recent event in his narrative, the vision and ensuing death of the boy Augustus. His only other story, that of the gluttonous monk of Cauliana, had, like the one he was starting to recount about abbot Nanctus, been located "many years ago".[61] Again, it is worth remembering that the authorial intention stated in the preface was to show that "in Mérida in our own times such things had taken place" as had been described by pope Gregory in his *Books of Dialogues*.[62] So, unless the author was entirely unaware of what he was writing, two of his three miracle stories, supposedly drawn from "Mérida in our own times" were taken from what in his perspective was a distant past.

This is not the only surprising feature of the opening lines of Book Three. The entitling of Leovigild as "king of the Visigoths" is another and perhaps greater one. This is but one anachronistic feature in his account of the events of the later sixth century that he describes in much greater detail in Books Four and Five. Although used by Gregory the Great and others writing outside of the Iberian Peninsula, the term 'Visigoths' does not appear in contemporary Hispanic sources.[63] From the later sixth century a new Gothic identity was forged for both the kingdom and its social elite, irrespective of their family origins, as represented in such phrases as *gens et patria Gothorum.*[64] Only after the Arab conquest of 711, when not just a political but also an ideological gulf had been created between the now defunct Kingdom of the Goths and its Christian successor states in the north of the peninsula did the name of Visigoth become common in Hispanic texts, as in the entitling of the law code as *Lex* or *Leges Visigothorum.*[65] The standard modern practice of calling the kingdom that came to an end in 711 that of the Visigoths is convenient, in distinguishing it from the (Ostro) Gothic kingdom in Italy, but it distorts the realities of the period, and has led to a misleading over-emphasis on supposed ethnic and cultural distinctions between a 'Visigothic' ruling class and a Hispano-Roman subject population nearly two hundred years after the former's arrival in the Iberian Peninsula.

The author of VPE only uses the word in reference to king Leovigild. Thus, when he mentions the future monarch Witteric (603-610) he gives him the title of *Rex Gotorum*. Three of the bishops

[60] VPE. III, ed. Garvin, pp. 154 and 156; ed. Maya Sánchez, p. 21. See Alexandra Chavarría Arnau, 'Monasterios, campesinos y v*illae* en la Hispania visigoda: la tragic historia del abad Nancto', in Catherine Balmelie, Pierre Chevalier and Gisela Ripoll (ed.), *Mélanges d'Antiquité tardive. Studia in honorem Noel Duval* (Turnhout, 2004), pp. 114-125.

[61] VPE III: *ante multa iam plurima curricula annorum*, ed. Maya Sánchez, p. 21.

[62] Ibid. *praef,* quoting Garvin's translation, p. 137.

[63] Suzanne Teillet, *Des Wisigoths au nation Gothique* (Paris, 1984), pp. 9-10 and n. 44.

[64] See most recently Santiago *Castellanos, The Visigothic Kingdom in Iberia: Construction and Invention* (Philadelphia, 2020), pp. 83-114.

[65] Collins, 'Reino de Asturias' on the break between the Gothic kingdom and its ideological reconstruction in the late ninth century.

of Mérida he includes in Book Five are also said to be Goths: two are Catholic and are described as being Gothic 'by birth' or 'by nation'.[66]The third is Masona's Arian rival, bishop Sunna. Quite what is meant by these statements about ethnic origin cannot be known, as no other details of the family backgrounds are preserved. Were they born into families with nothing but a 'Gothic' heritage, mixed as that was from its origins in the late fourth century Balkans onwards?[67] This question is especially relevant in the case of Masona (or its variant Mausona), as his name was neither Gothic nor Roman but Berber, in other words indigenous North African.[68] In the light of the evidence for substantial migrations from North Africa into the Iberian Peninsula from the second half of the sixth century onwards, this is by no means surprising. But it does raise the questions of exactly what the author of the VPE meant by describing Masona as a Goth and how reliable his evidence for so doing might have been.

In calling Leovigild *Rex Visegothorum* or the king of the Visigoths in both Books Three and Five, our author might have been borrowing the usage of Gregory the Great, from whose *Dialogues* he takes numerous unacknowledged quotations.[69]On the other hand, the unanimous presentation of the *regnum Gothorum* as the sole legitimate political authority in the peninsula in the historical writings of John of Biclarum and Isidore of Seville, and in both conciliar acts and secular laws, makes the author of the VPE's way of referring to Leovigild surprising in the context in the 630s.

However, the author's image of Leovigild in Book Five is at best fanciful, and it is also at variance with the positive way in which he is depicted as both patron and potential avenger of the Catholic hermit Nanctus in Book Three; here too he is described as *rex Visegothorum*. Before addressing this issue further, it is also worth noting that several of the other statements he makes about the events of the episcopate of Masona (570s – c.600) can be shown to be erroneous or misleading in strictly factual terms.

For example, a certain Claudius is described as *Dux Emeretensis civitatis.* The title of dux was, however, that of a military official at the provincial not the urban level, and we know from the chronicle of John of Biclarum that Claudius was the Dux ('Duke') of Lusitania.[70]He features in the

[66] VPE V ii and xiv, ed. Garvin, pp. 190 and 254; ed. Maya Sánchez, pp. 48 and 100.

[67] Suzanne Teillet, *Des Goths à la nation gothique* (Paris, 1984), pp. 503-536; also, Manuel Koch, *Ethnische Identitätim Entstehungsprozess des spanischen Westgotenreiches* (Berlin, 2012), pp. 217-404.

[68] Collins, 'Masona, Bishop of Merida' (*Brill Encyclopedia of Early Christianity*, forthcoming); Interestingly, the name of his replacement as bishop, Nepopis, would seem to be Egyptian.

[69] For example, in describing the conversion 'of the Visigoths' to Catholicism under the rule of Reccared: VPE V. ix, ed. Garvin, p. 230; ed. Maya Sánchez, p. 79; ibid. pp. 108-109 lists all the borrowings from the *Dialogues*.

[70] Iohannis Biclarensis Chronicon, 90, ed. Carmen Cardelle de Hartmann, CCSL vol. CLXXIII A, p. 80

narrative of the VPE as the bishop's ally, and like him is the subject of a planned assassination attempt, on the part of a group of Gothic Counts in league with the Arian bishop of Mérida, Sunna. In John's chronicle, however, Sunna is presented, together with Segga, probably a Gothic official, as the ringleaders in a conspiracy against king Reccared in 587.[71]It is not impossible that this intended revolt may have included the elimination of Masona, but the scale and focus of the events described in the two narratives are entirely different.

Such obvious inaccuracies as the descriptions of Claudius as *Dux Civitatis Emeretensis* and of Leovigild as *Rex Visegothorum* might be thought to undermine our witness's credibility or could not unfairly be used to suggest that the author was writing in a period later than that of the Gothic kingdom, in other words after 711, and thus be unfamiliar with some of its institutional terminology. On the other hand, there are no grounds for requiring the writer of a work of hagiography to share the same literary principles as might be expressed by an historian. Nor was consistency a necessary virtue. It may be the literary influence of Gregory the Great mattered more to the author than the contemporary political ideology of the new forged Gothic kingdom. Similarly, the association of the Dux Claudius with the city of Mérida rather than with the province of which it was the administrative centre may have seemed more important to him than using the duke's correct title.

The deliberate focus on the city and its patron saint could explain the very narrow perspective of our author when it comes to describing political events beyond his own immediate concern. Also, if the idea that the text as we have it consists of fragments of two once separate works is correct, then we have the explanatory preface to the first of them but lack any equivalent for the second. So, no comparable statement of intent exists for the second part.

Whatever the truth of that, the author's presentation of the events following the death of Leovigild in 586, VPE is almost entirely centred on Mérida, and he gives no indication of the wider dimensions of Sunna and Segga's conspiracy, thereby also suggesting lack of knowledge of John's chronicle. No hint of any influence of it or of the historical works of Isidore of Seville can be found in VPE.[72]However, our author's perspective was not always localised: a little later in Book Five he includes a brief account of another rising, in the province of Narbonensis, which was led by two Gothic counts and an Arian bishop of unidentified see called Athalocus, and involved an invasion by Frankish forces.[73]No mention of these names are to be found in John's chronicle, though the Frankish

[71] Ibid, 87, p. 79.

[72] Also, John mentions a *Johannes presbyter ecclesie Emeritensis* in an annal for 577, who does not feature in VPE: *Johannis Biclarensis Chronicon*, 51, ed. Cardelle de Hartmann, p. 70.

[73] VPE V. xii, ed. Garvin, p. 246; ed. Maya Sánchez, p. 92-93.

incursion is probably to be identified with the one he dates to 588 and which he describes as being decisively defeated by Duke Claudius of Lusitania at Carcassonne.[74] For John this is purely a Frankish invasion, instigated by King Guntramn and led by his Duke Boso, with no suggestion of collaborators existing amongst the Gothic elite.

It is with the account of Leovigild's face to face encounters with Masona in Toledo, which form the centrepiece of the narrative in Book Five that especial difficulty lies. Its most extraordinary feature is that some of this episode is taken verbatim but without acknowledgement from the *Vita Desiderii*, whose authorship is attributed to the Gothic king Sisebut (611/12-619/21).[75] Surviving only in four sixteenth and seventeenth century copies of a lost medieval exemplar (10th/11th centuries?), this life of Bishop Desiderius of Vienne (595-601/2), who was murdered, supposedly on the orders of the Frankish king Theuderic II (595-613) and his grandmother Brunechildis, is a an unexpected literary product for the monarch of another kingdom, and even if it were intended as some kind of propaganda against his Frankish opponents, there is no evidence of its ever circulating in Francia.[76] Its attribution to Sisebut, known also as the author of astronomical verses, depends on trusting the manuscript heading, but the surprising nature of this gives it greater rather than less probability, though it can never be more than that.

Use of this *Vita* by the author of the VPE is the only other testimony to its existence. The passages borrowed are almost entirely descriptive of the appearance and behaviour of those being negatively depicted, mainly king Leovigild but also the Sunna, the Arian bishop of Mérida. They all contain invective of an extreme kind mixed with physical stereotyping, as in the depiction of the bishop as "a supporter of wicked doctrine, a baleful and harsh featured man: his brow was wild, his eyes savage, his aspect hateful, his movements horrifying; he was sinister in mind, depraved in character, of lying tongue and obscene speech, turgid on the outside, empty on the inside….devoid of all virtue internally, deformed both within and without, lacking in goodness, abounding in evil, notorious for his crimes, volunteering himself for perpetual death".[77] In his 1946 edition Garvin suggested that in general such passages were inspired by martyr narratives, found in numerous early

[74] VPE V. xii, ed. Garvin, p. 246.

[75] *Vita vel Passio Sancti Desideriia Sisebuto Rege Composita*, ed. Juan Gil, *Miscellanea Wisigothica* (Seville, 1972), pp. 53-68; see also José Carlos Martín Iglesias and Salvador Iranzu Abellán, 'Dos nuevos fragmentos manuscritos del S. XI de la *Vita vel Passio S. Desiderii* de Sisebuto de Toledo (612-621): transcripción y estudio, *Analecta Bollandiana*, vol. 138 (2020), pp. 338-367. The uncertainty over dates reflects different traditions about the length of reign of his son Reccared II, which range from two months to nearly two years; see Roger Collins, *Visigothic Spain, 409-711* (Maldon MA, 2004), pp. 76-77.

[76] Jacques Fontaine, 'King Sisebut's Vita Desiderii and the Political Function of Visigothic Hagiography', in Edward James (ed.), *Visigothic Spain: New Approaches* (Oxford, 1980), pp. 93-129.

[77] VPE V. v, ed. and trans. (here modified) by Garvin, pp. 200-203.

Spanish liturgical Passions, describing the verbal exchanges between captive Christians and the Roman judges or other officials before whom they were being tried. In a more recent study this has been confirmed and more fully documented by Antonio Maya Sánchez.[78]Our author's use of the text of the *Vita Desiderii* as a literary model and source, instead of borrowing directly from one of many *Passiones,* which would include that of St. Eulalia herself, may be inspired by its being the literary depiction of such an encounter between a Christian king and a bishop.

The theme of martyrdom and the prominent place it held in the historical memory of the Spanish church, like its North African counterpart, needs to be understood as a central ideological component of the Arian Catholic conflict in the Iberian Peninsula in the later sixth century. In practice, the Diocletianic persecution in the western provinces of the Roman Empire was extremely short-lived (303 to 306 at the latest) and the historical reality of the numerous stories of defiance, torture, and execution, not least by and of women and children, that are connected to it is open to question. The memory of resistance and suffering, endowing the martyrs with both celestial reward and great posthumous spiritual authority was a powerful and long-lasting feature of the Christian identity in Spain, from the Later Roman Empire through to the time of the Mozarabic communities of al-Andalus. That it also played a central role in the depiction of theological disagreements in the late sixth century is not surprising, but the danger exists of taking the rhetoric too literally. Similarly in Africa under the rule of the Vandals, it is only recently that the literary depictions of Catholic clerics, martyred and suffering at the hands of savage Arian rulers, have begun to be questioned.[79]

As with 'Visigoths', it is easier for us, trying to delineate two seemingly contrasted and irreconcilable communities, to use 'Arians' as a term for one of them, even though it belongs to the vocabulary of prejudice wielded by their opponents. The existence of handbooks, with brief descriptions of heretical teachings named after their supposed founders, made such prejudicial labelling easy.[80] The theological continuity between the beliefs of those described as Arians by Isidore and John and the Trinitarian doctrines condemned at the Council of Nicaea in 325 are both tenuous and complicated. The early supporters of the latter are now seen as 'Homoians', to emphasise

[78] Antonio Maya Sánchez, 'De Leovigildo perseguidor y Masona mártir', *Emerita*, vol. 62 (1994), pp. 167-186. See also Santiago Castellanos, 'Política y registro hagiográfico en la Hispania visigoda: Leovigildo en las *Vitae*', in María Josefa Castillo Pascual and Pilar Iguácel de la Cruz (ed.), *Studia historica in honorem Prof. Urbano Espinosa Ruiz* (Logroño, 2018), pp. 485-499.

[79] Danuta Shanzer, 'Intentions and Audiences: History, Hagiography, Martyrdom, and Confession in Victor of Vita's *Historia Persecutionis'* in A.H. Merrills (ed.) *Vandals, Romans and Berbers: New Perspectives on Late Antique North Africa* (Aldershot, 2004), pp. 271–290

[80] Judith McClure, 'Handbooks against Heresy in the West, from the late fourth to the late sixth century', *Journal of Theological Studies,* vol. 30 (1979), pp. 186-197.

the particular doctrinal differences at issue.[81] Like their predecessors at Nicaea, both sides in the conflict in sixth century Spain would have described themselves as Orthodox and Catholic Christians and have regarded their opponents as steeped in error.

A full revaluation of this controversy cannot be attempted here, but it is necessary to stress that, firstly, there are no suggestions of theological or physical confrontations, let alone what might have been called martyrdoms and persecution in the whole of the earlier part of the sixth century. Conflict is only recorded in the second part of the reign of Leovigild, following his unification of most parts of the Iberian Peninsula under his rule. Secondly, there is no evidence that the revolt of Hermenegild against his father, starting in 578, was caused by prior religious disagreement. This element only emerges with his conversion to the faith of the ultimately victorious Catholic party and is itself linked to his attempt to secure imperial military assistance. Thirdly, Leovigild's calling of an ecclesiastical council to meet in Toledo in 579 may be the actual catalyst for what follows. This reduced the theological difference between the opposing positions and, even more importantly, removed the requirement for rebaptism for those moving from what we call the Catholic to the Arian side.[82] Repetition of baptism, an unrepeatable sacrament, was both a major issue theologically, not least in Africa, and probably the main stumbling block to a gradual resolution of the divide between the two sides.[83] Its removal was thus the greatest threat to what we see as the Catholic party, leading as it did to some immediate conversions among the episcopate.[84] The deep rooted response of the Catholic party, perhaps particularly in the southern provinces, was to see this in terms of persecution, causing them to make claims about the unleashing of 'Arian fury' and sending appeals to sympathetic contemporaries outside of Spain, such as Gregory the Great and Gregory of Tours, but without providing substantive detail.

Returning to the testimony of VPE, the depiction of the confrontation between Leovigild and Masona in Book Five must be understood clearly in the light of this tradition, which shaped its author's imaginative reconstruction of events that either never occurred or had a character entirely different to that described. The narrative of the encounter is entirely two dimensional and gives no

[81] Uta Heil, 'The Homoians', and eadem, 'The Homoians in Gaul', both in Guido Berndt and Roland Steinacher (ed.), *Arianism: Roman Heresy and Barbarian Creed* (Farnham and Burlington VT, 2014), pp. 85-115 and 271-286.

[82] *Johannis Biclarensis Chronicon*, 57, ed. Cardelle de Hartmann, pp. 71-72, and Collins, 'Commentary', ibid., pp. 130-131.

[83] Peter Brown, *Augustine of Hippo* (2ndedn. London, 2000), p. 278.

[84] Gregory of Tours, *Decem Libri Historiarum* VI. 18, ed. Bruno Krusch and Wilhelm Levison, MGH SRM vol. I, p. 287, reports that Leovigild was visiting the tombs of Catholic martyrs and praying in Catholic churches, and now accepted the equality and co-eternity of Father and Son, though not of the Holy Spirit, in the Trinity. While Gregory and his informant dismiss this as a deception, it could indicate a more rapid and closer rapprochement between the two sides than is usually believed.

sense of context beyond the bald claim that it occurred in the palace in Toledo. It also contains elements that are clearly fictional, though intended to reinforce the depiction of the king as demented and deluded. These include Leovigild falling off his throne in terror at a rumble of thunder and his being painfully flogged in his bedroom by St. Eulalia.

It is also at variance with other features of the story our author is trying to tell. For example, the claim by the Arian bishop in Mérida that he should be put in possession of the basilica of St. Eulalia, thus the focal point of religious devotion in both the city and its territory, leads to the despatch of judges to hear arguments from both sides. While these speeches are not given in the text, those of Masona are said to be so overwhelming as to the force these judges to decide in his favour. The next conflict, over the possession of a relic of the saint, in the form of her tunic, is instead handled by means of the bishop being taken to Toledo for the personal confrontation with the king.[85]

Although in VPE Masona's exile to a monastery in an unspecified location is said to only last for three years and is reversed after St Eulalia flogs the king in his bedroom, both its imposition and its ending are presented as arbitrary royal decisions, without any suggestion of the judicial process seen in the case of the basilica. The same is true of the king appointing a replacement bishop for the Catholic community in Mérida, in the person of Nepopis, translated from another unnamed see. No explanation is given for Masona's deposition from office other than his refusal to surrender a relic, when he had successfully resisted handing over an entire basilica containing the saint's body. Perhaps surprisingly, no mention is made of any element in this episode by John of Biclarum or by Isidore of Seville, who mentions two other instances of exile in these years: those of his own brother Leander and of John of Biclarum himself.[86] So, it is possible that the story of Masona's exile was just an authorial fiction, or if there is some truth in it, it may have been the product of quite different causes and processes to the ones described in VPE.

VPE makes no mention of the one occasion in which the king and the bishop really could have come face to face, which was in Mérida rather than in Toledo. In 582, according to Gregory of Tours, two envoys, from the court of king Chilperic, were sent to see Leovigild to discuss arrangements for his second son Reccared's marriage to Rigunth, the Frankish ruler's daughter. As they told Gregory when returning home via Tours, they had been unable to meet Leovigild himself as he had been absent

[85] VPE V. vi. 11-14, ed. Garvin, p. 212; ed. Maya Sánchez, pp. 65-66. See Ramón Teja, 'El simbolismo mágico de la tunica de Santa Eulalia de Mérida en el enfrentamiento entre el obispo Masona y Leovigildo', in Pablo de Paz Amérigo and Ignacio Sanz Extremeño (ed.), *Eulogía. Estudios sobre cristianismo primitivo. Homenaje a Mercedes López Salvá* (Madrid, 2018), pp. 265-274.

[86] Isidore, *de Viris Illustribus*, xxviii and xxxi, ed. Carmen Codoñer Merino, *El 'de Viris Illustribus' de Isidoro de Sevilla* (Salamanca, 1964), pp. 149-152.

from Toledo, campaigning against Mérida, which he had just captured.[87] If we allow any credence at all to VPE's account of Masona being exiled for three years, before being reinstated in his see at the very end of Leovigild's reign, then a banishment starting in 582 and concluding in 585 would make a perfect fit. So too would the context of the capture of the city by the Gothic king, as part of the opening phase of his war against his son Hermenegild, which itself can be dated to 582. Thus, exile imposed on Masona was the result of his being a partisan of Hermenegild and not the consequence of a conflict over St Eulalia's tunic, a relic never otherwise heard of.

If this be true, the most specific example of Leovigild 'persecuting' members of the Catholic clergy ceases to be credible.[88]It also undermines the long-held belief that his action was particularly directed against Goths who had abandoned their 'ancestral' Arianism by converting to Catholicism. Similar doubts also exist about the other two instances of Catholics being exiled for their faith in these years. The first is that of John of Biclarum, the chronicler, future monastic founder and later bishop of Gerona, though he was not a member of the clergy at the time of his exile. The second is Isidore's own elder brother Leander (died c. 599/600), but who was not of Gothic origin.

In the case of John, Isidore describes him as going to Constantinople while still *adolescens*, defined as being anywhere between the ages of fourteen and twenty-eight. John studied both Greek and Latin there for seven years prior to his return to Spain, where, soon after, he was exiled by Leovigild to Barcelona for a decade.[89] While this banishment is attributed by Isidore to the king's 'Arian insanity', the transition in John's chronicle from a focus predominantly on events in the Empire to one that becomes almost exclusively Hispanic occurs around 577/8, and this may mark the point of his return to Spain. 578also saw the outbreak of Hermenegild's revolt against his father, though not his conversion to Catholicism, which probably occurred around 581/2. We have no idea why John left Constantinople or indeed who or what had taken him there in the first place. Nor do we have any clues as to what role he may have played in the diplomatic exchanges and tumultuous events of the late 570s. Isidore's suggestion of a purely religious motivation for his exile carries little weight.

[87] Gregory of Tours, *Decem Libri Historiarum* VI. 18, ed. Levison, MGH SRM, See Collins, 'Gregory of Tours and Spain', p.508.

[88] Céline Martin, 'L'évêque dans un petit navire. Bannissement et relégation dans les *Vies des Saints Pères de Mérida*', in Alban Gautier and Céline Martin (ed.), *Echanges, communications et résaux dans le haut Moyen Age* (Turnhout, 2011), pp. 45-56.

[89] *De Viris Illustribus*, XXXI, ed. Carmen Codoñer Merino, *El 'De Viris Illustribus' de Isidoro de Sevilla. Estudio y edición crítica*. (Salamanca, 1964), pp. 151-152. Isidore, *Etymologiae*, XI. ii, ed. W.M. Lindsay (2 vols., Oxford, 1911), vol. II, unpaginated.

In his account of his brother in his *De Viris Illustribus*, Isidore's statement that Leander wrote 'two books against the teaching of the heretics' while *in exilii sui peregrinatione* ('in the pilgrimage of his exile') is laconic and ambiguous. The exile here referred to has often been identified with Leander's time in Constantinople, where he met the future Pope Gregory, then serving as papal envoy (*Apocrisarius*) in the imperial capital. However, this is at best a guess and for both Masona and John their exile was internal. In any case, it is clear from Gregory's own account that he met Leander in the very early 580s, possibly about 582, and certainly before the end of Hermenegild's revolt. As bishop of the latter's capital, it is likely, if unprovable, that Leander was in Constantinople to seek imperial assistance for the rebel king, now facing imminent attack by his father. In any case, there is no need to assume the exile and the period in Constantinople were one and the same. With the fall of Seville and the suppression of Hermenegild's revolt in 583, the rebel was himself sent into internal exile, and it is likely such prominent supporters as Leander would then have shared this fate.[90]

In all three cases of political exile, in so far as they are credible, the common denominators are either support for the revolt of Heremenegild, or Byzantine connections (or both in the case of Leander). As the threat of imperial involvement played a vital part, not least in prompting Leovigild to act against his son when he did, the two elements are in any case interconnected. In other words, there are no good grounds for assuming that religious differences were in themselves the prime cause for conflict, or that Leovigild exiled both John and Masona because they were Goths who had converted to Catholicism. Ethnic identity and religious affiliation were far more fluid than has long been assumed, though both could be influenced by political considerations in periods of tension, such as a royal succession.[91]

This may seem to ignore the statements of such external witnesses as Gregory of Tours and Gregory the Great. In the case of the pope, however, no explicit examples are given, other than for the case of Hermenegild, but his presentation as a Catholic martyr who suffered for his faith is entirely misleading. Religious disagreement was not the cause of his revolt against his father, and Gregory's own testimony indicates that his conversion to Catholicism only came at a late stage in that revolt, and certainly was not the cause of it.[92]

[90] Surprisingly, John of Biclarum refers to Leander as *Ispalensis ecclesiae episcopus clarus habetur* in an annal for 584. So, it is conceivable that he was not bishop of the city when he went to Constantinople: Chronicon, 77, ed. Cardelle de Hartmann, p. 76.

[91] José Angel Castillo Lozano, 'Luchas de poder en Mérida visigoda', *Intus-Legere Historia*, vol. 14 (2020), pp. 104-123 is probably right to categorise the conflicts in the city as being primarily factional and aristocratic rather than being driven principally by religious differences.

[92] Collins, 'Mérida and Toledo'; see also Céline Martin, 'Leovigild à Narbonne', *Le Moyen Age*, vol. CXXV (2019), pp. 529-541.

Gregory of Tours's only specific instance of someone being ill-treated for religious reasons is that of the Frankish princess Ingundis, who was apparently subjected to pressure by her Goth grandmother, now Leovigild's wife. Again, the reasons behind this do not have to include *inania arriana*, as religious uniformity was clearly a necessary precondition to her marriage to Hermenegild, at the time still theologically Arian.

Overall, as in Vandal-ruled Africa, it is only the rhetorical claims of some of the Catholic episcopate against their opponents that has led to a widespread scholarly belief in a prolonged religious controversy in the reign of Leovigild, involving repressive measures on the part of the ruler.[93]The evidence for this has generally not been challenged, any more than has the argument that these theological differences were a means of expressing ethnic distinctiveness.[94] In both cases the testimony of VPE has had a part to play.

Where does this leave our understanding of the work? It hardly needs saying that hagiographic texts should be judged by different criteria from explicitly historical ones, even if both depend upon their authors' own individual understanding of their aims and of the information they wish to convey. The danger of ignoring the generic distinctions comes, with a text like VPE that seems to provide better history than the Histories, when anything in it that cannot be clearly disproved ends up being treated as true, for fear of losing the 'high grade intelligence' it contains. As suggested in the above brief enquiry, total distrust of anything that cannot be independently confirmed might seem the wiser, and certainly the safer approach.

The problems presented by VPE in its present state are not easily solved. Reliance on generally accepted ideas on its textual integrity, stated purpose and period of composition may now seem unsound. There are reasons to question its date, though not place, of writing, and alternatives could lead to the period after the Arab conquest almost as much as before it.[95] The assumption that Christian literary production in the Umayyad period was confined to Córdoba may not be justified.

[93] Eric Fournier, 'Persecuting Heretics in Late Antique North Africa: Tolerant Vandals and Intolerant Bishops?', in Yaniv Fox and Erica Buchberger (ed.), *Inclusion and Exclusion in Mediterranean Christianities* (Leiden, 2019), pp. 147-166.

[94] See Robin Whelan, 'Ethnicity, Christianity and Groups: Homoian Christians in Ostrogothic Italy and Visigothic Spain', *ibid.,* pp. 167-198. Manuel Koch, 'Arianism and Ethnic Identity in Sixth-Century Visigothic Spain', in Berndt and Steinacher (ed.), *Arianism: Roman Heresy and Barbarian Creed*, pp. 257-270, suggests the ethnic divide had already broken down by the time of Leovigild.

[95] There are parallels here with the arguments over the dating of what were long seen as the archetypal Visigothic churches, but which have been reassigned in recent years to the eighth or ninth centuries by several archaeologists. See, amongst much else, Luís Caballero Zoreda, 'La arquitectura denominada de época visigoda: ¿es realmente tardorromana o prerrománica?', in Luís Caballero Zoreda and Pedro Mateus Cruz (ed.), *Visigodas y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad tardía y la alta Edad Media* (*Anejos de ArchivoEspañol de Arqueología*, vol. XXIII, Madrid, 2000), pp. 207-248.

In general, while new answers may not have been found, and may indeed never be so to general satisfaction, the questions that are seeking them must be raised and pursued. And the understanding of VPE itself will be all the better for its testimony being treated with greater caution.

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

ENTRE A ANTIGUIDADE E A IDADE MÉDIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANTIGUIDADE TARDIA (SÉCULOS II – VIII)

BETWEEN ANTIQUITY AND THE MIDDLE AGES: SOME CONSIDERATIONS ABOUT LATE ANTIQUITY (2ND – 8TH CENTURIES)

RENAN FRIGHETTO
Universidade Federal do Paraná
Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED)

RESUMO

Desde o início dos anos 1970, o conceito de Antiguidade Tardia vem ganhando novas importantes contribuições historiográficas. Coube a Peter Brown oferecer um novo olhar sobre o período histórico balizado entre os séculos II e VIII, com particular acento sobre os elementos de cunho sociorreligioso e cultural. Passado meio século daquela importante contribuição ao debate historiográfico, observamos novas perspectivas que abrangem a história política e institucional que são objeto de abordagem no presente estudo.

PALAVRAS-CHAVE: ANTIGUIDADE TARDIA; IMPÉRIO ROMANO; MONARQUIAS ROMANO-BÁRBARAS; PARTILHA DO PODER; ESTADO PERMANENTE DE CONFLITO.

ABSTRACT

Since the beginning of the 1970s, the concept of Late Antiquity has gained new important historiographic contributions. It fell to Peter Brown to offer a new look at the historical period marked between the 2nd and 8th centuries, with particular emphasis on socio-religious and cultural elements. Half a century after that important contribution to the historiographical debate, we observe new perspectives that encompass the political and institutional history that are the object of approach in this study.

KEYWORDS: LATE ANTIQUITY; ROMAN EMPIRE; ROMAN-BARBARIAN MONARCHIES; POWER SHARING; PERMANENT STATE OF CONFLICT.

SOBRE O AUTOR: Renan Frighetto é Doutor em História Antiga pela *Universidad de Salamanca*; Professor Titular de História Antiga do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR; Pesquisador ID do CNPq; Coordenador do Núcleo de Estudos Mediterrânicos da UFPR. Este estudo foi subsidiado com recursos oriundos do projeto "O exílio político como forma de mobilidade forçada no reino hispano-visigodo de Toledo (séculos VI – VII)" (processo nº 304085/2017-0 CNPq). Orcid 0000-0001-7977-2342. E-mail: rfrighetto@hotmail.com

***

Um dos maiores desafios do historiador é o de definir o início e o fim de um determinado recorte cronológico. De fato, como Fernand Braudel asseverou[1], cabe ao pesquisador da história a escolha de seu tema e a sua temporalidade, embora esta seja mais complexa de ser definida com total precisão. Isso vale para todos os períodos históricos que estudamos e tal constatação revela uma fluidez que é própria do conhecimento científico. Afinal de contas, fixarmos de maneira incontestável o início ou o fim de determinada época histórica nos aproxima da discussão sobre o que é verdadeiro e o que é falso no conjunto do conhecimento histórico. Tanto a verdade enquanto certeza total como a inverdade plena apresentam-se como variáveis inconstantes quando estudamos o passado, seja ele mais ou menos distante, levando o historiador para além do campo científico e intervindo, como aponta François Bédarida, "na esfera pública, a fim de se pronunciar sobre os graves riscos da sociedade diante de um amplo processo negacionista"[2]. Para evitarmos qualquer equívoco ou falsidade em nossas análises historiográficas, devemos seguir a argumentação feita por Ruíz-Domenèc e na qual o historiador espanhol afirma que "toca ao historiador distinguir o verdadeiro das invenções realizadas para justificar o presente"[3]. Logo, com a finalidade de evitarmos exageros e abordagens fantasiosas, devemos questionar quais são os princípios que utilizamos para fixar estas balizas cronológicas que, por certo, facilitam a compreensão da própria história àqueles que querem nela iniciar-se, mas que por vezes são difíceis de explicar de maneira objetiva.

***

Em termos gerais, quando nos dirigimos ao passado das sociedades pré-industriais, aquelas anteriores ao século XVIII[4], utilizamos a tradicional divisão da cronologia histórica apresentada pelos

[1] BRAUDEL, F. "A longa duração", in: *História e Ciências Sociais.* Lisboa: Editorial Presença, 1979, p. 9.

[2] BÉDARIDA, Fr. "As responsabilidades do historiador expert", in: *Passados recompostos. Campos e canteiros da História (Orgs. Jean Boutier e Dominique Julia)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ – Editora FGV, 1998, p. 146.

[3] RUIZ-DOMENÈC, J. E. *Entre Historias de la Edad Media.* Granada: Editorial Universidad de Granada, 2011, p. 338.

[4] WICKHAM, C. *Medieval Europe.* New Haven – London: Yale University Press, 2017, pp. 05 – 14.

manuais didáticos para designarmos aqueles tempos mais distantes[5]. Por exemplo, quando falamos sobre a Antiguidade de forma imediata a projetamos sobre o espaço mediterrânico e atingindo a Europa, delimitada por Isidoro de Sevilha como "a terceira parte do orbe, começa no rio Tanai (Don), vai descendo ao ocidente pelo oceano setentrional até alcançar os confins da *Hispania*; sua parte oriental e meridional, emergindo desde o Ponto, está banhada pelo Mediterrâneo, finalizando na ilha de Cádiz"[6]. Ou seja, tratava-se da Antiguidade calcada sobre os alicerces da construção civilizacional greco-romana e geograficamente associada ao pensamento dos autores romanos, como Plínio, o Velho que na sua *História Natural* apresenta a Europa como "a ama do povo vencedor de todas as nações e a mais formosa das terras. Muitos tem feito dela merecidamente não um terço, mas a metade, com o mundo dividido em duas partes desde o rio Tanai até o estreito de Gades"[7]. Com efeito, a Europa isidoriana atingia a mesma dimensão territorial que fora apresentada por autores gregos e romanos abrangendo, também, todo o *barbaricum*[8] que, de acordo como Edward James, estendia-se desde a Crimeia até a *Galia*[9], incluindo aqui as populações bárbaras que acabaram aliando-se aos romanos e que, ao fim e ao cabo, contribuíram de forma indelével à manutenção ideológica e cultural de Roma, mesmo após a debacle política da autoridade imperial romana nos territórios da *Pars Occidentalis*, aquilo que John Vanderspoel definiu como "o processo de transformação do Império aos reinos"[10]. Naquele mundo romano do ocidente fixaram-se – ou acomodaram-se[11] – grupos aristocráticos bárbaros que acabaram integrando-se às elites romanas configuradas por séculos de contatos com as populações autóctones espalhadas por todo o âmbito da hegemonia territorial romana. Foi esta miríade de grupos aristocráticos configurados por bárbaros, romanos e autóctones que

[5] BARROS, J. D'A. *Teoria da História. Volume I. Princípios e conceitos fundamentais.* Petrópolis: Editora Vozes, 2011, pp. 214 – 221.

[6] *Isid., Etym., XIV, 4, 2*.

[7] *Plin., Historia Natural, III, 1, 5.*

[8] De acordo com *Isid., Etym., XIV, 4, 3*, a *barbarica* era a primeira região da Europa que abrangia as áreas entre o Danúbio e o Báltico.

[9] JAMES, E. *I Barbari.* Bologna: Il Mulino, 2011, p. 192; e de acordo com SANZ SERRANO, R. *Historia de los Godos. Una epopeya histórica de Escandinavia a Toledo.* Madrid: La Esfera de los Libros, 2009, p. 23, o termo *barbaricum* definia "o espaço habitado pelos bárbaros, ou *gentes externae*, afastados da ordem e sumamente perniciosos à estabilidade do mundo romano".

[10] VANDERSPOEL, J. "From Empire to Kingdoms in the Late Antique West", in: *A Companion to Late Antiquity (Ed. Philip Rousseau).* Oxford: Blackwell, 2009, p. 426.

[11] LIEBESCHÜTZ, W. "Cities, taxes and the accommodation of the barbarians: the theories of Durliat and Goffart", in: *Kingdoms of the empire. The integration of barbarians in Late Antiquity (Ed. Walter Pohl)*. Leiden – New York – Köln: Brill, 1997, pp. 134 – 136; GOFFART, W. "The barbarians in Late Antiquity and how they were accommodated in West", in: *From Roman provinces to Medieval kingdoms (Ed. Thomas F. X. Noble).* London – New York: Routledge, 2006, pp. 195 – 216; HILLGARTH, J. N. *The Visigoths in History and Legend.* Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2009, pp. 3 – 7.

formavam aquilo que Patrick Le Roux denominou como "a emergência das múltiplas identidades"[12], que acabaram constituindo e originando as novas monarquias romano-bárbaras herdeiras da autoridade imperial romana e incluídas no conjunto de uma nova civilização, mediterrânica, romana e bárbara[13]. Ideia que aproxima-se significativamente da proposta apresentada por Jean-Michel Carrié e que reforça a perspectiva da preservação das práticas e dos costumes associados a "antiga" civilização nos espaços extra mediterrânicos[14] e que mantiveram-se vivos em consonância com novas práticas e novos costumes que foram trazidos por aquelas populações bárbaras anteriormente alijadas do ambiente político-cultural greco-romano.

Ademais, é importante frisarmos que esta percepção de que estaríamos falando de uma "nova civilização", balizada temporalmente entre os séculos II e VIII da era cristã e espacialmente no antigo mundo imperial romano que abrangia majoritariamente a área mediterrânica, aparece nos clássicos estudos de Peter Brown[15] e de Henri-Ireneé Marrou[16] publicados na década de 1970. Ambos surgem como renovadores do conceito de *Spätantike*[17] cunhado em princípios do século XX pelo austríaco Alois Riegl[18], mas com uma conotação pejorativa e amplamente associada a imagem criada pelo pensamento moderno sobre a ideia de decadência de Roma e da civilização romana, cristalizada pela obra de Edward Gibbon e que tentava encontrar explicações que justificassem o "fim" do Império Romano nos territórios ocidentais, particularmente a partir do final do governo de Marco Aurélio (161 – 180)[19]. Vale recordarmos que a afirmação feita por Cassio Dio na sua *História Romana* de que a morte de Marco Aurélio levou o mundo romano do ouro ao ferro e a ferrugem[20] calou profundamente na interpretação oferecida por Gibbon e que influenciou, de maneira direta, a uma significativa parcela dos historiadores do século XIX e da primeira metade do século XX. Além disso,

[12] LE ROUX, P. "Identités civiques, identités provinciales dans l'Empire Romain", in: *Roma generadora de identidades. La experiencia hispana (Orgs. Antonio Caballos Rufino y Sabine Lefebvre).* Madrid – Sevilla: Casa de Velázquez – Ediciones Universidad de Sevilla, 2011, p. 8.

[13] HUMPHRIES, M. "The shapes and shaping of the Late Antique World: Global and Local perspective", in: *A Companion to Late Antiquity (Ed. Philip Rousseau).* Oxford: Blackwell, 2009, pp. 98 – 109.

[14] CARRIÉ, J.-M. "The historical path of 'Late Antiquity': from Transformation to Rupture", in: *Late Antiquity in contemporary debate (Org. Rita Lizzi Testa)*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2017, p. 207.

[15] BROWN, P. *The world of Late Antiquity. From Marcus Aurelius to Muhammad.* London: Thames and Hudson, 1971, pp.07 – 09.

[16] MARROU, H.-I. *Decadência romana ou Antiguidade Tardia?* Lisboa: Aster, 1979.

[17] Vale frisarmos que a primeira menção ao termo *Spätantike* surge na *retractatio* de sua tese de Doutorado defendida por Henri-Ireneé Marrou em 1938, intitulada *Saint Augustin et la fin de la culture antique.* A *retractatio* foi publicada em 1949 e o termo aparece na página 694 e nas seguintes. Utilizamos a quarta edição da tese, MARROU, H.-I. *Saint Augustin et la fin de la culture antique.* Paris: Éditions E. de Boccard, 1958, p. 694 e ss.

[18] RIEGL, A. *Spätrömische Kunstindustrie.* Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellshaft, 1973, pp. 1 – 23.

[19] GIBBON, E. *The history of the decline and fall of the Roman Empire.* London: Phillips and Sampson, 1854, v. 1, pp. 95 – 96.

[20] *Dio Cassius, Historia romana, LXXII, 36, 4.*

tanto os conflitos entre as potências europeias como os mundiais que marcaram o período entre 1860 – 1945 e, também, as discussões relativas aos conceitos de classe e de nação acentuaram ainda mais o sentido da crise que levou à guerra e à decadência, noção que acabou contaminando a própria historiografia e os estudos relacionados ao mundo antigo. Segundo Ian Wood "os debates sobre a Queda de Roma tendem a se concentrar em certas questões, e essas questões frequentemente refletem os debates sociais e políticos da época (...). Alguns fizeram comparações muito claras entre a guerra e a queda de Roma"[21]. Afirmações que revelam a tendência da visão presentificada do passado e que favoreciam o "sombreamento" do período histórico balizado entre os séculos II e VIII, destacado por muitos como uma época de violência e de barbárie que "ceifou" a idílica sociedade greco-romana clássica e helenística. Um paradigma pautado no romantismo decimonónico onde, de acordo com Stefano Gasparri e Cristina La Rocca, "os bárbaros são agora e sempre os selvagens que lançaram ao estágio primordial a refinada, e também decadente, civilização romana"[22].

***

Os estudos mais recentes, ao menos dos últimos 50 anos, mostram-nos um retrato um pouco menos dramático com relação aos bárbaros. Como Edward James indica "os bárbaros não assassinaram o Império Romano (...). Nem o Império Romano 'declinou e caiu' da sua iniciativa"[23], embora a descrição oferecida na segunda metade do século IV pelo antioqueno Amiano Marcelino dos hunos e alanos deixe-nos impressionados. É certo que temos aqui uma imagem comum à tradição cultural greco-romana sobre as populações externas que viviam e que recebiam uma formação distinta daquela possuída por romanos e gregos, pois

> "entre eles não se trabalha a terra (...). Com efeito, andam errantes, sem rumo fixo, sem lar, sem lei ou sustento estabelecido. São, pois, semelhantes a fugitivos que levam sempre consigo as carretas nas quais habitam (...). São desleais e volúveis nos acordos (...). Semelhantes a animais irracionais, não distinguem em absoluto o honesto do desonesto"[24].

Seguindo a lógica greco-romana de Amiano os bárbaros, de uma forma geral, representavam uma ameaça ao *modus vivendi* romano[25], embora na *História Augusta*, redigida em finais do século IV e começo do século V, os bárbaros apareçam mais permeáveis as influências romanas, em

[21] WOOD, I. N. *The modern origins of the Early Middle Ages.* Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 287.

[22] GASPARRI, St. e LA ROCCA, Cr. *Tempi Barbarici. L'Europa Occidentale tra antichità e medioevo (300 – 900).* Roma: Carocci Editore, 2013, p. 16.

[23] JAMES, E. *I Barbari,* p. 380.

[24] *Amiano Marcelino, Historias, XXXI, 2, 10 – 11.*

[25] HARTO TRUJILLO, M. L. *Amiano Marcelino. Historias.* Madrid: Akal, 2002, pp. 24 – 25.

particular no que tange a vida política. Esse seria o caso apresentado por Elio Espartiano na *Vida de Adriano*, que informou que o príncipe "designou um rei aos germanos"[26], atitude pouco usual entre as populações bárbaras, mas que poderia ser possível entre grupos de *dediticios* derrotados por Roma e que serviam como forças auxiliares junto ao exército legionário, pois como analisou Gerard Wirth[27] a forma de integração dos bárbaros *dediticios* ao mundo romano se daria através do estabelecimento da monarquia baseada no exemplo imperial romano. De qualquer forma, devemos pensar que a tela desenhada por Amiano e na qual temos uma imagem pejorativa dos bárbaros dizia mais respeito à tradicional descrição daquelas populações oferecida pelos autores gregos e romanos dos tempos do principado, enquanto a breve informação apresentada na *Vida de Adriano* parece mais acorde com os tempos na qual ela foi escrita, quando os bárbaros já estavam bem mais integrados aos desígnios das autoridades imperiais romanas do ocidente e do oriente.

É interessante notar que no século IV o mundo greco-romano encontrava-se marcado pela multiplicidade de participantes que agiam diretamente nas ações políticas levadas à cabo pelos poderes imperiais. A presença dos bárbaros no xadrez político romano deve ser também associada a partilha do poder imperial e que acaba por levar-nos a pluralizá-lo. Ora, a partilha do poder entre mais que um principe/imperador no *orbis romanorum* vinha sendo construída, pelo menos, desde meados do século II quando Marco Aurélio indicou ao senado que seu irmão adotado, Lúcio Vero, dividiria com ele o poder imperial[28]. Daquele momento em diante, como bem indicou Valério Neri[29], a repartição do poder tornou-se uma prática constante e a monarquia característica do principado deu lugar a diarquia, ou a triarquia – se pensarmos no reinado de Galieno[30] – e até a tetrarquia dos tempos de Diocleciano e que acabou sendo espelhada por Constantino e seus sucessores no sólio imperial[31]. Mas, foi com Valentiniano I que notaremos mais uma inovação que selou, de maneira definitiva, o futuro do mundo imperial romano. Logo após nomear seu irmão, Valente, como seu colega e Augusto,

[26] *Historia Augusta, Vida de Adriano, 12, 7.*

[27] WIRTH, G. "Rome and its Germanic partners in the fourth century", in: *Kingdoms of the empire. The integration of barbarians in Late Antiquity (Ed. Walter Pohl)*. Leiden – New York – Köln: Brill, 1997, pp. 24 – 25.

[28] *Dio Cassius, Historia romana, LXXI, 1, 1; Historia Augusta, Vida de Marco Antonino, VII, 5 – 6.*

[29] NERI, V. "Monarchia, Diarchia, tetrarchia. La dialettica delle forme di governo imperiale fra Diocleziano e Costantino", in: *Costatino I. Enciclopedia costantiniana sulla figura e l'immagine dell'imperatore del cosidetto Editto di Milano. 313 – 2013.* Roma: Enciclopedia Italiana, 2013, v. I, pp.659 – 660.

[30] ELTON, H. "The Transformation of Government under Diocletian and Constantine", in: *A Companion to the Roman Empire (Ed. David Potter).* Oxford: Blackwell, 2006, pp. 194 – 195; NERI, V. "Monarchia, Diarchia, tetrarchia...", p. 660. E devemos recordar o episódio ocorrido no século IV e indicado por SILVA, G. V. *A escalada dos imperadores proscritos. Estado, conflito e usurpação na Antiguidade Tardia (285 – 395).* Vitória: GM Editora, 2018, p. 104, "...Em seguida, temos a usurpação de Valentiniano II (375), proclamado imperador em Aquincum cinco dias após a morte de Valentiniano como uma forma de evitar a defecção das tropas sob a liderança do *comes* Sebastiano (...). Graciano e Valente, embora a contragosto, limitam-se a aceitar o fato, e o Império passa a contar com três imperadores...".

[31] CARRIÉ, J.-M. e ROUSELLE, A. *L'Empire Romain en mutation. Des Sévères à Constantin 192 – 337.* Paris: Éditions du Seuil, 1999, p. 250.

prática já comum e reconhecida, na opinião de Amiano diante da impossibilidade de um único imperador exercer plenamente a defesa dos territórios imperiais[32], o *imperator senior* promoveu a partilha administrativa e militar do mundo romano em duas partes: a Valentiniano I coube a *Pars Occidentalis*, estabelecendo sua capital em Milão, enquanto Valente ficaria responsável pela *Pars Orientalis*, com sede na cidade de Constantinopla[33]. Assim, podemos dizer que *de facto* surgiram no ano de 364 os dois impérios romanos, o Império Romano do Ocidente e o Império Romano do Oriente, divisão que manteve-se efetiva até a desaparição política do Império Romano do Ocidente na segunda metade do século V. Nesse momento, os bárbaros ganharam maior projeção e importância na medida em que passaram a ocupar cargos e funções militares que antes eram prerrogativas romanas. Casos como os de Estilicão e de Rufino[34], de Arbogaste e de Alarico, todos chefes militares de origem bárbara que acabaram assumindo um papel significativo no enredo político romano desde finais do século IV [35], aparecem como sintoma efetivo de que o mundo imperial romano caminhava, inexoravelmente, à uma nova configuração sociopolítica e militar[36].

Porém, em nossa opinião, essa nova configuração alterava o tradicional Império dos romanos sem levá-lo ao fim ou a destruição total. Nesse caso, tanto a participação dos bárbaros no coração da administração militar romana como a partilha efetiva da autoridade imperial contribuíram ao surgimento de novos poderes que seguirão os passos do passado romano, mas com um toque próprio, trazendo no seu bojo elementos próprios da tradição dos bárbaros[37]. O amálgama destas duas tradições configurou aquilo que definimos como o mundo romano-bárbaro que originou o período das monarquias romano-bárbaras nos territórios ocidentais romanos que pode ser balizada entre os séculos V e VIII. Nesse lapso temporal observamos o lento e paulatino esvaziamento do poder político imperial e a sua substituição pelos *reges* bárbaros que começaram a estabelecer sua hegemonia política sobre áreas e territórios romanos do ocidente configurando, dessa forma, os *regna* romano-bárbaros[38]. Adotando a monarquia de tradição imperial romana como sistema político, os reis romano-bárbaros conquistaram o seu espaço de poder tanto junto aos grupos aristocráticos de

[32] *Amiano Marcelino, Historias, XXVI, 4, 3*.

[33] *Amiano Marcelino, Historias, XXVI, 5, 4*.

[34] CAMERON, Av. *El Mundo Mediterraneo en la Antigüedad Tardía 395 – 600.* Barcelona: Crítica, 1998, p. 31.

[35] GASPARRI, St. e LA ROCCA, Cr. *Tempi Barbarici...*, p. 68.

[36] JAMES, E. *I Barbari*, p. 245.

[37] POHL, W. "Telling the difference: Signs of ethnic identity", in: *Strategies of distinction. The construction of ethnic communities, 300 – 800 (Ed. Walter Pohl and Helmut Reimitz).* Leiden – Boston – Köln: Brill, 1998, pp. 62 – 63; HEDEAGER, L. "Migration period Europe: the formation of a political mentality", in: *Rituals of Power. From Late Antiquity to the Early Middle Ages (Ed. Frans Theuws and Janet L. Nelson)*. Leiden – Boston – Köln: Brill, 2000, p. 18.

[38] FRIGHETTO, R. "Cuando la confrontación genera la colaboración: godos, romanos y el surgimiento del reino hispanogodo de Toledo (siglos V – VI)", in: *Vínculos de Historia, 7*. Toledo: Ediciones Universidad de Castilla La Mancha, 2018, p. 164.

origem bárbara como aos grupos aristocráticos romanos e autóctones nas áreas onde configuraram os seus reinos graças à concessão romana de áreas para o seu estabelecimento. Além disso, a força detida por aqueles *reges* amparava-se, também, no estado permanente de conflito[39] que os projetava como verdadeiras lideranças militares diante dos segmentos aristocráticos e, também, do poder imperial romano. Esse descolamento das lideranças bárbaras da tutela imperial se deu, sobretudo, pelo crescente abandono do próprio imperador de exercer o seu poder de *imperium*, ou seja, de mando militar[40]. Durante o século V cabia aos chefes militares bárbaros o protagonismo da liderança militar apoiada, principalmente, pelas hostes bárbaras e pelo conjunto aristocrático bárbaro que via no rei, escolhido a partir daquele universo sociopolítico e militar, o verdadeiro condutor de suas ações políticas, minimizando cada vez mais a participação da figura imperial e transformando-a, na opinião de Blockley, numa verdadeira "marionete" nas mãos dos líderes bárbaros[41]. Ou seja, a concessão de territórios aos grupos bárbaros fez com que estes reforçassem a escolha de um único rei que os representasse e, ao mesmo tempo, começasse a concorrer com a figura de um imperador cada vez mais enfraquecido política, militar e administrativamente. De federados e aliados de Roma, os grupos bárbaros começaram a colocar-se como defensores e, simultaneamente, rivais do poder imperial romano. O caso dos godos instalados na *Aquitania secunda* em 418 por concessão imperial talvez seja o exemplo mais destacado dessa ação política que mostra-nos um caminho de sentidos opostos, de fortalecimento do poder régio dos grupos bárbaros em oposição à paulatina e inevitável derrocada do poder imperial romano no ocidente[42].

É importante dizer que a configuração das monarquias romano-bárbaras, como a dos godos e de outros grupos populacionais que ingressaram e se estabeleceram no interior do mundo romano do ocidente, baseou-se sobre os alicerces da antiga administração imperial romana[43]. Como exemplo efetivo dessa aproximação, Sidônio Apolinário, bispo de Clermont Ferrant em meados do século V, nos apresenta a descrição de uma autêntica corte régia goda no reinado de Teodorico II (452 – 466) onde destacavam-se a sala do trono, os estábulos e os tesouros, claro sinal de uma estrutura administrativa herdada do passado romano[44]. Logo, a interação entre a realeza e os grupos aristocráticos godos com a estrutura administrativa romana foi feita de forma gradual e progressiva

[39] FRIGHETTO, R. "Signos e rituais: os mecanismos do poder político no reino hispano-visigodo de Toledo (séculos VI – VII)", in: *Anos 90, 22/42*. Porto Alegre: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2015, p. 244.

[40] GASPARRI, St. e LA ROCCA, Cr. *Tempi Barbarici...*, p. 97.

[41] BLOCKLEY, R. C. "The dynasty of Theodosius", in: *The Cambridge Ancient History. Volume XIII. The Late Empire, A. D. 337 – 427 (Eds. Averil Cameron and Peter Garnsey*). Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 111.

[42] DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. "Rey y poder en la monarquia visigoda", in: *Iberia 1*. Logroño: Ediciones Universidad de La Rioja, 1, 1998, pp. 179 – 183.

[43] GARCIA MORENO, L. A. *Historia de España Visigoda.* Madrid: Ediciones Catedra, 1989, pp. 309 – 314.

[44] *Sidônio Apolinário, Cartas, 1, 2, 4*.

mostrando, assim, a aproximação entre os grupos aristocráticos e políticos romanos e autóctones com os novos partícipes bárbaros que passavam a ter um papel essencial em termos regionais. Essa perspectiva aparece de forma evidente na tese que foi apresentada nos anos 1970 por Michel Rouche ao definir a *Aquitania* como centro do estabelecimento dos godos que serviu para o fortalecimento de sua hegemonia sobre os territórios ocidentais durante o século V, mas também como base de apoio da defesa das áreas aquitanas contra novas incursões de outras populações bárbaras, o que acabou aproximando os grupos aristocráticos godos e os seus congêneres aquitano-romanos[45]. Nesse caso, os godos surgiam como autêntica barreira contra ameaças vindas de outros espaços territoriais e essa força militar era canalizada, também, para agir em outras áreas transformando-os em verdadeiros interventores em nome da autoridade romana[46]. Estas ações militares constantes robusteciam o *regnum* e a figura régia que o liderava, além de catalisar e canalizar a força militar em prol da hegemonia goda[47]. A consolidação desse poderio do *regnum gothorum* da Aquitania tornou-se evidente a partir do reinado de Teodorico I (418 – 451), quando encontramos membros da aristocracia aquitano-romana integrando o *consilium* régio, prática que se estendeu pelos reinados seguintes de Teodorico II, Eurico (466 – 484) e Alarico II (484 – 507) e que alcançou outros grupos aristocráticos da *Gália* e da *Hispania*[48]. Outro indício da ampliação dos poderes dos *reges* godos da Aquitania sobre todo o espaço hegemônico por eles controlado é o da promulgação de leis que foram coligidas tanto no *Codes Euricianus*, publicado no reinado de Eurico como na *Lex Romana Visigothorum*, publicada no reinado de seu sucessor e filho Alarico II[49]. Embora ainda divididos entre normas válidas aos godos e aos súditos de origem romana, ambos os códigos de leis atestam aquilo que Isidoro de Sevilha apresentou em suas *Histórias*, de que os godos "começaram a ter leis escritas, pois anteriormente se regiam apenas segundo os seus usos e costumes[50].

A afirmação feita pelo bispo de Sevilha no primeiro terço do século VII pode ganhar uma dimensão maior, demonstrando que os seus ancestrais godos já haviam abandonado a condição de

[45] ROUCHE, M. *L'Aquitaine. Des Wisigoths aux Arabes – 418- 781. Naissance d'une région.* Paris: EHHSS, 1979, pp. 27 – 30.

[46] SANZ SERRANO, R. *Historia de los Godos. Una epopeya histórica de Escandinavia a Toledo*, pp. 192 – 198.

[47] VALVERDE CASTRO, M. R. *Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda: un proceso de cambio.* Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000, pp. 47 – 68.

[48] MATHISEN, R. *Roman aristocrats in barbarian Gaul. Strategies for survival in an age of transition.* Austin: University of Texas Press, 1993, pp. 127 – 133; DUMÉZIL, B. "Le comte et l'administration de la cité dans le Bréviaire d'Alaric", in: *Le Breviaire d'Alaric. Aux origines du code civil (org. Michel Rouche e Bruno Dumézil)*. Paris: Pubs Paris Sorbonne, 2008, pp. 73 – 74.

[49] FRIGHETTO, R. *Exílio e exclusão política no mundo antigo. De Roma ao reino godo de Tolosa (séculos II a. C. – VI d. C.).* Jundiaí: Paco Editorial, 2019, p.113; DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. "Rey y poder en la monarquía visigoda", pp. 182 – 183.

[50] *Isid., HG, 35.*

"bárbaros", que apenas seguiam seus usos e seus costumes, e desde meados do século V já poderiam ser considerados como integrados à *romana ciuilitas*, a civilização romana[51]. Uma integração possível graças a constituição de um *regnum* que tinha um espaço territorial definido e associado a Aquitania, além de uma área hegemônica que abrangia territórios da *Galia* e da *Hispania*, uma realeza apoiada no sistema monárquico de tradição romana que ganhou força a partir de um estado permanente de conflito contra todos os seus potenciais rivais. Tanto essa como as demais monarquias romano-bárbaras instaladas nos territórios romanos do ocidente acabaram substituindo o poder e a autoridade do Império Romano naquela *Pars Occidentalis*[52], embora o Império Romano continuasse existindo nas regiões do levante do Mediterrâneo e exercendo a sua influência política e cultural sobre o conjunto daquelas monarquias[53].

Sabemos que o *regnum gothorum* da Aquitania desapareceu nos primórdios do século VI, com a derrota dos godos frente aos francos e burgúndios liderados por Clóvis e a morte do rei Alarico II no ano de 507[54]. Mas foi exatamente numa das áreas da antiga hegemonia goda, na *Hispania*, que encontraremos a revitalização e o ressurgimento da monarquia goda, dessa feita estabelecida em Toledo[55]. De fato, o reino hispano-visigodo de Toledo apresentou os mesmos sinais que fizeram do seu antecessor aquitano uma potência em termos regionais: um conjunto aristocrático misto, tanto de origem goda como hispano-romana, que fortaleceu a figura régia e que, a partir do reinado de Leovigildo (569 – 586) exerceu uma ação hegemônica por todo o espaço hispânico através do estado permanente de conflito que levou os hispano-visigodos a derrotarem e incorporarem potenciais rivais regionais, como os suevos na *Gallaecia*, as tribos vascas, astures e cântabras no norte peninsular, bem como os históricos inimigos francos na *Narbonense* e os romano-orientais nas áreas do levante peninsular[56]. Porém, as disputas intra-aristocráticas que colocavam as *gentes* hispano-visigodas em

[51] FRIGHETTO, R. "Considerações sobre o conceito de *Gens* e a sua relação com a ideia de identidade nobiliárquica no pensamento de Isidoro de Sevilha (século VII)". *Imago Temporis. Medium Aevum VI*. Lerida: Ediciones Universidad de Lerida, 2012, p. 423.

[52] GOËTZ, H.-W. "Gens, kings and kingdoms: The Franks", in: *Regna and Gentes. The Relationship between Late Antique and Early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman World (Eds. H.-W. Goetz, J. Jarnut and W. Pohl).* Leiden – Boston: Brill, 2003, pp. 311 – 313.

[53] DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. e VALVERDE CASTRO, M. R. "The theoretical strength and practical weakness of the Visigothic Monarchy of Toledo", in: *Rituals of Power. From Late Antiquity to the Early Middle Ages (Ed. Frans Theuws and Janet L. Nelson)*. Leiden – Boston – Köln: Brill, 2000, pp. 71 – 72.

[54] VALVERDE CASTRO, M. R. *Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda…*, pp. 115 – 116.

[55] DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. e VALVERDE CASTRO, M. R. "The theoretical strength and practical weakness of the Visigothic Monarchy of Toledo", pp. 72 – 73.

[56] VELÁZQUEZ, I. "*Pro Patriae Gentiqve Gothrum statv* (4th Council of Toledo, canon 75, A. 633)", in: *Regna and Gentes. The Relationship between Late Antique and Early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman World (Eds. H.-W. Goetz, J. Jarnut and W. Pohl).* Leiden – Boston: Brill, 2003, pp. 176 – 180; FRIGHETTO, R. "Cuando la confrontación genera la colaboración: godos, romanos y el surgimiento del reino hispanogodo de Toledo (siglos V – VI)", pp. 166 – 168.

campos opostos no âmbito político e que acabavam envolvendo diretamente o *rex gothorum* terminaram por enfraquecer a instituição régia ao longo do século VII[57]. Rivalidades que culminaram com o confronto entre as hostes aristocráticas que selou o destino do reino hispano-visigodo, desestruturado logo após a derrota do Guadalete no ano de 711[58].

À princípio, seguindo a proposta apresentada por Jean-Michel Carrié[59], poderíamos dizer que a expansão muçulmana pelo espaço mediterrânico contribuiu com a derrocada da monarquia hispano-visigoda, embora o ingresso dos berberes islamizados na *Hispania* tenha sido um elemento à mais que contribuiu na desestruturação política do reino hispano-visigodo de Toledo nos primórdios do século VIII. Imputar a uma única batalha a derrocada de uma monarquia romano-bárbara bem-organizada administrativamente como a hispano-visigoda é, na opinião de Pablo Díaz Martínez "uma extrapolação atrevida"[60]. Podemos dizer que a presença muçulmana no Mediterrâneo provocou certa instabilidade política, mas devemos ponderá-la e matizá-la à luz da documentação. Os exemplos lombardo e carolíngio podem elucidar o real impacto do poderio muçulmano sobre os ambientes políticos da *Galia* e da *Italia*, onde verificamos uma significativa projeção sobre uma importante parcela dos territórios ocidentais no caso carolíngio a partir de meados do século VIII[61]. Aliás, como indicaram Gasparri e La Rocca, "a época carolíngia representa o momento no qual se configuram claramente as estruturas sociais, políticas, economicas, religiosas e culturais definidas como medievais"[62], o que nos coloca a baliza entre meados do século VIII e os primórdios do século IX como o princípio do mundo medieval nos territórios ocidentais.

Com isso, concordamos com a proposição feita tanto por Brown, como por Marrou, Carrié e Gasparri – La Rocca de que encontramos uma estrutura histórica que pode ser denominada como Antiguidade Tardia, que abrange um lapso cronológico entre os séculos II e VIII da era cristã e que tem no Mediterrâneo e nas áreas controladas pela autoridade imperial romana o seu espaço geográfico. Um tempo que demarca uma época de trânsito e de passagem entre a Antiguidade e a Idade Média, sem qualquer juízo de valor negativo ou positivo, um período histórico pleno de continuidades e de rupturas que demonstram a sua dinâmica e a sua importância para o estudo da História. Porém, a

[57] FRIGHETTO, R. "*In Eadem Infelicem Spaniam, regnum efferum conlocant:* Las motivaciones de la fragmentación politica del reino hispanogodo de Toledo (siglo VIII)", in: *Temas Medievales 19*. Buenos Aires: SAEMED, 2011, pp. 139 – 150.

[58] DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. "La dinámica del poder y la defensa del territorio: para una comprensión del fin del reino visigodo de Toledo", in: *XXXIX Semana de Estudios Medievales*. Estella: Gobierno de Navarra, 2012, pp. 201 – 202.

[59] CARRIÉ, J.-M. e ROUSELLE, A. *L'Empire Romain en mutation...*, p. 11.

[60] DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. "La dinámica del poder y la defensa del territorio: para una comprensión del fin del reino visigodo de Toledo", p. 204.

[61] WOOD, I. *The Merovingian Kingdoms 450 – 751*. London – New York: Longman, 1994, pp. 273 – 292.

[62] GASPARRI, St. e LA ROCCA, Cr. *Tempi Barbarici...*, p. 25.

denominação de Antiguidade Tardia vem sendo, de forma gradual, aprimorada por outras opções nos últimos anos e o próprio Peter Brown nos indica em um de seus estudos mais recentes sobre a vida após a morte uma delas, informando que

> "...Eu as amplio aqui, fornecendo uma breve introdução ao quadro geral - aos principais contornos do desenvolvimento das visões cristãs latinas da vida após a morte entre 200 e 700 d.C. Para ser breve, compararei duas idades - o mundo da igreja primitiva no final do segundo e terceiro séculos e o mundo medieval do início do século sétimo: em outras palavras, o início e o fim de nossa história..."[63].

Nesse caso, observamos uma nova divisão cronológica que, em certa medida, mantem o preceito de Antiguidade Tardia, mas dividindo-a em dois momentos a partir das concepções religiosas. Por outro lado, como já indicado, lançamos há alguns anos uma proposta de subdivisão da Antiguidade Tardia em dois momentos segundo as mudanças político-institucionais que podemos observar, a de um mundo romano tardio que estaria balizado entre os séculos III e V nos territórios ocidentais, estendendo-se até os primórdios do século VII no oriente romano, e um mundo romano-bárbaro cristalizado pelas monarquias romano-bárbaras estabelecidas e mantidas durante os séculos V e VIII no ocidente romano[64].

***

Sendo assim, levantamos o questionamento se podemos oferecer outra denominação para o período que estamos analisando em substituição a já tradicional Antiguidade Tardia. Por certo que encontramos pontos que podem caracterizar toda a temporalidade que abordamos, começando pela partilha do poder político que tem seus primeiros passos no mundo romano do século II, mantendo-se a partir de então até o século V, no caso dos Impérios Romanos do Ocidente e do Oriente, e além, nas monarquias romano-bárbaras estabelecidas nos territórios romanos ocidentais onde constatamos a continuidade dessa prática de divisão entre dois ou mais *reges*. A desaparição da monarquia hispano-visigoda no século VIII e a consolidação da unidade carolíngia na figura de Carlos Magno em finais desse mesmo século demarcariam, em nossa opinião, o fim desse período e o início do que denominamos como a Idade Média. Além disso, vale dizer que as monarquias romano-bárbaras devem ser incluídas naquele processo de longa duração da partilha do poder imperial, fazendo com que entre os séculos II e VIII encontremos um elemento comum e relacionado com o processo político totalmente característico dessa baliza cronológica.

[63] BROWN, P. *The Ransom of the soul. Afterlife and Wealth in Early Western Christianity*. London – Cambridge: Harvard University Press, 2015, p. 1.

[64] FRIGHETTO, R. "Cuando la confrontación genera la colaboración: godos, romanos y el surgimiento del reino hispanogodo de Toledo (siglos V – VI)", pp. 169 – 170.

Outro elemento que devemos levar em conta à hora de fixarmos essa temporalidade diz respeito a associação, integração, acomodação e fixação dos grupos bárbaros no interior do mundo romano e que, como consequência, acabou por levá-los, inicialmente, a participar tanto nas instituições imperiais como na defesa de Roma para, num segundo momento, se tornarem os verdadeiros substitutos da autoridade imperial nos territórios romanos ocidentais. Para tanto, é importante termos em conta o fortalecimento da figura régia entre os grupos bárbaros pautada, sobretudo, naquilo que definimos como o estado permanente de conflito onde os reis bárbaros canalizavam todo o apoio de seus grupos aristocráticos na liderança das ações militares contra os inimigos em comum e que poderiam incluir, em determinados casos, os próprios romanos. Parece-nos importante afirmar que os bárbaros utilizaram a via militar como meio ao estabelecimento de suas monarquias em detrimento do apoio ao poder imperial romano. Com efeito, tratava-se de um caminho sem retorno à autoridade imperial romana nos territórios ocidentais, mas que demonstra, por outro lado, que paulatinamente os bárbaros foram vinculados à civilização romana, a *romana ciuilitas*, um sinal inequívoco de uma alteração do paradigma helenístico sobre aqueles grupos externos e pejorativamente marcados pela tradição greco-romana. Assim, podemos considerar as monarquias romano-bárbaras como mantenedoras e herdeiras da cultura, da administração, dos cargos e funções que eram comuns no mundo imperial romano, embora elementos específicos das tradições ancestrais dos bárbaros também tenham sido incorporados a essa nova realidade política.

Ao fim e ao cabo, observamos que o período entre os séculos II e VIII é amplamente dinâmico e isso torna a tarefa de oferecer uma nova denominação a ele muito mais complexa e difícil. Pensando de uma forma direta, poderíamos dizer que aqueles seis séculos representavam o abandono lento e gradual das premissas relacionadas ao mundo helenístico no qual podemos inserir o sistema político do principado romano. A herança de Alexandre Magno continuava vívida na mente dos principes e imperadores romanos, mas a presença pragmática e efetiva dos bárbaros fazia com que a ampulheta tivesse de ser, novamente, girada. E esse mundo tardo-antigo também poderia ser denominado como um mundo pós-helenístico, pois teríamos diante de nós uma nova perspectiva monárquica com a contribuição dos elementos bárbaros em adição a todos os provenientes da tradição helenística. É uma possibilidade para balizarmos cronologicamente aquele momento histórico, embora a denominação de Antiguidade Tardia ainda seja válida e, ao que tudo indica, distante de ser substituída.

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

TRATADOS ÁRABES DE CULINÁRIA DO OCIDENTE ISLÂMICO (SÉCULOS IX – XIII)

ARAB CULINARY TREATIES FROM THE ISLAMIC WEST (9TH - 13TH CENTURIES)

ANTÓNIO REI[1]
Universidade Nova de Lisboa, (FCSH – UNL)
Instituto de Estudos Medievais

RESUMO

A expansão geográfica do Islão, englobando territórios férteis, como a Mesopotâmia e o delta do Nilo, contribuiu para um gradual enriquecimento gastronómico, também a com a maior presença de muitos condimentos, provenientes de rotas comerciais consolidadas, quer por bizantinos, com o Norte de África; quer por persas, com a Índia. Ou seja, a culinária "árabe", fora da Península Arábica, foi-se tornando, clara e naturalmente, um produto de progressiva aculturação e de sincretismo. Os "tratados árabes de culinária", descrevem e registam, em árabe, uma realidade culinária e gastronómica já bastante compósita, e muito afastada da culinária dos árabes do deserto dos primórdios do Islão.

PALAVRAS-CHAVE: TRATADOS; ÁRABE; CULINÁRIA; OCIDENTE ISLÂMICO.

ABSTRACT

The geographical expansion of Islam, integrating fertile territories, such as Mesopotamia and the Nile Delta, contributed to a gradual gastronomic enrichment, also with the significant presence of many condiments, coming from consolidated commercial routes, either by Byzantines, with the North of Africa; or by Persians, with India. In other words, "Arab" cuisine, outside the Arabian Peninsula, has become, clearly and naturally, a product of progressive acculturation and syncretism. The "Arab culinary treaties", describe and record, in Arabic, a culinary and gastronomic reality that is already quite composite, and far away from the cuisine of Arabs in the desert of early Islam.

KEY WORDS: TREATIES; ARABIC; CULINARY; ISLAMIC WEST.

[1] Doutor em História da Cultura e das Mentalidades Medievais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, (FCSH – UNL). Investigador Integrado do Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa.

"Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - DL 57/2016/CP1453/CT0072".

INTRODUÇÃO

Comecemos pelo título. Por quê "tratados árabes de culinária" e não "tratados de culinária árabe"?

A alimentação dos árabes da Península Arábica, da época em que os mesmos árabes entram na história mundial, com a emergência islâmica e a sua expansão, era uma alimentação de gente do deserto, parca e pouco diversificada, como o deserto impõe.[2]

Aquela expansão geográfica do Islão, englobando territórios muito mais férteis, como a Mesopotâmia e o delta do Nilo, contribuiu para um gradual enriquecimento gastronómico, com a incorporação de muitos elementos, sobretudo vegetais, e também a cada vez maior presença de muitos condimentos, que surgiam fruto de rotas comerciais consolidadas, quer por bizantinos, com o Norte de África; quer por persas, com a Índia. Ou seja, a culinária "árabe", fora da Península Arábica, foi-se tornando, clara e naturalmente, um produto de progressiva aculturação e de sincretismo.

Daí o termos optado pela expressão "tratados árabes de culinária", que entendemos mais exata, já que aqueles tratados descrevem e registam, em árabe, uma realidade culinária já bastante compósita, e muito afastada da culinária dos árabes do deserto.

Em realidade todas as gastronomias são realidades complexas, produtos de aculturações resultantes dos contactos entre povos ao longo dos tempos.

A gastronomia do Ocidente extremo da Península Ibérica durante o período de presença islâmica (*al-Ġarb al-Andalus al-Aqsà*), assentou nas prévias bases culinárias e gastronómicas romana e visigótica, que era o que existia no início do século VIII. Aquela realidade gastronómica anterior, proveniente da época romana, também não se terá alterado muito no *Maġrib* norte-africano, e que, por uma relação de proximidade, poderemos inserir neste contexto de "ocidente islâmico", e da sua gastronomia.[3]

[2] REI, António, "Alimentos com *baraka* - a comida do Profeta Muhammad", Comunicação ao *6º Colóquio DIAITA «Das Culturas da Alimentação ao Culto dos Alimentos»*, - FLUC - Coimbra, no prelo.

[3] REI, António, "Elementos vegetais na alimentação de al-Ušbûna, entre os séculos X e XII", in *Livro do Seminário: Dize-me o que comes… Alimentação Antes e Depois da Cidade / Fragmentos de Arqueologia, Lisboa*, Sociedade de Geografia de Lisboa / Centro de Arqueologia da Câmara Municipal de Lisboa, 2017, nº 1, pp. 67-75, pp. 73-74; REI, António, "Vegetais nos mercados do Ġarb al-Andalus (seculos VIII-XIII). Entre a arqueobotanica e os textos", in *Abastecer a Cidade na Europa Medieval | Provisioning Medieval European Towns,* Lisboa, IEM – Instituto de Estudos Medievais / Camara Municipal de Castelo de Vide, 2020, pp. 589-605, p. 605.

Apenas a partir da terceira década do século IX, e inicialmente no âmbito da corte omíada de Córdova, começou a dar-se uma significativa alteração da etiqueta cortesã, incidindo também muito em todo o universo gastronómico de então, desde a confeção dos alimentos, quer ao seu consumo.

Aquele início de mudança, de refinamento na vida da corte, a gastronomia naturalmente incluída, começou a operar-se com a presença na corte omíada de ‘Abd al-Raḥmān II (822-852), de uma figura de cortesão, esteta e músico que ficou conhecido pelo nome de *Ziryāb*, que abandonara a corte abássida e se viera fixar em al-Andalus.

Relativamente à gastronomia, Ziryāb revolucionou a culinária e a gastronomia locais, embora principalmente ao nível das elites, ao divulgar novas frutas e vegetais, como por exemplo os espargos e as alcachofras; ao preconizar a refeição de três pratos (sopa, prato principal e sobremesa), e servida em toalhas de couro. Introduziu também o uso do vidro para recipientes de bebidas, mais apropriados do que os de metal.

Em períodos anteriores, antes da sua chegada, a comida era servida simplesmente em travessas, diretamente sobre mesas, mantendo costumes gastronómicos que vinham desde o período romano.[4]

E desde então, da primeira metade do século IX, até ao século XIII, ou seja, ao longo de cerca de quatro séculos, foram-se dando diferentes incorporações no universo da gastronomia andalusi-magribi, identificadas pelas suas origens espaciais, pelos momentos cronológicos e também pelos substratos culturais, marcados por diferentes idiomas, espiritualidades e etnicidades.

AS FONTES ÁRABES DE CULINÁRIA DO OCIDENTE ISLÂMICO

As fontes a partir das quais vamos fazer este périplo são os dois Tratados árabes de culinária do ocidente islâmico, e que iremos abordar em seguida.

1- TRATADO ANÓNIMO (CERCA DE 1230)

O primeiro tratado de culinária do ocidente islâmico que se conheceu, e que também será efetivamente o mais antigo, é um Tratado Anónimo, que terá sido compilado por volta de 1230,

[4] Abu l-Hasan 'Ali ibn Nafi' ou Ziryab (c. 789 – c. 857) foi um cantor, tocador de alaúde, compositor, poeta e esteta que viveu e trabalhou no Iraque, Norte da África e em al-Andalus. O seu apodo *Ziryab*, é o termo persa para “melro”. Tinha conhecimentos de astronomia, geografia, meteorologia, botânica, cosméticos, culinária e moda. Teve um papel importante no refinamento e evolução cultural na corte omíada de Córdoba, na Península Ibérica (JAYYUSI, Salma Khadra and MARÍN, Manuela, *The Legacy of Muslim Spain*, Brill Publishers, Leiden, 1994, p. 117).

e que, entre outras particularidades textuais, apresenta uma manifesta desorganização nos seus conteúdos.

O primeiro manuscrito (ms.) conhecido deste Tratado foi encontrado em Marrocos pelo arabista francês Georges Seraphim Colin na primeira metade do século XX, e foi Colin quem, mais tarde, o emprestou a Huici Miranda, e desse empréstimo resultaram a primeira edição e a primeira tradução castelhanas do texto do mesmo Tratado.

Trata-se de uma cópia, datada, pois na transição do primeiro para o segundo dos tratados o copista datou o final da redação de 13 de ramadão de 1012 da hégira (correspondendo a 14 de fevereiro de 1604 da era cristã).

No final da vida Colin legou, em testamento, o ms. à Bibliothèque Nationale de France, em Paris, onde o mesmo se encontra hoje, com a cota "ms. 7009".

Daquele primeiro contacto com o ms. Huici publicou, em 1957, um artigo no qual deu notícia da existência do texto, reproduziu o índice do conteúdo do mesmo, e onde explicou as razões que o levaram a contextualizá-lo com a fase final do período almóada , sendo datado como do primeiro terço do século XIII.

O conjunto textual aparenta tratar-se, afinal, de uma compilação de, pelo menos, dois tratados prévios, um com cariz mais culinário; e um terceiro, em que se reúnem preparações várias, de características mais medico-farmacêuticas.

Sendo um texto "acéfalo, ápodo e anónimo" (sem parte inicial, sem parte final e sem autoria), Huici denominou a sua edição como Kitāb al-Tabīkh fi'l-Maġrib wa'l-Andalus fi 'aṣr al-Muwaḥḥidin li-mu'allif majhūl (Livro de Culinária do Magrebe e do al-Andalus ao tempo dos Almóadas, de autor anónimo). A primeira edição surgiu em 1962, sob forma de artigo, também na Revista del Instituto de Estudios Islámicos em Madrid , e só em 1965 o "Instituto Egípcio de Madrid" a publicou em forma de livro. Se no seu interior se manteve aquele mesmo título, na capa, em castelhano, surge identificado como La cocina hispano-magrebi según un manuscrito anónimo.

E no ano seguinte, 1966, saiu a primeira tradução castelhana, com uma nova versão do título, como Traducción española de un manuscrito anónimo del siglo XIII sobre la cocina hispano-magribi.

Só duas décadas mais tarde, em 1987, foi publicada uma primeira tradução inglesa, feita a partir dos textos (edição e tradução) de Huici Miranda. Aquele trabalho foi iniciado por uma equipa

de tradutores e concluído por Charles Perry, e sendo identificado como An Anonymous Andalusian Cookbook of the 13th century. Esta tradução encontra-se disponível on-line.

Apesar do vasto e útil aparato crítico e glossário que a mesma comporta, e tão em falta na edição inicial de 1965, e mais ainda na primeira tradução castelhana, ainda assim esta tradução inglesa tem sido algo negligenciada. Manuela Marín, na segunda edição da tradução castelhana, apenas a refere na introdução, e onde presume que a mesma tradução inglesa nada trouxe de novidade, mesmo sem a ter consultado.

Também a segunda tradução francesa, de Catherine Guillaumond, ignora completamente aquela tradução inglesa, o que parece, no mínimo, algo estranho, pois a autora refere na sua bibliografia aquela edição de Manuela Marín, onde a tradução inglesa é citada, como já atrás referido.

Aquela pobreza de aparato crítico da edição de Huici Miranda, e ainda mais da primeira tradução castelhana, e a necessidade de colmatar aquele vazio, foi também assinalada por Rudolf Grewe em 1992, tendo este prometido uma nova edição e uma nova tradução para inglês. Tal acabou por não acontecer devido ao falecimento de Grewe em 1994. Em 1997 a Universidade de Barcelona adquiriu o espólio de Grewe, e foi, posteriormente, ponderada a publicação da tradução inglesa de Grewe, e uma tradução ao catalão. Mas nada chegou efetivamente a ter lugar.

No entanto, durante aquele mesmo período, em 1991, Catherine Guillaumond apresentou, na Universidade de Lyon, na sua tese de doutoramento, um estudo, uma tradução para francês do Tratado, e propôs uma reorganização textual do mesmo. A ele voltaremos mais adiante.

Será preciso passar, de novo, mais de uma década, para em 2003, vir a público uma nova publicação relacionada com o Tratado em causa. Naquele ano surgiu a edição de um novo manuscrito, encontrado na Bibliothèque Générale de Rabat (RGB) e onde o mesmo consta identificado com a cota “54 mim”.

Tratar-se-á de uma eventual cópia, direta ou indireta, do ms. 7009, pela similitude que ambos apresentam, quer no relativo à estrutura textual, quer no que aos conteúdos diz respeito. É, no entanto, uma cópia muito mais recente, pois também ostenta datação, neste caso do ano de 1864. A edição de 2003 é da responsabilidade de ‘Abd al-Ġanī Abū l-‘Azm, e dá pelo título de Anwa' al-saydala fi alwan al-at'ima. Al-Tabīkh fi'l-Maġrib wa'l-Andalus fi 'aṣr al-Muwaḥḥidin (Elementos de Farmácia na Preparação de todos os Tipos de Pratos. A Culinária do Magrebe e do al-Andalus ao tempo dos Almóadas) .

Trata-se da primeira edição que pode ser chamada de "crítica", em que o texto do ms. 54 mim foi sistematicamente confrontado com o texto do ms. 7009 e também com a edição de Huici Miranda. Comporta também um denso estudo prévio, e um vasto glossário. No entanto Abū l-'Azm editou apenas a componente culinária, tendo deixado de lado o apartado das preparações medico-farmacêuticas, por entender tratar-se este de um tratado autónomo que terá sido acoplado posteriormente.

Em 2005 apareceu uma reedição da tradução de Huici Miranda, levada a cabo por Manuela Marín. Esta segunda edição teve o aspeto positivo de facilitar o acesso a uma obra há muito esgotada. Apresenta um estudo prévio em que é feito um estudo biográfico de Ambrosio Huici Miranda, e também um ponto de situação dos estudos em torno deste Tratado. Mas o facto de se tratar de uma estrita edição fac-símile do texto em causa, tem como consequência o não produzir nenhuma alteração ou trazer qualquer nova contribuição a todo o conjunto textual já produzido e publicado por Huici Miranda sobre o mesmo Tratado. Ou seja, as questões textuais que Perry e Grewe constataram e, de alguma forma, procuraram colmatar, ao menos para o público anglófono, mantiveram-se, para os hispano-parlantes, exatamente como desde os anos 60.

Em 2012, Candida Martinelli lançou uma segunda edição inglesa da tradução de Charles Perry. Mais ligeira no aparato crítico, inova ao produzir uma outra reorganização do texto. Baseando-se em Perry também incluiu o apartado das preparações medicinais, o apartado que Abū l-'Azm deixara de parte na sua edição de 2003. Esta edição comporta o título de Anonymous Andalusian Cookbook, e encontra-se on-line - Kitab al tabikh fi-l-Maghrib wa-l-Andalus fi `asr al-Muwahhidin, li-mu'allif majhul. The Book of Cooking in Maghreb and Andalus in the era of Almohads, by an unknown author .

Em 2016 Jean-Michel Laurent, publicou uma primeira tradução francesa do Tratado Anónimo, feita, como enuncia no título "a partir do ms. 7009". Texto simples, com algumas escassas notas acessórias, mas que não remetem para qualquer bibliografia, apesar de o autor, no prólogo, se propor corrigir erros na identificação dos simples e ingredientes que, segundo ele, existem na tradução "parcial castelhana" de Huici, e na "quase integral" inglesa de Perry. No entanto o facto de esta publicação praticamente não ter um verdadeiro aparato crítico, não permite perceber em função de quê ele altera uma determinada identificação surgida naqueles autores, porque não é apresentada uma qualquer justificação criticamente sustentada.

No ano seguinte, 2017, Catherine Guillaumond publicou parte da sua tese de doutoramento, concretamente a tradução francesa do texto do Tratado.

Nela afirma fazer a comparação da tradução inicial, então apenas dependente da edição de Huici Miranda, com a de Abū l-'Azm entretanto surgida. E, como este último, também ela abdicou de integrar o apartado final das preparações medicinais.

De qualquer forma a autora não é muito leal àquela afirmação, pois o aparato crítico é pouco sistemático e algo escasso, e quando nalgum passo discrepa de alguma, ou de ambas as edições trás referidas, não nos faz saber o porquê da sua nova proposta.

Uma outra novidade deste trabalho é a sua nova reorganização do texto do Tratado, e em que difere, e muito, da elaborada por Candida Martinelli, e independentemente do facto de esta incluir as preparações medicinais, e aquela as excluir.

Resumindo, as publicações que existiram, da década de 60 até ao presente, oscilam entre o texto trabalhado cientificamente e o texto de divulgação de culinária mais ou menos exótica. A abordagem mais científica de todo o conjunto de textos, entre edições e traduções, é a da edição do ms. de Rabat. Ainda está por aparecer uma tradução, em qualquer daqueles idiomas, ou outro, e que seja produto de uma completa crítica textual.

2- TRATADO DE IBN RAZĪN (1227-1293)

Obra escrita por volta de 1280, e enquanto a anterior é anónima, este tratado tem um autor, resumidamente identificado como Ibn Razīn (Murcia, 1227 – Tunes, 1293). Nascido num al-Andalus que estava a ficar reduzido ao Reino de Granada, emigrou para o Norte de África em meados do século, e lá se radicou definitivamente, tendo falecido em Tunes, em 1293.

Trata-se de um texto sequencial, ainda que com falta de alguns fólios e cadernos, e do qual se conhecem 2 mss., um na Real Academia de la Historia, de Madrid (ms. RAH); e um outro na Universidade de Tübingen / Alemanha. (ms. Tüb), sendo este mais fragmentário do que o anterior.

A primeira menção a esta obra foi feita por Fernando de la Granja, que estudou, editou e traduziu a mesma na sua tese de doutoramento, em 1960, e da qual apenas publicou um Resumo, onde apresenta uma tradução parcial de algumas das receitas culinárias presentes no texto.

Este mesmo Tratado teve uma primeira edição publicada, levada a cabo partir do ms. RAH, por Muhammad ben Šaqrun, e que foi publicada em 1981 em Rabat, com o título Fuḍālat al-ḫiwām fī ṭayyibāt al-ṭa'ām wa-l-alwān.

Aquele mesmo texto foi reeditado em Beirute, em 1984, pelo mesmo Muhammad ben Šaqrūn, mas esta segunda edição contou com a supervisão e revisão de Ihsan ‘Abbās.

Apenas quase uma década e meia depois da segunda edição, mais exatamente em 1997, foi levada a cabo e publicada, por Muhammad Mezzine e Laila Benkirane, a primeira tradução para um idioma europeu, concretamente o francês.

E só uma década depois, em 2007, surgiu a primeira tradução para castelhano do texto editado por Muhammad ben Šaqrūn, tradução levada a cabo por Manuela Marín.

CONTEÚDOS DOS TRATADOS

Estes dois Tratados reúnem, no seu conjunto, quase um milhar de receitas, 963, mais exatamente, tendo o primeiro tratado 545 receitas, e o segundo tratado, mais curto, um total de 428 receitas. Aquele número total de receitas não espelha, no entanto, a realidade tipológica das mesmas receitas, pois há algumas que se repetem em ambos os tratados se atendermos à semelhança dos nomes e dos ingredientes utilizados.

O conjunto do receituário, em ambos os Tratados, divide-se em dois grupos.

Um, mais substancial (1º tratado: 487 receitas e 2º tratado: 388 receitas), composto por receitas culinárias, mas também por algumas normativas de tipo dietético, elaboradas de acordo aos princípios hipocrático-galénicos dos 4 humores (bílis, bílis negra, sangue, fleuma), dos 4 temperamentos humanos (colérico, melancólico, sanguíneo, fleumático), e dos 4 elementos da natureza (fogo, terra, ar, água) *.

E um segundo grupo, mais curto (o 1º tratado com 58 receitas, e o 2º com 40 receitas) e composto por receitas de preparados vários. Uns com claro carácter terapêutico, por exemplo para produzir xaropes e electuários. Um segundo com aplicações diretas na conservação de alimentos, ensinando diferentes conservas e molhos. E um terceiro, onde são elencadas receitas de produtos de higiene, mais substanciais as que se destinam à produção de diferentes tipos de sabões.

Se analisarmos com alguma atenção os conteúdos de ambos os Tratados, encontramos informações que nos abrem outras perspetivas sobre aquelas fontes.

Os Tratados Culinários como fontes historiográficas, geográficas, sociológicas

Os Tratados Culinários, podem ser entendidos também como fontes historiográficas. Pelo facto de integrarem receitas que são correlacionáveis com determinados personagens históricos, que para além de outros protagonismos, políticos, militares e culturais, também foram gastrónomos que deixaram fama.

Aquele diacronismo histórico remonta à primeira metade do século IX, através de receitas que foram trazidas para al-Andalus pelo famoso Ziryab, esteta, poeta, músico, gastrónomo e árbitro de etiqueta da corte do emir omíada ‘Abd al-Rahman II (822-852); e aquele transcurso histórico seguirá até ao início do último quartel do século XIII, quando terá sido redigido o último dos Tratados, designadamente o de Ibn Razin, e onde são recolhidas receitas das cozinhas das cortes almóada e hafsida.

Mas estes Tratados, para além de dados historiográficos, também nos dão informações de cariz geográfico e económico.

A diversidade e multiplicidade destas informações provêm de receitas provenientes de diferentes culturas e gastronomias.

Para além de elementos gastronómicos do Ocidente islâmico, da Península Ibérica ou mais exatamente al-Andalus, encontram-se outros de várias áreas do Norte de África, desde Marrocos ao Egipto, com elementos da Tunísia. E ainda do coração do Mediterrâneo, receitas da Sicília, região onde a presença islâmica também aconteceu.

Ainda mais para leste, encontram-se contributos do Médio Oriente, da Síria, e mais para oriente, da antiga Mesopotâmia, os atuais Iraque e Pérsia. E ainda do Hindustão, a grande e mítica Índia, hoje dividida entre Índia, Paquistão e Bangladesh.

É fácil perceber que diretamente ligadas a estas rotas culturais, e gastronómicas, já que a gastronomia também é parte da cultura, estão sempre as rotas económicas lato sensu, colocando o al-Andalus como final extremo ocidental de rotas comerciais que vinham da Ásia profunda.

E já agora, o que é que os Tratados Culinários nos podem proporcionar do ponto de vista sociológico? O que nos podem dizer acerca da sociedade islâmica em geral, e os seus reflexos, e eventuais réplicas em al-Andalus?

Na sociedade andalusi, por origem, radicação ou presença temporária, conseguem-se identificar, do ponto de vista étnico, em primeiro lugar o substrato maioritário dos Hispano-romano-godos, que se repartiam entre Moçárabes e Muladis, conforme se tinham, respetivamente, mantido cristãos ou se tinham convertido ao Islão.

A presença Berbere foi também presente em al-Andalus, com várias fazes de entradas na Península, desde o século VIII até ao século XIII, pelo menos.

Os Judeus, já presentes na Hispania romana desde o século I d.C., e que foram, sem dúvida, partícipes ativos em toda a realidade civilizacional andalusi.

Os Árabes, que tendo constituído as elites político-militares e culturais durante cerca de quatro séculos, entre o início do século VIII e o final do século XI, ainda assim não foram muito numerosos.

Os Persas, presenças pontuais de famílias com aquela origem, mas que em alguns casos atingiram grande notoriedade, como os Banū al-Rāzī, cronistas da corte califal de Córdova .

Também há referências que indiciam presenças de Sicilianos, o que não é estranho pois a Sicília e o sul da Itália também tiveram presenças islâmicas.

Se analisarmos aquela grande comunidade humana, do ponto de vista religioso, que identificamos Muçulmanos, maioritariamente sunitas; entre o conjunto dos Cristãos, existiam Arianos (do rito visigótico, e prevalecente entre os moçárabes); Romanos (que seguiam o rito romano, e que seriam minoritários); mas, também, Ortodoxos (não esquecer as relações diplomáticas, comerciais e culturais com Bizâncio), e ainda Coptas, vindos do Egipto. Não poderemos esquecer os Judeus, e eventualmente também alguns Zoroastrianos, de origem persa, mas não islamizados.

Todas estas realidades humanas, culturais e religiosas faziam com que no al-Andalus existisse uma pluralidade linguística, onde se identificariam o Árabe, o idioma oficial, presente nos momentos importantes da corte, na mesquita e no universo judicial; o Romance Moçarábico, falado por todos, nas casas, ruas e mercados; o Hebraico, restrito à comunidade judaica e às suas sinagogas; em comunidades cristãs ortodoxas e orientais ouvir-se-ia o Grego, o Copta e o Siríaco. Ocasionalmente

soaria algo de Persa e de Hindi. O Latim estaria confinado a alguns meios monásticos e às respetivas liturgias.

Estes tratados culinários falam-nos também da estrutura social andalusi: neles encontramos desde os pratos requintados, refinados e complexos para monarcas e príncipes (cozinhados mais elaborados, de "cozinha de chef", para as elites); até às preparações simples, pobres e deficientes que parcamente alimentavam escravos.

Desde preparações culinárias, mais ou menos elaboradas, que podiam ser compradas e consumidas nos mercados dos principais meios urbanos (cozinhados do sūq), até a receituários de culinárias mais básicas e menos elaboradas, e provenientes das gentes dos meios rurais.

Para além do que os conteúdos, os ingredientes das receitas, nos podem informar acerca de a quem se destinavam aqueles preparados, há ainda um outro conjunto de informações, algo mais subliminar, mas que também ajuda a identificar diferentes estratigrafias sociais, e que são o que provém das referências às técnicas culinárias utilizadas para cozinhar, nomeadamente cozer, assar, grelhar e fritar.

E para tal vamos usar como indicador o alimento considerado o mais nutriente, mais proteico, e marca de condição social: a carne.

Já atrás vimos referências à forma extremamente básica como restos de carne eram fervidos, a que era adicionado pão, para produzir uma comida para os escravos. Estamos a referir o grau mais baixo da escala social de então.

Para os estratos inferiores da sociedade, quando conseguiam algo de carne a forma de a fazer render para um grupo era juntando-a a leguminosas e verduras, e cozer tudo numa panela. O cozido é, pois, a forma mais plural e geral de repartir a carne por um grupo, que de outra forma não comeriam nada, ou quase, daquela carne, se fosse só a mesma a ser repartida. Requer, além dos alimentos outros, um lume, água e uma panela.

Os estratos intermédios da sociedade, com mais potencial económico, e que podem ter acesso a maiores quantidades de carne, o assado e ou o grelhado tornam-se uma marca do seu status. Não só têm mais carne, como têm combustíveis e todo o instrumental (fornos, grelhadores e outros) necessário para tal.

A disponibilidade de um forno - por vezes próprio, muitas vezes comunal -, também já permite poder pensar em alguns preparados doces, como alguns bolos e biscoitos, os quais muito dificilmente poderiam ser uma hipótese para o processo anterior assente na cozedura.

Quanto às elites, que naturalmente têm à sua disposição todos os processos anteriores, usam o assado e o grelhado, dispensando o cozido. Ainda assim a sua marca culinária e gastronómica distintiva é o frito.

O uso do forno - nestes casos sempre próprio -, é nas elites muito mais alargado, mas a possibilidade de se poderem produzir pastéis individuais, salgados e doces, que são fritos, e que depois ainda vão recobertos, respetivamente, de um molho ou de uma calda, são a marca da elite. Uma elite que dispõe de cozinhas com todas as infraestruturas, todos os ingredientes e todos os utensílios necessários, e que tem uma capacidade aquisitiva que lhes permite ter muito combustível, e um elemento básico, caro e raro, e essencial nas frituras, o azeite (ingrediente-marca que não é tão necessário, ou é mesmo dispensável, nos processos anteriores), e também muitas especiarias, mel e açúcar.

É também curioso constatar que da primeira para a terceira fase socio-culinária e gastronómica, se vai caminhando de uma forma de consumo mais comunitário, para um consumo mais individualizado dos alimentos.

E também se percebe que se vai de uma cozinha mais simples e em que o produtor é geralmente também consumidor; para um nível último, onde as elites disporiam dos seus próprios "chefs" de cozinha, que produziam receitas muito mais elaboradas, que orientavam o trabalho a vários auxiliares, demorando muito mais tempo, e em que, no final, a elite apenas era, apenas e só, consumidora.

CONCLUINDO

Pode-se dizer que estes Tratados Culinários são produtos de síntese de saberes e técnicas culinárias de uma civilização, a andalusi-magribi, cosmopolita e compósita, nas culturas, nos idiomas, nas vivências sociais e espirituais, e integrando nos seus conteúdos componentes de variadas, diferentes e distantes origens geográficas, civilizacionais e mesmo científicas.

E espelham, nas suas produções culinárias, imagens dos vários estratos sociais à mesa, cada um deles com os seus processos, as suas técnicas e os seus valores identitários.

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: DESCOLONIZANDO A FORMAÇÃO DE PROFESSORES COM A DISCIPLINA "CIVILIZAÇÃO IBÉRICA"

THE TEACH TRAINING TO THE BASIC EDUCATION: DECOLONIZING THE TEACH TRAINING IN THE SIGNATURE "IBERIAN CIVILIZATION"

LUCIANO JOSÉ VIANNA

Universidade de Pernambuco - Petrolina

RESUMO

Neste artigo, apresentamos as nossas reflexões sobre a formação de professores de História através da nossa prática docente na disciplina Civilização Ibérica no Ensino Superior. Inicialmente, realizamos algumas reflexões sobre a formação docente em História e o ensino de História a partir da uma abordagem sobre a Península Ibérica Medieval. Após isso, abordamos as possibilidades de se trabalhar com o tema Península Ibérica Medieval na BNCC e as reflexões que realizamos em nossa práxis de sala de aula na formação docente. Em seguida, apresentamos a proposta da disciplina Civilização Ibérica e os conteúdos que ministramos sobre a mesma. Por fim, problematizamos alguns aspectos conceituais na formação docente a partir da disciplina citada, assim como as possibilidades de se trabalhar em termos interdiscilinares. Tais reflexões são necessárias de serem realizadas em um contexto de formação de professores, haja vista que promovem uma problematização a partir de um pensamento historiográfico renovado, assim como outras possibilidades de se abordar o ensino de História Medieval no Brasil.

PALAVRAS- CHAVE: FORMAÇÃO DOCENTE; PENÍNSULA IBÉRICA MEDIEVAL; PENSAMENTO DECOLONIAL; INTERDISCIPLINARIDADE.

ABSTRACT

In this article, we present our reflections on the History teach training through our classroom practice in the signature Iberian Civilization in the university. Firstly, we made some reflections on the History teach training and the History teaching from the Medieval Iberian Peninsula. After this, we highlight the possibilities of work with the Medieval Iberian Peninsula in the BNCC and the reflections on our praxis in the teach training. Then, we present the propose of the signature Iberian Civilization and the contains which we teach about the same. In the end, we stress some conceptual aspects in the teach training from the signature explained, as well as possibilities to work in the interdisciplinary way. These reflections are necessary to do in a context of teach training to promote a reflection from a renewed historiographic thinking, as well as other possibilities to stress the Medieval History teaching in Brazil.

KEYWORDS: TEACH TRAINING; MEDIEVAL IBERIAN PENINSULA; DECOLONIAL THINKING; INTERDISCIPLINARITY.

INTRODUÇÃO

Atualmente, existem várias Idades Médias em circulação: problematizadas na formação de professores e no âmbito escolar, presentes em documentos educacionais institucionais,[1] apresentadas em livros didáticos,[2] presentes em jogos eletrônicos[3] distorcidas em discursos públicos de várias naturezas, [4] representadas em filmes e séries, [5] presentes em histórias em quadrinhos [6] e compartilhadas no âmbito digital.[7] Assim, pensar que há somente uma divergência no que se refere ao Medievo entre dois primeiros cenários citados, ou seja, o universitário e o escolar é, portanto, pensar de forma superficial e desconsiderar questões mais amplas que envolvem este tema. Entretanto, mesmo considerando todos estes locais de manifestação do Medievo na atualidade, no caso do presente artigo, nossa proposta será refletir sobre a descolonização do ensino de História Medieval a partir da disciplina que ministramos no ensino superior intitulada Civilização Ibérica.

A partir de diversas reflexões realizadas nos últimos anos, passou-se a considerar a possibilidade de abordar outros temas, outros territórios, outras perspectivas em termos de Medievo, fugindo de uma abordagem tradicional muito voltada para a formação do território francês, o que incidia diretamente não apenas no ensino de História, mas também na formação de professores.[8] Passou-se a refletir sobre a identificação de temas da História Medieval com a realidade do alunado brasileiro que estava em um contexto escolar. Este problema é derivado de uma série de situações, as quais, em conjunto, promovem este distanciamento, tais como, a própria influência historiográfica

[1] BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 05 dez. 2021.

[2] LIMA, Douglas Mota Xavier de. "A Idade Média nos livros didáticos". In VIANNA, Luciano J. (Org.). *A História Medieval entre a formação de professores e o ensino na educação básica*. Experiências nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Autografia, 2021, p. 394-415.

[3] JIMÉNEZ ALCÁZAR, Juan Francisco. *De la edad de los imperios a la guerra total*: Medievo y Videojuegos. Murcia: Compobell, 2016.

[4] LANZIERI JÚNIOR, Carlile. "Ontem e hoje, o porta estandarte: reflexões sobre os usos do passado medieval, a estética bolsonarista e os discursos recentes da direita brasileira". In *Roda da Fortuna* – Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo, v. 8, n. 2, p. 161-180, 2020.

[5] MACEDO, José Rivair. "Introdução – Cinema e Idade Média: Perspectivas". In *A Idade Média no Cinema*. José Rivair Macedo; Lênia Márcia Mongelli (Orgs.). São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 13-48.

[6] LANGER, Johnni. "O ensino de História Medieval pelos quadrinhos". In *História, imagem e narrativas*, n. 8, p. 1-24, 2009.

[7] BIRRO, Renan; GRZYBOWSKI, Lukas Gabriel. "História Medieval, Internet e Tecnologias na formação de professores". In VIANNA, Luciano J. (Org.). *A História Medieval entre a formação de professores e o ensino na educação básica*. Experiências nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Autografia, 2021, p. 68-91; BONALDO, Rodrigo; PIANTÁ, Lucas Tubino. "Curadoria digital e ensino de professores". In VIANNA, Luciano J. (Org.). *A História Medieval entre a formação de professores e o ensino na educação básica*. Experiências nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Autografia, 2021, p. 92-106.

[8] NADAI, Elza. "O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva". In *Revista brasileira de História*. v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set. 92/ago. 93.

francesa em território brasileiro; os conteúdos propostos em livros didáticos apresentando tais temas; a abordagem de temas da História Medieval centrados em uma perspectiva tradicional da História, como, por exemplo, o conceito de invasões bárbaras e a representação social das três ordens, temas apresentados muitas vezes sem nenhuma problematização no ensino de história; a insistente presença de uma história política nos materiais escolares.[9] Desvinculados, portanto, de um diálogo com o desenvolvimento atual historiográfico mais atual, tais abordagens não poderiam ser consideradas atuais em termos sociais e atualizadas em termos historiográficos, fatos que proporcionavam a manutenção de temas que muitas vezes não despertavam interesse nos alunos em um contexto escolar.

Em se tratando de propostas historiográficas, observa-se que as propostas decoloniais tem cada vez mais se destacado em termos de pesquisa acadêmica[10] e tem servido para se observar melhor e de uma forma renovada diversas áreas da História, dentre elas a História Medieval, questão que incide, novamente, não somente no ensino de História, mas também na formação docente. Neste sentido, fazem parte destes novos olhares não somente temas e territórios, mas também objetos e propostas que revisam temas considerados tradicionais.

Em termos decoloniais, muitas propostas tem se voltado para trabalhar em um contexto de formação de professores com outros territórios que teriam mais aproximação com o contexto sócio cultural dos alunos brasileiros, como, por exemplo, o contexto peninsular ibérico.[11] Neste sentido, temos trabalhado em nossas disciplinas no contexto da graduação em História com a formação territorial da Península Ibérica durante o período medieval, tanto em disciplinas obrigatórias quanto em disciplinas eletivas. Assim, na disciplina História Medieval I trabalhamos a formação peninsular ibérica no começo do Medievo abordando os casos dos suevos[12] e dos visigodos,[13] assim como em História Medieval II quando trabalhamos com a questão da Reconquista na Península Ibérica.[14]

Neste artigo, propomo-nos realizar uma reflexão sobre a nossa práxis docente na disciplina intitulada Civilização Ibérica, a qual ministramos em um contexto de formação de professores. Para isso, seguimos o seguinte itinerário: inicialmente, realizamos uma reflexão sobre a formação de

[9] LIMA, 2021, p. 406.

[10] DEPLAGNE, Luciana Calado. "A contribuição dos escritos de mulheres medievais para um pensamento decolonial sobre Idade Média". In *Revista Signum*, v. 20, n. 2, p. 24-56, 2019.

[11] MACEDO, José Rivair. "Repensando a Idade Média no Ensino de História". In *História na sala de aula*: conceitos, práticas e propostas. Leandro Karnal (Org.). São Paulo: Contexto, 2016, p. 109-125.

[12] SILVA, Leila Rodrigues da. "A sacralidade e a belicosidade: o duplo perfil da monarquia sueva." In *Brathair*, v. 1, n. 2, p. 62-67, 2001.

[13] SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. "A consolidação do Cristianismo hispano-visigodo em La Rioja". In *Brathair*, v. 1, n. 2, p. 42-61, 2001.

[14] RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 167-200; 215-249.

professores e sobre o ensino de história a partir de abordagens da Península Ibérica no Medievo; posteriormente, problematizamos as possibilidades de trabalho com este tema a partir de uma análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); a seguir, apresentamos a proposta da disciplina que ministramos a partir dos temas que abordamos na mesma e; após isso, destacamos os conceitos e os aspectos interdisciplinares na proposta de ministrar esta disciplina em um curso de formação de professores. Neste sentido, nosso objetivo é textualizar nossa experiência em termos de formação de professores, fazendo uma reflexão entre formação docente, ensino de História Medieval, propostas decoloniais, documentos institucionais, práxis pedagógica e aspectos interdisciplinares.

Para isso, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, a partir do levantamento de diversas contribuições científicas relacionadas ao tema de abordagem neste artigo, destacando principalmente as formas pelas quais o tema foi trabalhado em outras ocasiões.[15] Além disso, também foi realizada uma análise documental, a partir da qual tratou-se de analisar o conteúdo dos trabalhos selecionados.[16] Ainda sobre os aspectos metodológicos, é necessário enfatizar que a elaboração deste artigo partiu do princípio de (re)pensar nossas ações na disciplina Civilização Ibérica a partir de um cenário múltiplo, através do qual refletimos sobre perspectivas temáticas, historiográficas, didáticas e metodológicas voltadas para a formação de professores. Neste sentido, este processo de reflexão sobre a nossa práxis a partir do exercício de textualização da mesma está de acordo com a proposta de Cruz e Hobold sobre a pluralidade do saber docente, uma vez que "o saber docente é plural e amalgamado, abarcando saberes da formação profissional, saberes disciplinares, saberes curriculares e saberes experienciais".[17] Textualizar, portanto, a nossa práxis de sala de aula é considerar a realização de um refletir e repensar esta prática, contribuindo, assim, para uma modificação da ação pedagógica[18] no sentido de se repensar e renovar a formação de professores de acordo com propostas historiográficas e temáticas atuais. Sendo assim, é necessário considerar, também, a nossa ação como um profissional reflexivo em sua prática, principalmente em um contexto de formação de professores.[19]

[15] PRODANOV, Cleber Cristiano. *Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]*: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico/Cleber Cristiano Prodanov, Ermani Cesar de Freitas. 2ª.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013, p. 54.

[16] BARDIN, Laurence. *Análise do conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016, p. 71.

[17] CRUZ, Giseli Barreto da; HOBOLD, Márcia. "Prática formativas de professores de cursos de licenciatura: diferentes estratégias para ensinar". In ANDRÉ, Marli (Org.). *Práticas inovadoras na formação de professores*. Campinas: Papirus, 2018, p. 238.

[18] SANTOS, Lucíola Licinio de C. P. "Formação do professor e pedagogia crítica". In FAZENDA, Ivani C. Arantes. *A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento*. Campinas: Papirus, 2012, p. 22.

[19] SANTOS, 2012, p. 27.

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE EM HISTÓRIA E O ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA UMA ABORDAGEM SOBRE A PENÍNSULA IBÉRICA MEDIEVAL

Uma das propostas historiográficas que tem incindido no fazer e no pensar histórico atualmente, principalmente em relação às abordagens voltadas para o Medievo, tem sido o pensamento decolonial, através do qual se pretende revisar abordagens tradicionais em termos históricos.[20] Entretanto, tal pensamento pode ser aplicado não somente no contexto de formação de professores, destacando uma formação que problematize formas de abordagens históricas tradicionais revendo visões coloniais na formação docente,[21] mas também no âmbito do ensino de História, através do ato de "reconhecer identidades em geral deixadas por nós em segundo plano".[22] De fato, como estes dois âmbitos estão interligados, ou seja, a formação docente em História e o ensino de História,[23] os mesmos devem ser pensados e problematizados em conjunto, uma vez que tais cenários se coincidem em diferentes perspectivas.

A proposta de se (re)pensar a formação docente em História a partir do conteúdo voltado para a História peninsular ibérica durante o Medievo se reforça ainda mais quando observamos como esta problematização é feita no contexto escolar, principalmente nas representações sobre este período nos livros didáticos. É necessário, portanto, pensar nesta perspectiva, uma vez que os professores que são formados no âmbito universitário poderão atuar justamente no contexto escolar. É nesse sentido que Marcelo Pereira Lima, ao analisar as representações da Península Ibérica nos livros didáticos, considera que o ato de "pensar criticamente o livro didático" é uma preocupação inseparável do ofício dos professores de História.[24] Além disso, Lima também aponta algumas razões para a política de esquecimento ou marginalidade dos estudos ibéricos medievais nos livros didáticos, tais como, o desenvolvimento geral dos estudos medievais no Brasil e a consequente demora da incorporação dos estudos medievais nos livros didáticos; a orientação bibliográfica acadêmica nas décadas de 1980 e 1990 que seguia uma familiarização com a historiografia francesa; as traduções de obras estrangeiras durante os anos 1980 e 1990 que abordam o Medievo, nas quais a grande maioria seguia uma

[20] GUNN, Simon. *Historia y teoría cultural*. València: Publicacions Universitat de València, 2011, p. 185-212.

[21] SILVA, Gilberto Ferreira da *et al*. "**Por uma formação docente na perspectiva decolonial"**. In *Anais VI Congresso Nacional de Educação*. Campina Grande: Realize Editora, 2019, p. 7-9. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/62090>. Acesso em: 08/12/2021.

[22] MACEDO, 2016, p. 115.

[23] GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática do ensino de História*. São Paulo: Papirus, 2012, p. 111-142.

[24] LIMA, Marcelo Pereira. "Representações da Península Ibérica Medieval nos livros didáticos: os (des)compassos entre a escola e a academia?". In *Revista de História Comparada*, n. 6, v. 1, p. 165, 2012.

tendência francófila.[25] No que diz respeito à influência da historiografia francesa nas abordagens sobre o Medievo, por exemplo, Nilton Mullet Pereira explica o problema de se abordar conceitos que os modelos franceses não conseguem explicar, quando se refere a temas do espaço-tempo península ibérica medieval:

> A Península Ibérica é uma região bastante diferente do modelo francês, portanto, com especificidades regionais que o modelo, reconhecido a partir da experiência francesa, não pode dar conta de explicar. É evidente que em toda a Europa e talvez fora dela, ocorreram experiências feudais que reconhecemos como tendo muitas semelhanças, o que permitiu criar um conceito como o feudalismo, entretanto, mais recentemente, os medievalistas têm atentado para as dificuldades explicativas do modelo francês, que não abrange as especificidades regionais (...).[26]

Recuperando as palavras de Macedo, o ensino de História Medieval voltado para o contexto peninsular ibérico e suas particularidades históricas "ganha outra dimensão". Ao colocar em primeiro plano abordagens voltadas para o território peninsular ibérico, o ensino de História promove uma melhor compreensão sobre "nossas características herdadas, parte de nosso modo de ser e de pensar"[27] incindindo diretamente sobre a formação da consciência histórica do futuro docente. Assim, resgatando a afirmação de Selva Guimarães de que a função do professor de História é contribuir para a formação do cidadão,[28] refletir sobre a formação do futuro docente de História a partir de abordagens que o vinculam com o desenvolvimento do terriório brasileiro, neste caso, a partir do recorte temporal e espacial medievo peninsular ibérico, é fazer com que o mesmo proporcione aos estudantes da educação básica a formação de sua maturidade, pois "ninguém pode atingir plenamente a maturidade sem conhecer a própria história, e isso inclui, como não poderia deixar de ser, as fases mais recuadas do nosso passado."[29]

E é neste cenário que precisamos repensar também a própria formação de professores de História, proporcionando aos futuros professores uma formação voltada para uma descolonização da História Medieval em termos curriculares brasileiros. Por exemplo, um tema presente no contexto peninsular ibérico que o destaca em relação a outros territórios são as trocas culturais que ocorreram durante o Medievo:

---

[25] LIMA, 2012, p. 189-192.

[26] PEREIRA, Nilton Mullet. "As representações do Outro nos livros didáticos de História, no Brasil e na Espanha: uma leitura inicial". In *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 50, v. 6, p. 7-8, 2009.

[27] MACEDO, 2016, p. 116.

[28] GUIMARÃES, 2012, p. 115

[29] FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Somos todos da Idade Média*. Reflexões de História. 2011. Disponível em: https://reflexoesdehistoria.wordpress.com/2011/01/31/somos-todos-da-idade-media-por-hilario-franco-junior/. Acesso em: 05 dez. 2021.

> A Península Ibérica medieval oferece um claro e expressivo exemplo das trocas culturais na Europa entre as três religiões monoteístas (...). Pois, em nenhum lugar da Europa viveram tantos muçulmanos, judeus e cristãos juntos e, exatamente por este motivo, a Península nos apresenta tantos exemplos de contradição, como tolerância e rechaço, cooperação e perseguição, respeito e desprezo, alianças e guerras, testemunhos claros da diversidade europeia.[30]

De fato, como destacou Fernandes na iminência dos anos 2000, embora o Medievo tenha passado por uma renovação significativa dos seus estudos, o mesmo ainda é muito pouco conhecido por quem não é especialista,[31] afirmação que também é recuperada por Baschet, quando afirma que "a opinião comum continua sendo associar a Idade Média às ideias de barbárie, de obscurantismo e de intolerância, de regressão econômica e de desorganização política".[32] Podemos prolongar tais afirmações para os dias atuais, haja vista a quantidade de abordagens equivocadas sobre este período histórico, distorcendo-o e divulgando-o de forma equivocada por meio de páginas online e que, de certa forma, alcançam a um público mais amplo que o público universitário ou escolar.[33] Assim, temos um problema que se manifesta há décadas em nosso cenário formativo docente nacional, e que precisamos repensar em termos de formação docente e escolar. O desconhecimento deste período histórico proporciona consequências catastróficas em termos de formação cultural e compreensão de valores e ideias vigentes que surgiram no Medievo e ainda se fazem presentes atualmente.

Proporcionar, portanto, um vínculo identitário entre cenários territoriais distantes espacialmente, como o peninsular ibérico e o brasileiro, a partir de uma proposta de formação docente e de ensino de História voltados para recortes temáticos sobre o território peninsular ibérico no Medievo, é trazer à tona uma especificidade histórica deste território e estabelecer uma consciência história identitária não somente com o contexto da formação de futuros docentes de História, mas também de tentar estabelecer reflexões mais próximas ao ensino de História no âmbito escolar. Segundo José Rivair Macedo:

> Ao tomar a Península Ibérica como nucleo gerador da consciência história a respeito da Idade Média, o ensino de História cumpriria melhor o seu papel de revelar aos estudantes aspectos de nosso passado que continuam a interagir com o presente. Com efeito, é na especificidade da formação dos reinos cristãos ibéricos que se encontram

[30] SILVEIRA, Aline Dias. "Europeização e/ou Africanização da Espanha Medieval: Diversidade e unidade cultural europeia em debate". In *História*, v. 28, n. 2. p. 645, 2009.

[31] FERNANDES, Raúl Cesar Gouveia. "Reflexões sobre o Estudo da Idade Média". In *Revista VIDETUR*, v. 6, São Paulo, p. 8, 1999.

[32] BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal*. Do ano mil à colonização da América. Rio de Janeiro: Globo, 2006, p. 23.

[33] LANZIERI JÚNIOR, Carlile. "Cavaleiros de papel: considerações sobre as histórias conectadas de diferentes usos do passado medieval na contemporaneidade dentro e fora do Brasil e seus possíveis impactos na formação do conhecimento histórico escolar". In VIANNA, L. J. (Org.). *A História Medieval entre a formação de professores e o ensino na educação básica*. Experiências nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Autografia, 2021, p. 107-109.

> os elementos do por que a Portugal e Espanha esteve reservado o papel do alargamento marítimo do mundo europeu, o que nos diz respeito diretamente.[34]

Trabalhar com aspectos voltados para a Peninsula Ibérica medieval proporciona aos docentes de História em formação um olhar diferenciado em relação ao período histórico medieval, uma vez que a Península Ibérica medieval apresenta uma especificidade em termos históricos, assim como um conteúdo identitário com o cenário histórico brasileiro. É necessário destacar que em termos de pesquisas acadêmicas que tem como recorte temático a Península Ibérica Medieval alguns grupos de pesquisa já vem realizando um trabalho construtivo para a formação de professores no Brasil, como, por exemplo, o *Núcleo de Estudos Mediterrânicos* da Universidade Federal do Paraná (UFPR),[35] o *Scriptorium*: laboratório de estudos medievais e ibéricos da Universidade Federal Fluminense (UFF),[36] o grupo *O ensino da fé cristã na Península Ibérica* da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)[37] e o *Programa de Estudos Medievais* da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).[38] Este último grupo, por exemplo, em um artigo publicado sobre a abordagem da Península Ibérica Medieval nos trabalhos realizados no programa, destaca os desafios para se trabalhar com Idade Média ibérica, como, por exemplo, a falta de materiais como edições críticas de fontes e documentos ainda não digitalizados, a necessidade do conhecimento de línguas diversas presentes no medievo ibérico, uma busca por um equilíbrio entre teoria e prática empírica nos cursos de graduação e financiamentos de pesquisas discentes e auxílio para docentes.[39]

Outro aspecto que podemos destacar sobre a importância de se formar professores de História a partir de um olhar voltado para a Península Ibérica medieval é o fato dos vínculos históricos e culturais que este contexto apresenta com o desenvolvimento histórico brasileiro. Mongelli, no começo dos anos 2000, já destacava que através de uma consulta aos livros didáticos daquele contexto identificava o "adversário mais resistente dos estudos medievais no Brasil", ou seja, "para a maioria inconteste do público medianamente culto, nossa história começa no século XVI, com Pedro Álvares Cabral e o 'achamento' do Brasil, com a era das Navegações.".[40] Considerar a história do Brasil a partir de um cenário inicial no século XVI é desconsiderar todo um conjunto de conhecimentos

[34] MACEDO, 2016, p. 116.

[35] Disponível em: http://nemed.he.com.br/. Acesso em: 12 dez. 2021.

[36] Disponível em: https://www.historia.uff.br/scriptorium/2021/. Acesso em: 12 dez. 2021.

[37] Disponível em: https://umahistoriadapeninsula.com/. Acesso em: 12 dez. 2021.

[38] Disponível em: https://www.pem.historia.ufrj.br/. Acesso em: 12 dez. 2021.

[39] SILVA, Andreia Cristina Lopes Frazão da. "A península ibérica medieval no Programa de Estudos Medievais de UFRJ". In *Revista Diálogos Mediterrânicos*, n. 2, p. v. 1, p. 95-96, 2012.

[40] MONGELLI, Lenia Márcia de Medeiros. "A quem se destinam os estudos medievais no Brasil?" In MALEVAL, M. A. T. (Org.). *Encontro Internacional de Estudos Medievais*, 3, 1999, Rio de Janeiro. Atas do III Encontro Internacional de Estudos Medievais. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 2001, p. 149.

históricos advindos de um contexto local,[41] oriundos de um cenário africano[42] e também de um âmbito peninsular medieval ibérico, pois, recuperando as palavras de Hilário Franco Júnior, "as raízes do Brasil evidentemente antecedem o Brasil. Elas são anteriores a 1500. Elas encontram-se no período que há muito se convencionou chamar de Idade Média."[43] Neste sentido, de acordo com Macedo, devemos repensar a formação de professores no sentido de recuperar, estudar, analisar e problematizar os vínculos históricos que fizeram parte do processo que ocorreu a partir do século XVI em nosso território, de forma a "compreender melhor nossas características herdadas, parte de nosso modo de ser e de pensar":

> Para nós, faz muito sentido compreender a formação dos países ibéricos, pois isso nos permite compreender melhor nossas características herdadas, parte de nosso modo de ser e de pensar. Tendo isso em mente, alías, o ensino de História Medieval ganha outra dimensão. A ênfase no ensino de aspectos históricos da Península Ibérica teria muito mais propriedade educativa do que o ensino da História modelada na França ou na Inglaterra, pelo simples fato de pertencermos a um conjunto cultural específico, no caso, o ibero-americano.[44]

A Península Ibérica Medieval na BNCC: algumas ações da nossa práxis de sala de aula

O recorte sobre o Medievo aparece no sexto ano da BNCC. Porém, o recorte espacial específico sobre a Península Ibérica Medieval não aparece de forma explícita no texto da BNCC. De todos modos, observando as unidades temáticas, os objetos de conhecimento e as habilidades dispostas no sexto ano de História podemos observar algumas possibilidades de trabalho com temas vinculados à história da Península Ibérica Medieval. Abaixo destacamos algumas possibilidades a partir de nossa práxis docente em sala de aula na formação de professores. Obviamente outras possibilidades poderiam ser destacadas, porém, selecionamos aquelas as quais vinculamos a nossa práxis e a nossa abordagem nas disciplinas que ministramos:

[41] ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
[42] MACEDO, José Rivair. *História da África*. São Paulo: Contexto, 2019.
[43] FRANCO JÚNIOR, Hilário. "Raízes medievais do Brasil". In *Revista USP*, n. 78, p. 82, 2008.
[44] MACEDO, 2016, p. 116.

QUADRO 1

Casos	Unidades temáticas	Objetos de conhecimento	Habilidades
1	Lógicas de organização política	- A passagem do mundo antigo para o mundo medieval. - A fragmentação do poder político na Idade Média	(EF06HI14) Identificar e analisar diferentes formas de contato, adaptação ou exclusão entre populações em diferentes tempos e espaços.
2	Lógicas de organização política	- O Mediterrâneo como espaço de interação entre as sociedades da Europa, da África e do Oriente Médio	(EF06HI15) Descrever as dinâmicas de circulação de pessoas, produtos e culturas no Mediterrâneo e seu significado.
3	Trabalho e formas de organização social e cultural	- O papel da religião cristã, dos mosteiros e da cultura na Idade Média	(EF06HI18) Analisar o papel da religião cristã na cultura e nos modos de organização social no período medieval.

Fonte: BNCC (2018)

Como podemos ver, no contexto da História Medieval na BNCC, localizada particularmente no sexto ano do ensino fundamental, observamos que não há uma possibilidade de se trabalhar diretamente com conteúdos e problematizações voltadas para o medievo peninsular ibérico. Neste sentido, podemos afirmar que a BNCC em sua formulação com suas versões entre os anos de 2015 e 2017, não apresenta propostas diretamente relacionadas à abordagens destes territórios.

Entretanto, a partir de uma análise da BNCC, identificamos três casos através dos quais seria possível abordar conteúdos relacionados à Península Ibérica Medieval voltados para a formação docente. Em relação ao primeiro caso, com a unidade temática "Lógicas de organização política" e os objetos de conhecimento "A passagem do mundo antigo para o mundo medieval" e "A fragmentação do poder político na Idade Média", destacamos as possibilidades de abordagens temáticas entre os séculos III e VI quando ocorre um processo de reorganização política e territorial na Península Ibérica. Neste caso, podem ser abordados estudos de caso voltados para o contexto suevo e visigodo, precisamente voltado para a Península Ibérica, aspectos que destacamos em algumas de nossas aulas da disciplina História Medieval 1, como comentamos anteriormente. Tais recortes possibilitam trabalharmos questões voltadas, por exemplo, para as características da realeza sueva,[45] as relações entre os grupos suevos e os demais grupos já presentes no território peninsular ibérico no momento de sua instalação[46] e as características da presença visigoda neste contexto a partir da expansão do cristianismo.[47] Tais abordagens têm como característica a fragmentação do poder

[45] SILVA, 2001, p. 62-67.

[46] SILVA, Leila Rodrigues da. "Os suevos na Crônica de Idácio e nas Histórias de Isidoro de Sevilha". In *Brathair*, vol. 10, num. 2, p. 14-25, 2010.

[47] SILVA, 2001, p. 42-61.

político já no cenário do início do Medievo, além do fato da interação entre tais grupos em seus processos de instalação na Península Ibérica.

Ainda com relação à unidade temática "Lógicas de organização política", porém, voltada para o objeto "O Mediterrâneo como espaço de interação entre as sociedades da Europa, da África e do Oriente Médio", a formação docente em História Medieval poderia destacar a formação territorial ao redor do Mediterrâneo, abordando territórios como o norte da África e da Península Ibérica com a expansão do Islã,[48] as diversas mutações do território do Império Bizantino desde a sua desvinculação política com o Império Romano do Ocidente até a sua tentativa de recuperação territorial da parte sudeste peninsular ibérica durante o período visigótico[49] e a formação do contexto espacial carolíngio, com foco na constituição da chamada Marca Hispânica, região de intenso contato com o mundo islâmico presente na Península Ibérica a partir do início do século VIII.[50] Tais aspectos trabalhamos na disciplina História Medieval I.

No terceiro caso, com a unidade temática "Trabalho e formas de organização social e cultural" e o objeto de conhecimento "O papel da religião cristã, dos mosteiros e da cultura na Idade Média", poder-se-ia abordar precisamente o aspecto particular que as religiões desenvolveram no território, como, por exemplo, a interação religiosa em termos sociais, com as figuras dos mudejáres e moçárabes, fenômenos que não deixam de ser considerados como surgidos em um contexto de tolerância religiosa.[51] Além disso, sobre o aspecto cultural, podem ser destacados, por exemplo, a tradição literária islâmica surgida na Península Ibérica,[52] as trocas culturais linguísticas em termos de produção de conhecimento, como, por exemplo, a Escola de tradutores de Toledo e toda a sua complexidade[53] e também as próprias traduções do árabe no contexto peninsular ibérico.[54]

Pode-se observar que nos três casos destacados acima foram enfatizadas as possibilidades de se trabalhar com a Península Ibérica a partir das propostas presentes na BNCC com respeito ao período medieval, e para isso destacamos os recortes temáticos que trabalhamos em nossa práxis de sala de aula nas disciplinas História Medieval I e História Medieval II. Enfatizamos que estas

[48] PALAZZO, Carmen Lícia. "As múltiplas faces do Islã". In *Saeculum*. Revista de História, n. 30, p. 161-176, jan/jun 2014.

[49] RUNCIMAN, Steven. *A civilização bizantina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, p. 67-107.

[50] LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005, p. 49-63.

[51] FLETCHER, Richard. *A cruz e o crescente*. Cristianismo e islã, de Maomé à Reforma. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014, p. 56; 120-123.

[52] VERNET, Juan. *Lo que Europa debe al Islam de España*. Barcelona: Acantilado, 2006.

[53] MAATAOUI, Mohamed El-Madkouri. "Las escuelas de traductores en la Edad Media". In *La enseñanza en la Edad Media*. X Semana de estudios medievales, Nájera, 2000, p. 103-105.

[54] GIL-BARDAJÍ, Anna. "La traducción del árabe en España. Panorámica histórica". In *Quaderns: Revista de traducció*, n. 23, p. 61-66, 2016.

disciplinas são obrigatórias em nosso atual PPC e, dessa forma, os alunos, antes de cursar a disciplina Civilização Ibérica já cursaram as disciplinas História Medieval I e História Medieval II, já passando, portanto, por uma formação introdutória em termos de Península Ibérica e em termos de descolonização do ensino de História Medieval. Ademais, também dentro desta proposta de se trabalhar com territorialidades distintas das abordagens tradicionais em relação à formação de professores em História Medieval trabalhamos com diversos textos publicados recentemente e que abordam estas perspectivas, abordando questões metodológicas,[55] medievalismo e etnocentrismo[56] e a presença da História Medieval na BNCC.[57] Tais abordagens nas disciplinas de História Medieval I e História Medieval II proporcionam aos professores em formação um olhar crítico sobre o período estudado, assim como uma consciência com um olhar amplo e interativo entre conteúdos, métodos e historiografia.

A PROPOSTA DA DISCIPLINA CIVILIZAÇÃO IBÉRICA

A proposta da disciplina Civilização Ibérica é realizada em uma natureza eletiva no PPC do curso de História com 30 horas, sendo um encontro semanal durante o semestre letivo. Embora seja uma eletiva, é necessário destacar que trabalhamos alguns aspectos da formação ibérica no Medievo nas disciplinas de História Medieval 1 e História Medieval 2, como aprentamos no subitem anterior. Também é necessário ressaltar que, como recentemente passamos por um processo de reformulação do PPC do curso, repensamos alguns aspectos desta disciplina para ser futuramente ministrada no curso novamente, como, por exemplo, o título da mesma voltado para a temporalidade do Medievo, intitulada "Formação dos Reinos Ibéricos", assim como a atualização de temas, referências e autores e autoras. Em todo caso, os conteúdos que comentaremos neste artigo referem-se a nossa experiência ministrando esta disciplina no semestre 2019/1 e assim concentrar-nos-emos nesta experiência.

Os conteúdos temáticos da disciplina Civilização Ibérica estão localizados entre os séculos XI e XV, servindo como complementação do cenário inicial deste território no Medievo, o qual abordamos em História Medieval I e em História Medieval II. A disciplina é dividida em duas partes. A primeira parte é composta pela abordagem de temas relacionados diretamente ao contexto

[55] FERNANDES, 1999, p. 7-14.

[56] PEREIRA, Nilton Mullet. "Ensino de História, medievalismo e etnocentrismo". In *Historiae*, v. 3, n. 3, p. 223-238, 2012.

[57] PEREIRA, Nilton Mullet; TEIXEIRA, Igor Salomão. "A Idade Média nos currículos escolares: as controvérsias nos debates sobre a BNCC". In *Diálogos (On-line)*, v. 20, p. 16-29, 2016; LIMA, Douglas Mota Xavier de. "Uma História Contestada: A História Medieval na Base Nacional Comum Curricular (2015-2017)". In *Anos 90*, p. 1-21, 2019.

peninsular ibérico no recorte temporal destacado, tais como, 1) Guerra santa e Reconquista cristã depois do ano 1000;[58] 2) A formação do conceito de Reconquista;[59] 3) Aspectos religiosos;[60] 4) Muçulmanos e Judeus na Península Ibérica;[61] 5) Cristãos e Muçulmanos: contatos e conquista[62] e 6) Ensino de História Medieval Ibérica.[63] Realizados a partir de uma abordagem expositiva, os temas destacados acima favorecem o aprendizado do professor em formação de conteúdos voltados para a formação territorial ibérica entre os séculos XI e XV, a interação, diálogo e diversidade religiosa neste território, aspectos além do contexto bélico e questões voltadas para o ensino de História Medieval, muitos dos quais abordam questões além do que está presente em materiais como o livro didático. Nesta primeira parte também abordamos o documentário produzido pela BBC *Ciência e o Islã – O império da razão*,[64] através do qual são problematizadas questões referentes ao desenvolvimento científico no contexto islâmico, assim como o desenvolvimento do conhecimento em diversas áreas, tais como, a medicina, a astronomia e a matemática, além do filme *O 13º guerreiro*, através do qual podemos explorar algumas questões, tais como, a circulação de pessoas e de conhecimentos e interação cultural durante o Medievo.[65] A utilização de filmes e documentários se justifica pelo motivo de que a formação do professor ocorre em diversas frentes e não se detem na formação inicial. De acordo com Guimarães:

> A formação de professores é um processo educativo. Logo, não se inicia nem termina na educação superior (nos cursos de graduação e pós-graduação, aprimoramento). Como processo de aprender e ensinar e aprender a ensinar, desenvolve-se na experiência cotidiana, em diferentes tempos e espaços educativos, por exemplo, nos espaços de lazer: teatros, cinemas, meios de comunicação; em diferentes lugares de memória; museus, bibliotecas, igrejas, sindicatos; nos espaços e atividades formais e também informais.[66]

[58] FLORI, Jean. *Guerra Santa*. Formação da ideia de cruzada no Ocidente cristão. Unicamp: Editora da Unicamp, 2013, p. 267-304.

[59] RÍOS SALOMA, Martín F. "De la restauración a la Reconquista: la construcción de un mito nacional (Una revisión historiográfica. Siglos XVI-XIX)". In *En la España Medieval*, 28, p. 379-414, 2005.

[60] FARRÉ TORRAS, Begoña. "Do apóstolo ao peregrino. A iconografia de São Tiago na escultura devocional medieval em Portugal". In *Medievalista*, n. 12, p. 1-34, 2012.

[61] AYASO MARTÍNEZ, José R. "Tolerancia e intolerancia en los reinos cristianos de la España Medieval: el caso de los judíos". In *MEAH*, v. 43, n. 2, p. 49-81, 1994; GUICHARD, Pierre. "Islã". In *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. V. 1. São Paulo: Edusc, 2002, p. 633-649.

[62] CATLOS, Brian A. *Vencedores y vencidos*. Cristianos y musulmanes de Cataluña y Aragón, 1050-1300. València: Publicacions Universitat de València, 2010, p. 97-147.

[63] LIMA, 2012, p. 165-195.

[64] *Ciência e o Islã – O império da razão*. Produção Jim Al-Khalili. Síria, Irã, Tunísia e Espanha. Documentário da BBC. 58 minutos. 2009. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ocsveagHeV0. Acesso em: 12 dez. 2021.

[65] *O 13º guerreiro*. Direção de John McTiernan. Estados Unidos. Produtora Touchstone. 102 minutos. 1999.

[66] GUIMARÃES, 2012, p. 114.

Neste sentido, os temas destacados servem para criar uma identidade específica em relação ao contexto peninsular ibérico no Medievo, abordando aspectos desvinculados de uma perspectiva limitada e tradicional em relação ao território, como, por exemplo, a interação religiosa existente no período. Por exemplo, é destacada a mutação das relações entre a cristandade e o islã a partir do século XI e em relação aos povos não cristãos,[67] a apresentação do processo historiográfico que formulou o conceito de Reconquista, utilizado pela primeira vez durante o século XIX durante as invasões napoleônicas, um momento no qual as províncias espanholas se unificaram em prol de um passado comum que as diferenciava de outros territórios e no qual o conceito passou a ser entendido como uma guerra de independência contra os muçulmanos,[68] os aspectos religiosos do território, com a análise do caso da "contaminação da iconografia" de São Tiago, passando de uma figura identificada com um aspecto evangelizador com o Cristo para uma figura associada ao contexto da peregrinação, precisamente a partir do século XII, um século contundente em termos de Reconquista no território,[69] as questões de tolerância e intolerância para com os judeus nos reinos cristãos e quando e como o contexto de perseguição se ampliou nos séculos XIV e XV, o olhar voltado para o contexto islâmico, principalmente abordando os contatos com os âmbitos cristãos antes e depois do processo de Reconquista[70] e, por fim, os contatos entre cristãos e muçulmanos, desde os aspectos políticos, os contextos bélicos e de negociação, as trocas e as comunicações, e emigração muçulmana, a colonização cristã, a redistribuição e reorganização da terra e a transformação da sociedade cristã neste processo em seu contato com o mundo islâmico, que passou de um contexto de ocupação, para uma colonização e desta para uma consolidação da presença, principalmente após a vitória em Las Navas de Tolosa em 1212.[71]

A partir desta discussão voltada para a primeira parte da disciplina proporcionamos ao professor em formação uma gama de possibilidades de abordagens específicas em relação a este território, fazendo com que o mesmo construa um conhecimento plural e holístico sobre o mesmo, principalmente desvinculando-se de aspectos tradicionais e equivocados relacionados a este espaço e tempo.

A segunda parte da disciplina é apresentada pelos seminários temáticos, os quais tem como objetivo complementar as propostas apresentadas na primeira parte da disciplina, cujos temas são: 1)

[67] FLORI, 2013, p. 268-271.
[68] RÍOS SALOMA, 2005, p. 414.
[69] FARRÉ TORRAS, 2012, p. 8-10.
[70] AYASO MARTÍNEZ, 1994, p. 57-68; 71-72; GUICHARD, 2002, p. 633-649.
[71] CATLOS, 2010, p. 144-146.

A Reconquista como mito unificador;[72] 2) Sociedade e imaginário hispânico;[73] 3) A perspectiva islâmica;[74] 4) Política e fronteira;[75] 5) Guerra, violência e cavalaria em Portugal medieval[76] e 6) Formação da nacionalidade: o caso de Portugal.[77] Neste caso, a segunda parte da disciplina serve para problematizar temas específicos voltados para o espaço e tempo trabalhados anteriormente, dando continuidade a aspectos relacionados especificamente ao recorte espacial e temporal, proporcionando uma abordagem ampla em termos de formação de futuros professores de História desvinculando-se de questões tradicionais da disciplina.

Dando continuidade ao objetivo de ressaltar a especificidade histórica do território e do tempo abordados na disciplina, destacamos a Reconquista como "mito unificador", através do qual os territórios de Portugal, Castela, Aragão, Navarra indentificaram-se na luta contra o Islã e a formação de uma "sociedade organizada para a guerra",[78] o processo de povoamento, as ordens do "imaginário hispânico" e o peso da guerra na modelação social peninsular ibérica.[79] Da mesma forma, trabalhamos o conceito de fronteira, a partir da perspectiva física e construída em um cenário político e militar, destacando a mobilidade da mesma que obedecia justamente às modificações bélicas na Península Ibérica entre os séculos XI e XV, e como esta definição tornava-se plástica para as elites políticas da época,[80] a interação entre os aspectos da guerra, da violência e da cavalaria no Reino de Portugal no final do Medievo, e como estes âmbitos se entrelaçavam no contexto final da Reconquista,[81] finalizando com uma abordagem sobre a formação da nacionalidade no caso português e como os elementos para esta formação foram identificados e analisados por José Mattoso.[82]

Após apresentar as duas partes da disciplina em termos de conteúdo que abordamos na mesma, destacamos que se trata de fornecer ao professor em formação uma possibilidade de considerar este

[72] RUCQUOI, 1995, p. 215-229.

[73] RUCQUOI, 1995, p. 229-249.

[74] SILVA, Daniele Sandes da e BASTOS, Mario Jorge Motta. "Jihad: heranças e interpretações na civilização islâmica medieval". In *Anais do VI Encontro Internacional de Estudos Medievais* – Volume II. Londrina: ABREM/UEL/UEM, 2007, p. 165-176.

[75] FERNANDES, Fátima Regina. "As elites políticas e o conceito de fronteira na Península Ibérica medieval". In *Estudos Ibero-Americanos*, v. 30, n. 1, p. 7-32, 2004.

[76] BERTOLI, André Luiz. *Guerra, violência e cavalaria em Portugal* (1367-1481). Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa, 2016, p. 11-24.

[77] MATTOSO, José. "A formação da nacionalidade". In *História de Portugal*. José Tengarrinha (Org.). Bauru: Edusc; São Paulo: Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2000, p. 7-17.

[78] RUCQUOI, 1995, p. 215-220.

[79] RUCQUOI, 1995, p. 230-245.

[80] FERNANDES, 2004, p. 7-32.

[81] BERTOLI, 2016, p. 11-24.

[82] MATTOSO, 2000, p. 7-17.

território e tempo de forma específica no processo histórico, desvinculando-se de uma abordagem tradicional em termos de formação de professores e de ensino de História, e privilegiando um cenário com o qual o aluno poderá ter uma identificação mais considerável em sua formação, aplicando sentido à mesma e fazendo com que o mesmo, quando trabalhar com conteúdos voltados para a História Medieval, reflita em seu processo de formação e em futuros momentos da docência em sala de aula.

ASPECTOS CONCEITOS E INTERDISCIPLINARES NA FORMAÇÃO DOCENTE NA DISCIPLINA CIVILIZAÇÃO IBÉRICA

Em se tratando de abordagem sobre o cenário peninsular ibérico, o aspecto conceitual se destaca na formação incial docente, uma vez que os mesmos recuperam aspectos da especificidade histórica do território e favorecem, assim, a sua abordagem.

Por exemplo, o conceito de guerra voltado para a modelagem da sociedade ibérica através do processo que conhecemos como Reconquista apresenta-se como uma especificidade do território, de forma que os aspectos bélicos que então se desenvolveram assumiram feições que proporcionaram especificidades ao desenvolvimento social da região.[83] O mesmo podemos afirmar sobre o já mencionado conceito de reconquista e a sua formulação histórica no século XIX, destacando que se trata de uma construção posterior ao contexto ao qual se refere.[84] A ideia de fronteira também se trata de um aspecto conceitual distinto quando comparado com outros territórios tradicionalmente apresentados quando se trata de História Medieval, uma vez que esta ideia estava justamente atrelada à dinâmica de conquistas e perdas territoriais entre cristãos e muçulmanos, favorecendo, portanto, a existência de uma fronteira móvel e dinâmica.[85]

Também não se pode esquecer uma das perspectivas mais características deste contexto e que muitas vezes não é problematizada na formação inicial de professores refletindo sua ausência no ensino de História Medieval, que é a interação entre os adeptos do islamismo e do cristianismo no contexto peninsular ibérico,[86] fato que serve para romper com muitas ideias equivocadas sobre o período, promovendo um outro olhar para a interação e o diálogo religioso existente, desvinculando

[83] RUCQUOI, 1995, p. 216.
[84] RÍOS SALOMA, 2005, p. 414.
[85] FERNANDES, 2004, p. 7-32.
[86] CATLOS, 2010, p. 97-147.

ideias equivocadas, como, por exemplo, o fato de que havia uma constante luta e guerra entre os pertencentes a estas duas religiões.

De acordo com Macedo:

> [...] compreender o papel desempenhado por grupos de diferentes etnias no processo de formação medieval da Península Ibérica poderia nos ajudar a compreender traços da colonização ibérica posterior e da constituição de identidades coetivas na América Latina, inclusive no Brasil (...). Referimo-nos aqui ao problema da coexistência étnico-religiosa entre muçulmanos, judeus e cristãos na Espanha e em Portugal, tanto no período de domínio islâmico, nos séculos VIII-XI, quanto no período de Reconquista cristã, nos séculos XI-XIII. (...). Sem essa convivência não teriam havido trocas culturais tão profícuas cujo melhor exemplo no campo intelectual é a conhecida Escola de Tradutores de Toledo, em boa parte responsável pela difusão do conhecimento grego no Ocidente por meio de obras árabes convertidas ao latim por tradutores judeus![87]

Outro aspecto que trabalhamos na disciplina Civilização Ibérica é a proposta interdisciplinar nas aulas, o que proporciona a abordagens de distintos tipos documentais, apresentando uma diversidade temática e documental na formação inicial de professores. Com isso, este docente em formação inicial poderá pensar o ensino de História Medieval a partir de uma diversidade de abordagens, inclusive, resgatando uma "realidade" deste período histórico em termos de fontes documentais.

Como apresenta a versão definitiva da BNCC:

> Para se pensar o ensino de História, é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música etc.) deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes. Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história.[88]

Observamos termos centrais no fragmento acima retirado da versão definitiva da BNCC e que se relacionam às possibilidades interdisciplinares na formação docente inicial que problematizamos neste momento, como, por exemplo, "experiência humana" e "o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história". Assim, se temos a necessidade de uma problematização da diversidade documental voltada para o contexto escolar, é necessária a realização de uma preparação na formação inicial docente. No caso

[87] MACEDO, 2016, p. 116-117.

[88] BNCC, 2018, p. 398.

da disciplina Civilização Ibérica, a diversidade documental que apresentamos refere-se a mapas que abordam as variações fronteiriças no período, documentos textuais, literários e iconográficos, documentários e fontes cinematográficas. Com exceção das duas últimas tipologias comentadas, as quais indicamos de forma específica neste artigo, as demais não foram indicadas de forma específica devido à quantidade das mesmas que utilizamos durante as aulas.

É certo que para cada tipo documental é necessário uma problematização metodológica específica, a qual realizamos antes da abordagem das fontes. Entretanto, o intuito de abordar esta diversidade documental na formação de professores refere-se não somente ao fato de demonstrar esta pluralidade, mas também fazer com que o futuro docente em um contexto de formação inicial possa estar preparado para trabalhar com este contexto histórico a partir de diferentes possibilidades. Segundo Lück, a perspectiva interdisciplinar é um processo que demanda a realização de um trabalho em conjunto, na tentativa de se sobrepor à fragmentação do ensino e proporcionando ao aluno uma visão global em relação ao tema trabalhado.[89] De acordo com Hilton Japiassú:

> Deveríamos, antes, falar de objeto da interdisciplinaridade. Esta procede, em primeiro lugar, de uma crítica 'universitária' do saber. Trata-se de explorar as fronteiras das disciplinas e as zonas intermediárias entre elas. Em seguida, procede do desejo de uma nova adequação das atividades universitárias às necessidades sócio-profissionais ou econômicas. Portanto, de um lado, a interdisciplinaridade aparece como o instrumento e a expressão de uma crítica interna do saber, como um meio de superar o isolacionismo das disciplinas, como uma maneira de abandonar a pseudo-ideologia da independência de cada disciplina relativamente aos outros domínios da atividade humana e aos diversos setores do próprio saber; do outro, como uma modalidade inovadora de adequar as atividades de ensino e de pesquisa às necessidades sócio-profissionais, bem como de superar o fosso que ainda separa a universidade da sociedade.[90]

Segundo Japiassú, a abordagem interdisciplinar poderia favorecer a aproximação entre a universidade e a sociedade, tema que é central nas discussões sobre o contexto universitário na atualidade. De certa forma, trabalhar de forma interdisciplinar na formação inicial dos professores favorece aos mesmos aproximar-se de abordagens historiográficas contemporâneas que vem alcançando êxito em termos de pesquisa acadêmica, como, por exemplo, a História Pública, a qual apresenta as abordagens cinematográficas como uma de suas possibilidades.[91]

---

[89] LÜCK, Heloisa. *Pedagogia interdisciplinar*: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 64.

[90] JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976, p. 57.

[91] ALBIERI, Sara. "História pública e consciência histórica". In *Introdução à história pública*. Juniele Rabêlo de Almeida, Marta Gouveia de Oliveira Rovai (Orgs.). São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 21; ZAHAVI, Gerald. "Ensinando história pública no século XXI". In *Introdução à história pública*. Juniele Rabêlo de Almeida, Marta Gouveia de Oliveira Rovai (Orgs.). São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 61-62.

De todas as formas, trabalhar em um contexto de formação inicial de professores a partir de uma perspectiva interdisciplinar, a qual surgiu como cenário a ser seguido a partir do século XX como um movimento,[92] favorece esta formação a partir de um vínculo entre distintas áreas do conhecimento a partir de uma postura que aborde os conteúdos "em seu contexto, sua complexidade, seu conjunto".[93] Dentro do vínculo entre a formação inicial de professores e o ensino de História, realizar esta formação com uma preocupação de abordagem interdisciplinar favorecerá o docente em sua práxis de sala de aula na educação básica um olhar mais amplo sobre o conteúdo abordado, uma vez que, no ensino de História, professores e alunos precisam utilizar "livros didáticos, livros não didáticos, filmes de ficção e documentários, histórias em quadrinhos, música erudita e música popular, paisagens e edificações, objetos tridimensionais, diferentes modalidades de imaginário social, computadores, jogos etc".[94]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresentamos algumas reflexões sobre a nossa práxis de sala de aula ao ministrar a disciplina Civilização Ibérica no nível de graduação em História em um curso de formação de professores. Para isso, realizamos uma reflexão sobre a formação de professores e sobre o ensino de História tendo como foco a história peninsular ibérica medieval, abordamos as possibilidades de trabalho com este tema a partir da BNCC, apresentamos a proposta da disciplina e por fim destacamos os conceitos e aspectos interdisciplinares na proposta da disciplina. Tais etapas listadas acima e que foram o itinerário deste artigo devem ser observadas a partir de uma forma interativa, holística, ou seja, são partes de nossa práxis de sala de aula que precisamos considerar na formação docente.

O ponto chave de nossas discussões neste artigo é a descolonização do ensino de História Medieval na formação de professores, tema que em alguns momentos ainda demonstra um aspecto tradicional em termos de temas e abordagens. Como comentado anteriormente, pensar a formação docente a partir de uma fuga de aspectos tradicionais pode favorecer ao futuro professor de História uma série de possibilidades de rompimento com questões tradicionais e que influenciam no ensino de História na atualidade.

[92] BARROS, José d'Assunção. *Interdisciplinaridade na História e em outros campos do saber*. Rio de Janeiro: Vozes, 2019, p. 10.

[93] MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000, p. 14.

[94] GUIMARÃES, Selva e SILVA, Marcos. *Ensinar História no século XXI*: em busca do tempo entendido. Campinas: Papirus, 2017, p. 125-126.

A realização deste exercício de escrita serve para auxiliar o professor a refletir sobre a sua prática de sala de aula, a qual pode ser problematizada no sentido de melhorar e adequar suas propostas para a formação de professores em uníssono com o desenvolvimento historiográfico atual. De certa forma, como uma das preopações constantes que apresentamos em nossas reflexões é sobre a distância entre o contexto escolar e o contexto universitário, abordar a história peninsular ibérica medieval pode proporcionar ao aluno em formação docente uma tentativa de estabelecer um vínculo com o contexto escolar no momento em que estiver ministrando uma aula neste âmbito.

A partir do exercício refletir textualmente sobre a experiência em ministrar uma disciplina em um curso de formação de professores, observamos que é necessário considerar em conjunto vários elementos, tais como, a própria práxis, o conteúdo curricular da formação de professores, as perspectivas temáticas, as discussões historiográficas e o conteúdo da BNCC, e a partir desta complexidade refletir sobre a disciplina e a sua contribuição para a formação docente, visando a preparação holística dos futuros professores para o contexto da educação básica.

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

DESCENDENTES E APOLOGISTAS DO MARQUÊS DE POMBAL. POLÉMICAS NOVECENTISTAS

PAULO DRUMMOND BRAGA[1]

Universidade Nova de Lisboa

RESUMO

Nos anos 30 e 40 do século XX, dois descendentes do marquês de Pombal, João de Saldanha Oliveira e Sousa (1878-1970) e João de Carvalho Daun e Lorena (1879-1944), publicaram diversos livros e folhetos sobre o seu famoso antepassado, procurando defendê-lo da visão transmitida por alguns historiadores de pendor revisionista. Foram textos, acima de tudo, reativos, que por sua vez não deixaram de suscitar polémicas, no caso de Oliveira e Sousa com a revista Brotéria, da Companhia de Jesus, e no de Daun e Lorena com Alfredo Pimenta. O tempo era propício a tais controvérsias, que frequentemente motivaram alguns dos nomes mais relevantes da cena intelectual portuguesa. As que envolveram os dois descendentes do marquês de Pombal caíram, como tantas outras, no esquecimento.

PALAVRAS-CHAVE: MARQUÊS DE POMBAL.; BIOGRAFIAS; POLÉMICA.

ABSTRACT

In the 1930s and 1940s, two descendants of the Marquis of Pombal, João de Saldanha Oliveira e Sousa (1878-1970) and João de Carvalho Daun e Lorena (1879-1944), published a book and several articles about his famous ancestor, trying to defend him from the vision transmitted by some historians of revisionist inclination. Above all, they were reactive texts, which in turn did not evoke controversy, Oliveira e Sousa with the jesuitic magazine Brotéria, and Daun e Lorena with Alfredo Pimenta. The time was ripe for such controversies. Those that involved the two descendants of the Marquis of Pombal fell, like so many others, into oblivion.

KEY WORDS: MARQUIS OF POMBAL; BIOGRAPHIES; CONTROVERSY.

[1] Doutor em História pela Universidade Nova de Lisboa. Investigador do Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes (Lisboa, Portugal). e-mail: pdrumondb@gmail.com. Este artigo insere-se nas atividades do projeto *Pombalia. Para a construção de um corpus pombalino: Parte I - Os Escritos Historiográficos Pombalinos*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (referência: PTDC/HAR-HIS/32197/2017)

UMA FIGURA POLÉMICA

Desde cedo que muitos se motivaram a escrever sobre Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), 1.º conde de Oeiras e 1.º marquês de Pombal, que foi, durante o reinado de D. José I, sucessivamente, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiro e Guerra (1750-1756) e dos Negócios do Reino (1756-1777). Com razão ou sem ela, é geralmente considerado a figura marcante desse pouco mais de um quarto de século, para além de um dos nomes cimeiros da história de Portugal.[2]

Depressa surgiram os apologistas e os adversários de Carvalho e Melo, achando-se o barão de Cormatin (1753-1812) e John Smith (1813-1886) entre os primeiros e, entre os segundos, o jesuíta Francesco Gustà (1744-1816). Todos estrangeiros, o que desde já revela o interesse suscitado pela figura além-fronteiras. Entretanto, em Portugal, a investigação e a divulgação histórica sobre o valido de D. José I foi avançando no século XIX, sendo de relevar as contribuições de autores como Simão José da Luz Soriano (1802-1891), José Maria Latino Coelho (1825-1891) e Francisco Luís Gomes (1829-1869), sem esquecer um nome oriundo dos meios literários, Camilo Castelo Branco (1825-1890).[3]

Se é evidente que uma parte destes textos chegava a um público interessado em conhecer grandes vultos do passado pátrio, também não é menos verdade que a figura de Carvalho e Melo suscitava o interesse geral em virtude de acontecimentos como a trasladação, em 1856, dos seus supostos restos mortais da igreja de Santo António, em Pombal, para a das Mercês, em Lisboa, e, sobretudo, o primeiro centenário da sua morte, celebrado com grande pompa em 1882.[4]

Nos anos 10, 20 e 30 do século XX, animou-se de novo na opinião pública a polémica entre filo pombalistas e anti pombalistas. Tal foi propiciado por acontecimentos políticos extremamente

[2] Procurei problematizar um pouco algumas destas questões em artigo recente. Cfr. BRAGA, Paulo Drumond. "Para além da alta política: tarefas menos relevantes do marquês de Pombal" In *Brotéria*. Lisboa, 2021, vol. 192, n.º 4, pp. 478-485, 2021.

[3] Fica-se com uma ideia do que se produziu sobre esta figura histórica consultando *Marquês de Pombal. Catálogo Bibliográfico e Iconográfico*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982. Acha-se no prelo um artigo da minha autoria sobre "Pombal e os seus biógrafos".

[4] Para tudo isto, cfr. MARQUES, A. H. de Oliveira e DIAS, João José Alves. "Pombal na tradição maçónica portuguesa" In *Pombal Revisitado*. vol. I. Lisboa, Estampa, 1984, pp. 65-68; TORGAL, Luís Reis. "Pombal perante as ideologias tradicionalistas, católicas e salazaristas" In *História e Ideologia.* Coimbra, Minerva, 1989, pp. 69-93; CATROGA, Fernando. "Ritualizações da história" In *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. vol. II *(Da Historiografia à Memória Histórica.* Lisboa, Temas e Debates, 1998, pp. 304-309; MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e memória nacional (1846-1898).* Lisboa, Colibri, 1998, pp. 444-449; FRANCO, José Eduardo e RITA, Anabela. *O Mito do Marquês de Pombal. A Mitificação do Primeiro-Ministro de D. José pela Maçonaria.* Lisboa, Prefácio, 2003, pp. 43-61; FRANCO, José Eduardo. *O Mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX)*. volume II (*Do Marquês de Pombal ao Século XX*). Lisboa, Gradiva, 2007, pp. 119-122; ABREU, José Guilherme. "Monumento ao marquês de Pombal". In ROLLO, Maria Fernanda (Direção). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo.* vol. II. Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp. 1016-1020.

relevantes, como a proclamação da República (1910), e por outros que à memória de Carvalho e Melo disseram respeito, como uma nova trasladação dos seus supostos restos mortais, desta feita para a igreja da Memória, em Lisboa (1923). Relevante ainda foi tudo o que se prendeu com o monumento que hoje se ergue na praça lisboeta que ostenta o seu nome, a saber, o lançamento da primeira pedra (1926) e a respetiva inauguração (1934).[5]

Continuaram, entretanto, a produzir-se textos historiográficos a favor e contra o marquês de Pombal. Entre os primeiros, pode referir-se António Ferrão (1884-1861), funcionário do ministério da Instrução Pública e, posteriormente, professor da Faculdade de Letras de Lisboa, que chegou, a seu pedido, a ser encarregue de escrever uma obra em seis volumes sobre Carvalho e Melo, o que não concretizou, tendo-se limitado a publicar alguns artigos. Nos anti pombalistas, deve ser dado relevo a António Sardinha (1887-1925), um dos fundadores do Integralismo Lusitano, assim como a vários outros pensadores monárquicos, a que mais adiante se fará devida referência. Nunca se esqueça, entretanto, que alguma historiografia procurava fugir aos debates pró e contra o valido de D. José I. O melhor exemplo é João Lúcio de Azevedo (1865-1933), com o seu livro *O Marquês de Pombal e a sua Época*, publicado em 1909 e reeditado poucos anos volvidos (1922).[6]

A duradoura polémica tinha várias razões de ser: *maçons*, liberais de várias tendências e republicanos apresentavam Carvalho e Melo como alguém que teria tido a coragem de expulsar a Companhia de Jesus, de conduzir ao patíbulo elemento da mais alta aristocracia e de restringir o poder da Igreja. Daí o coro imenso de elogios. Do outro lado da barricada, tradicionalistas, monárquicos e católicos salientavam igualmente, mas no caso para as deplorar, as medidas anteriormente enunciadas e evidenciavam a violência dos métodos utilizados. Quer uns quer outros desenvolveram a ideia de que o marquês de Pombal tinha sido um verdadeiro precursor do Liberalismo implantado em Oitocentos. A descontextualização da política do valido de D. José I era total, não eram raros os erros factuais e de interpretação e, como tantas vezes aconteceu com outras figuras e eventos, confundiu-se a árvore com a floresta. Os debates pareciam ganhar atualidade sempre que a opinião pública debatia questões que propiciavam a invocação de medidas pombalinas, como foi o caso do regresso das Ordens Religiosas a Portugal, na segunda metade do século XIX.

Acrescente-se, entretanto, que o Estado Novo, instituído em 1933, tendo começado por acolher com simpatia a obra de historiadores críticos do marquês de Pombal, como adiante se verá com o devido pormenor, acabou, sobretudo a partir de finais da década de 40, por se apropriar, a seu

[5] Veja-se os estudos citados na nota anterior.

[6] Conheceu novas edições em 1990, 2008 e 2009.

favor, da figura do estadista setecentista, juntando-o ao seu panteão de heróis nacionais. Como escreveu Luís Reis Torgal, a "obra de reconstrução de Lisboa poderia ser utilizada como parâmetro para as obras públicas" do salazarismo. "O autoritarismo pombalino, por outro lado, poderia servir de fundamento à doutrina de poder de Salazar".[7]

Na vasta bibliografia produzida pelos que procuraram defender o valido de D. José I, podem ser referidas as publicações de dois dos seus descendentes, as quais vieram a suscitar alguma polémica. É este o tema do presente artigo.

OLIVEIRA E SOUSA VERSUS A REVISTA BROTÉRIA

João Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa (1878-1970), 2.º marquês e 5.º conde de Rio Maior, era trineto da filha mais nova do valido de D. José I, Maria Amália de Carvalho e Daun (1756-1812), que desposou o 1.º conde de Rio Maior, José Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa (1746-1804). Moço fidalgo da Casa Real até 1910, diplomou-se em engenharia civil. Deixou obra poética, colaborou em jornais e revistas com artigos sob assuntos de história, religião, agricultura e tauromaquia e assinou diversos livros, artigos e comunicações a congressos. Uns versaram aspetos diversos da história de Portugal, como por exemplo a figura de D. João de Castro, outras a da sua própria a família, os Saldanhas, sem esquecer aspetos tão diversificados como os pelourinhos do distrito de Leiria ou a igreja paroquial lisboeta de S. José.[8] Já um outro texto da sua autoria, datado de 1937, constituiu um rasgado elogio ao corporativismo do Estado Novo. A dado momento, pode ali ler-se: "Assim como no Portugal de antanho havia as Casas dos Vinte e Quatro, com feição de órgãos consultivos, formados por procuradores das artes e ofícios, também tem o Estado Novo a sua Câmara Corporativa".[9]

A respeito do seu mais famoso antepassado, Oliveira e Sousa publicou, em 1934, *O Marquês de Pombal. Sua vida e morte cristãs*. É de colocar a hipótese que o livro surgiu como reação a um outro, *D. Maria I*, de Caetano Beirão (1892-1968), publicado em finais do ano anterior.[10] Conheceu esta obra enorme êxito, tendo sido reeditada em 1934 e obtendo, nesse mesmo ano, o Prémio

[7] TORGAL, Luís Reis. Pombal perante as ideologias tradicionalistas, católicas e salazaristas, p. 88.

[8] Uma primeira aproximação biográfica encontra-se em RODRIGUES, Martinho Vicente. *Saldanhas. Condes e Marqueses de Rio Maior*. ([Santarém], Centro de Estudos Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, 2014, pp. 425-438.

[9] SOUSA, João de Saldanha Oliveira e. *O Corporativismo Português*. Lisboa, [s.n.], 1937.

[10] É o que defende RODRIGUES, Alfredo Duarte. *O Marquês de Pombal e os seus Biógrafos. Razão de ser de uma Revisão à sua História*. Lisboa, [s.n.], 1947, p. 325.

Alexandre Herculano, atribuído pelo Secretariado de Propaganda Nacional. Conheceu mais duas edições, com alguns aditamentos e correções, em 1944. O autor, poeta, jornalista e político, além de historiador, tinha militado no Integralismo Lusitano e, nos anos 20, na Ação Realista Portuguesa. Apesar de algumas reservas iniciais, aderiu ao Estado Novo e chegou a ser deputado à Assembleia Nacional (1949-1957). Foi ainda funcionário do *Diário de Notícias*, subdelegado do ministério público na 1.ª vara de Lisboa e chefe de expediente da Empresa Nacional de Publicidade. No particular da investigação histórica, publicou, além da biografia de D. Maria I, parte das cartas da rainha D. Mariana Vitória, mulher de D. José I, tendo-lhe ainda interessado temas como o casamento de D. Catarina com Carlos II de Inglaterra e a sucessão de D. João VI.[11]

Este autor integrava uma corrente historiográfica que ganhava então terreno em Portugal. Composta sobretudo por autores monárquicos, influenciados pelo pensamento integralista, achava-se bastante empenhada em corrigir reais ou supostos erros das historiografias liberal e republicana. Além de Caetano Beirão, são de relevar os nomes de Alfredo Pimenta (1882-1950), João Ameal (1902-1982) e Rodrigues Cavalheiro (1902-1984).[12] Esclareça-se que todos estes autores acabaram por aderir ao Estado Novo, que os soube recompensar, premiando alguns dos livros que publicaram e confiando-lhes lugares de algum relevo. Para além do caso de Beirão, recorde-se que Pimenta dirigiu dois arquivos históricos, um deles o principal do País, e Ameal foi deputado à Assembleia Nacional, procurador à Câmara Corporativa e, mais tarde, docente de uma escola de ensino superior ligada à formação de futuros funcionários ultramarinos. Rodrigues Cavalheiro ocupou idênticos lugares nas câmaras parlamentares do Estado Novo e também pertenceu aos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, atingindo cargos de chefia. Os quatro historiadores também se acharam ligados a jornais do regime, como o *Diário de Notícias* e o *Diário da Manhã*.

Voltando ao livro de 1934 de Oliveira e Sousa, este procurou provar essencialmente três realidades: que o valido do rei D. José sempre foi um bom católico, que não se lhe pode imputar responsabilidades na repressão da suposta tentativa de regicídio ocorrida em 1758 e ainda que os seus

[11] Sobre esta figura, cfr. as sínteses de ALEXANDRE, Paulo Morais. "Beirão, Caetano Maria de Abreu" In BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (Direção). *Dicionário de História de Portugal. Suplemento.* vol. 7. Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 177-178; LOPES, Marina Dória. "Beirão, Caetano Maria de Abreu" In CRUZ, Manuel Braga da e PINTO, António Costa (Direção). *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974.* vol. I. Lisboa, Universidade de Lisboa / Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República, 2004, pp. 251-252; CASTRO, Zília Osório de. "Beirão, Caetano Maria de Abreu" In MATOS. Sérgio Campos (Direção). *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_beirao.htm].

[12] MARQUES, A. H. de Oliveira. "Esboço histórico da historiografia portuguesa" In *Ensaios de Historiografia Portuguesa.* Lisboa, Palas Editores, 1988, pp. 44-45; TORGAL, Luís Reis. "A história em tempo de 'ditadura' " In *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. vol. I *(A História através da História)*. Lisboa, Temas e Debates, 1998, pp. 275-283.

descendentes sempre lhe honraram a memória. Mostrou conhecer a principal bibliografia sobre Pombal e serviu-se também de manuscritos, como algumas das apologias, que se conservam na Biblioteca Nacional. Mas a principal virtude do seu livro foi ter recorrido abundantemente ao rico conjunto documental da Casa de Rio Maior, que à data se achava na sua posse, encontrando-se hoje na Torre do Tombo. Esse núcleo já havia sido parcialmente divulgado anos antes por dois outros autores, mas Oliveira e Sousa foi mais longe, transcrevendo numerosos documentos para tentar provar as suas ideias.[13]

Em 1935, saiu, na revista *Brotéria*, da Companhia de Jesus, um artigo de crítica ao livro de Oliveira e Sousa. Assina-o R. da Silva, que é claramente um pseudónimo. Provavelmente tratava-se de Domingos Maurício (1896-1978), um dos mais relevantes colaboradores da publicação, que por vezes assinava os seus textos com outros nomes e até com siglas.[14] Esta hipótese reforça-se se pensarmos que, nos anos 60 e 70, o mesmo publicou, nas páginas da revista e alhures, diversos artigos sobre temáticas pombalinas.[15] Em "O marquês de Pombal irreligioso ou católico?", apontaram-se algumas fragilidades da argumentação de Oliveira e Sousa, recordaram-se factos não invocados pelo mesmo e citaram-se fontes não utilizadas no livro objeto de crítica.[16]

Em 1936, o aristocrata saiu à liça com *Inéditos pombalinos. I. O marquês de Pombal e os Sousas do Calhariz*. Começou por esclarecer que decidiu publicar uma coleção de folhetos em virtude de estar prevista a realização, nesse mesmo ano, de uma Exposição Regional, Industrial, Agrícola e Pecuária, nos jardins do palácio dos marqueses de Pombal em Oeiras, e que contemplaria uma seção pombalina. Anote-se que a iniciativa, que de facto foi levada a efeito, partiu de seu filho, o presidente da Comissão Administrativa da municipalidade oeirense, João António de Saldanha Oliveira e Sousa (1901-1972), que usava então o título de 6.º conde de Rio Maior e lhe veio a suceder no marquesado, tendo estado à frente da referida edilidade de 1933 a 1957.[17]

[13] SOUSA, João de Saldanha Oliveira e. *O Marquês de Pombal. Sua Vida e Morte Cristãs (Documentos Inéditos)*. Lisboa, [s.n.], 1934.

[14] FRANCO, José Eduardo. *Brotar educação. História da* Brotéria *e da evolução do seu pensamento pedagógico (1902-1996).* Lisboa, Roma Editora, 1999, p. 374. Sobre esta figura veja-se ainda VENTURA, Margarida Garcez. "Maurício [Gomes dos Santos], P.e Domingos" In MATOS, Sérgio Carneiro (Direção). *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo.* http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_beirao.htm].

[15] *Marquês de Pombal. Catálogo Bibliográfico e Iconográfico*, p. 273.

[16] SILVA, R. da. "O marquês de Pombal irreligioso ou católico?" In *Brotéria*. Lisboa, 1935, vol. 20, pp. 5-11.

[17] [BRAGA, Paulo Drumond]. "João António Saldanha de Oliveira e Sousa" In *Oeiras com Personalidade. 250 Figuras do Concelho de Oeiras*. Lisboa, Theya Editores, 2019, p. 299.

Neste primeiro opúsculo de inéditos pombalinos, Oliveira e Sousa procurou provar que Carvalho e Melo esteve isento de culpa na perseguição que no reinado de D. José I se moveu à família que dá o nome ao opúsculo. E escreveu mesmo: "o 1.º marquês de Pombal favoreceu, quanto pôde, os infelicitados Sousas do Calhariz, dos quais foi *protetor* e não *verdugo*, ao contrário do que vulgarmente se pensa".[18]

Em 1938, foi a vez de publicar *O Marquês de Pombal acusado e defendido. I. O marquês de Pombal viveu e morreu católico*. Tratou-se de uma resposta às anteriormente referidas críticas ao livro de 1934 que lhe foram formuladas nas páginas da *Brotéria.* O autor recorreu a nova panóplia de fontes, desde documentos pontifícios às apologias do próprio Carvalho e Melo e voltou a publicar peças do arquivo da Casa Rio Maior que já havia revelado em *O Marquês de Pombal sua vida e morte cristãs.*[19]

Ainda em 1938, saiu dos prelos um artigo de Oliveira e Sousa, desta feita sobre a execução da marquesa "velha" de Távora, D. Leonor. Negou o autor que a esta, antes de ser decapitada no patíbulo de Belém, em janeiro de 1759, tenham sido mostrados os instrumentos que iriam atormentar até à morte o marido, os filhos, o genro e demais executados. Essa ideia foi transmitida pela *Vida de Sebastião Joze de Carvalho e Mello* […], obra que se acha inédita na Biblioteca Nacional de Portugal, tendo João Lúcio de Azevedo publicado da mesma alguns excertos em 1919. Oliveira e Sousa considerou o episódio altamente improvável, recorrendo a outras fontes, uma das quais da autoria de um claro inimigo de D. José I e do marquês de Pombal.[20]

Em 1939, na *Brotéria*, o marquês de Rio Maior voltou a ser alvo de R. da Silva / Domingos Maurício. Desta feita, foi na secção destinada na revista a recensões críticas, convocando-se o folheto *O Marquês de Pombal acusado e defendido. I. O marquês de Pombal viveu e morreu católico*. Este foi classificado como "mais um monumentozinho a recordar-nos a santidade pombalina!", anotando-se que "a muita piedade do neto o obrigou a calar algumas façanhas do venerando avô". Esgrimiram-

[18] SOUSA, João de Saldanha Oliveira e. *Inéditos Pombalinos. I. O Marquês de Pombal e os Sousas do Calhariz*. Lisboa, [s.n.], 1936, p. 6. Os itálicos são do autor.

[19] SOUSA, João de Saldanha Oliveira e. *O Marquês de Pombal acusado e defendido. I. O Marquês de Pombal viveu e morreu católico. Alguns documentos inéditos*. Lisboa, [s.n.], 1938.

[20] SOUSA, João de Saldanha Oliveira e. "Inéditos pombalinos. II. A execução da marquesa de Távora" In *Boletim Cultural e Estatístico*. Lisboa, 1938, vol. I, n.º 4, pp. 493-500.

se de novo argumentos contra os aduzidos por Oliveira e Sousa e pouco mais, até porque o próprio também quase nada avançara no texto de 1938 em relação ao de 1934.[21]

Em 1940, nova contribuição do aristocrata: *O Marquês de Pombal acusado e defendido. II. Desabar de lendas o ocaso de calúnias (alguns documentos inéditos)*. A abrir, depara-se o leitor com uma "carta aberta" ao diretor da *Brotéria*, precisamente Domingos Maurício, datada de 22 de janeiro de 1940, onde o autor se procurou defender da crítica a que anteriormente se fez referência. Segue-se o texto propriamente dito do folheto, com uma intenção clara: tentar provar que Carvalho e Melo sempre viveu em habitações modestas e nunca se serviu da sua posição de poder para obter quaisquer benefícios na aquisição de novos imóveis. Oliveira e Sousa publicou, uma vez mais, documentos do arquivo particular da sua família, da coleção pombalina da Biblioteca Nacional e também escrituras conservadas em fundos de cartórios da Torre do Tombo.[22]

O marquês de Pombal e a repressão da escravatura. A obra e o homem foi uma comunicação apresentada pelo marquês de Rio Maior, em 1940, ao Congresso do Mundo Português, tendo saído nas respetivas atas.[23] O autor entendeu publicá-la igualmente à parte, em 1943.[24] Neste texto, evidenciou o descendente do valido de D. José I a legislação a respeito da escravatura e dos índios do Brasil, antecedendo a sua exposição com páginas, algo extemporâneas, a respeito da chegada ao poder do famoso estadista.

A última vez que Oliveira e Sousa escreveu sobre o seu antepassado foi em 1953. Com base sobretudo no resumo que John Smith fez, em Oitocentos, da publicação setecentista *Memorias das Principais Providencias que se deram no Terramoto que padeceu a corte de Lisboa no ano de 1755* […], tentou o marquês de Rio Maior provar que a ação de Pombal foi fundamental para fazer face aos efeitos do megassismo.[25]

Em suma, Oliveira e Sousa produziu a respeito de Carvalho e Melo um livro e seis folhetos, artigos e comunicações. Em todos procurou mostrar que aquele tinha sido um católico modelar, além

[21] SILVA, R. da. Recensão crítica de *O Marquês de Pombal acusado e defendido. I. O Marquês de Pombal viveu e morreu católico. Alguns documentos inéditos.* In *Brotéria*, Lisboa, 1939, vol. 28, pp. 125-127.

[22] SOUSA, João de Saldanha Oliveira e. *O Marquês de Pombal acusado e defendido. II. Desabar de lendas e ocaso de calúnias. Alguns documentos inéditos*, Lisboa, [s.n.], 1940.

[23] SOUSA, João de Saldanha Oliveira e. "O Marquês de Pombal e a repressão da escravatura. A obra e o homem" In: *Congresso do Mundo Português*, vol. 6, Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940, pp. 93-120.

[24] SOUSA, João de Saldanha Oliveira e. *O Marquês de Pombal e a repressão da escravatura. A obra e o homem*. Lisboa, [s.n.], 1943.

[25] SOUSA, João de Saldanha Oliveira e. "No centenário do terramoto grande" In *Estremadura*, Lisboa, 1953, n$^{os.}$ 32, 33, 34, pp. 33-60.

de um homem bastante modesto, nomeadamente quanto aos locais de residência. Por outro lado, não teria tido quaisquer responsabilidades em acontecimentos como a tragédia dos Távoras (1759). Tentou também relevar algum suposto humanitarismo do estadista, mormente no combate à escravatura e na libertação dos índios do Brasil.

DAUN E LORENA VERSUS ALFREDO PIMENTA

Centremos agora a nossa atenção num primo do anterior, João de Carvalho Daun e Lorena (1879-1944), que era bisneto do 3.º marquês de Pombal, José Francisco Xavier Maria de Carvalho Melo e Daun (1753-1821), o segundo varão de Sebastião José de Carvalho e Melo. As informações sobre a sua biografia são escassas. Os poucos textos que publicou esclarecem-nos que lutou pela restauração da Monarquia em Portugal, não se sabe se em 1912-1913, nas chamadas incursões monárquicas, se em 1919, em Lisboa ou no Norte do País.[26] Uma outra fonte elucida que, a partir de 1926, lecionou Português e Francês no Liceu Central Infante D. Henrique, no Mindelo (ilha de S. Vicente, arquipélago de Cabo Verde).[27] Aqui foi encarregue por reitores de proferir orações de sapiência na abertura de anos letivos pelo menos em 1932 e em 1935.[28]

A segunda dessas orações versava o marquês de Pombal. Daun e Lorena começou por inserir no opúsculo a carta de um primo, precisamente o nosso já conhecido marquês de Rio Maior, que o felicitou pela iniciativa, onde, no seu entender, se destruíam "falsas acusações contra o grande ministro do rei D. José".[29] Incluiu ainda um outro texto, igualmente curto, da autoria da condessa de Vila Flor. Tratava-se de Maria Josefina de Azeredo Teixeira de Aguilar (1864-?), viúva de um descendente de Pombal, o 8.º conde de Vila Flor, Tomás Maria de Almeida Manuel de Vilhena (1864-1932), [30] o qual, no entender da condessa, "guardava deste seu antepassado memória muito respeitosa". A própria colocou em relevo o papel de Carvalho e Melo, que, a seu ver, "esteve sempre à altura dos elevados cargos que exerceu", rematando com uma alusão a "implacáveis ditadores de

[26] Sobre estes acontecimentos, veja-se SANTOS, Miguel Dias. *A Contra-Revolução na I República. 1910-1919*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

[27] CARVALHO, Maria Adriana Sousa. *O passado hoje. História do Liceu em Cabo Verde de 1860 a 1975 (Praia. Ribeira Brava. Mindelo)*. Praia, Livraria Pedro Cardoso, 2019, p. 98. Sobre o referido estabelecimento de ensino, veja-se também, da mesma autora, *O Liceu em Cabo Verde. Um imperativo de cidadania*. Praia, Universidade de Cabo Verde, 2011.

[28] A oração de 1932 só viu a luz do dia seis anos depois. Cfr. LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Sentimento da Disciplina.* Lisboa, [s.n.], 1938. Já a que foi proferida em 1935 conheceu os prelos logo no ano imediato. Cfr. LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal na História e nas "Histórias". Palestra realizada no Liceu Infante D. Henrique, de S. Vicente, de Cabo Verde, em Outubro de 1935*. Lisboa, [s.n.], 1936.

[29] LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal na História*, p. 3.

[30] Os condes de Vila Flor descendem da já referida filha mais nova de Pombal, Maria Amália de Carvalho e Daun.

pulso de ferro, que às vezes são salvadores necessários". [31] Subliminar remissão não para o século XVIII, mas para 1936, quando um Salazar já clara e decididamente triunfante em Portugal ombreava na cena europeia com Mussolini, Hitler e outros.

Daun e Lorena pretendeu, com a sua oração de sapiência, provar o seguinte: o marquês de Pombal foi um verdadeiro católico; não teve responsabilidades na tragédia dos Távoras; a reedificação de Lisboa deve-se-lhe unicamente; deu grande impulso à instrução pública; antes da sua chegada ao poder foi um notável diplomata; "não comprometeu a situação financeira de Portugal"; e deu "forte impulso" ao exército e à marinha. Num fundo, premissas já presentes em muito do que a historiografia até então havia tentado provar a respeito do valido de D. José I, incluindo o primo Oliveira e Sousa. Daun e Lorena baseou-se em fontes muito diversificadas, muitas das quais não foram indicadas e as que o foram variam entre o livro de 1934 do referido parente, um artigo de jornal e até mesmo o testemunho pessoal de um autor já falecido, mas que Daun e Lorena terá conhecido, Jaime Constantino de Freitas Moniz (1837-1917). Este – lente do Curso Superior de Letras, político, autor de uma importante reforma do ensino liceal nos finais do século XIX e iniciador da coletânea documental *Corpo Diplomatico Portuguez* – ter-lhe-ia transmitido a opinião que o único culpado pela violenta repressão da alegada tentativa de regicídio de 1758 havia sido o próprio rei D. José I. O texto conclui lembrando que, numa época em que tanto se falava de nacionalismo, Carvalho e Melo, que teria tido como único objetivo "engrandecer Portugal", havia sido "uma das mais altas e eficientes figuras do nacionalismo português, nacionalismo que ele traduziu em poucos discursos e exemplificou em muitas obras".[32]

Mas a verdade, confessada logo no início da exposição, é que Daun e Lorena foi motivado pelo desejo de atacar a visão que a respeito de Pombal surgira num livro acabado então de publicar, os *Elementos de História de Portugal*, de Alfredo Pimenta. A obra viu a luz do dia em 1934, assumindo-se como manual escolar do ensino liceal. Foi então muito elogiada mas também muito criticada.[33]

Alfredo Pimenta, uma interessantíssima figura do panorama cultural e político do século XX português, licenciara-se em Direito e havia sido professor de liceu (1911-1913). Em 1931 ascendeu a diretor do Arquivo Municipal de Guimarães e iniciou simultaneamente funções como conservador

[31] LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal na História,* p. 7.

[32] LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal na História*, p. 28.

[33] MATOS, Sérgio Campos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A história no curso dos liceus (1895-1939).* Lisboa, Horizonte, 1990; TORGAL, Luís Reis. Ensino da história. In *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. vol. II *(Da Historiografia à Memória Histórica).* Lisboa, Temas e Debates, 1998), +p. 135-136.

do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, do qual foi nomeado diretor em 1949. Politicamente, começou no anarquismo, passou ao republicanismo e, em 1915, tornou-se monárquico, tendo sido, em 1923, um dos fundadores da Ação Realista Portuguesa. Confessou-se admirador do fascismo italiano e do nazismo alemão e foi nacional-sindicalista. Acabou por aderir ao Estado Novo, mas nunca de forma acrítica. Colaborou com numerosos jornais, foi poeta e realizou importantes e exaustivos estudos históricos, publicando, entre outros, os livros *D. João III* (1936), *Subsídios Para a História de Portugal* (1937) e *Idade Média. Problemas & Soluçoens* (1946). Foi um temido polemista, terçando armas com figuras como A. Botelho da Costa Veiga (1881-1965), António Sérgio (1883-1969), Miguel de Oliveira (1897-1968) e tantos outros, sem esquecer uma instituição, a Academia Portuguesa da História.[34]

Nos *Elementos de História de Portugal*, Alfredo Pimenta, na opinião de Daun e Lorena, "parece querer apoucar e deslustrar" Sebastião José. O descendente de Pombal notou, a propósito, a existência de uma corrente historiográfica alegadamente "reformista", cujos corifeus, por serem "facciosos", se limitariam, afinal, a escrever "dos vultos mais notáveis, o contrário do que até agora se tem escrito".[35] Uma clara alusão ao grupo de autores com claras intenções revisionistas a que anteriormente se fez pormenorizada referência.

No seu opúsculo, Daun e Lorena considerou os *Elementos de História de Portugal* um livro "cheio de erros" e com "coisas que chegam a ser engraçadas", nomeadamente ao omitir D. Pedro IV da lista dos reis de Portugal. A páginas tantas classificou Alfredo Pimenta como "escritor e jornalista de valor", acrescentando: "Li, em tempos idos, os seus artigos no *República*, jornal do Senhor Dr. António José de Almeida, e ainda hoje leio com prazer os artigos que publica em jornais monárquicos.

[34] Sobre esta figura, cfr., de entre outros, QUINTAS, José Manuel. "Pimenta, Alfredo Augusto Lopes" In ROSAS, Fernando, e BRITO, J. M. Brandão de (Direção). *Dicionário de História do Estado Novo.* vol. II. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 723; RAMOS, Rui. "Pimenta, Alfredo Augusto Lopes", In BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (Direção). *Dicionário de História de Portugal. Suplemento.* vol. 9. Porto, Figueirinhas, 2000, pp. 80-82; MOREIRA, Filipe Alves. "Alfredo Pimenta" In *Biografias Vimaranenses*. Guimarães, Fundação Cidade Guimarães, A Oficina, 2013, pp. 336-376; FONTE, Barroso da. *Alfredo Pimenta. Da práxis libertária à doutrinação monárquica*. Guimarães, Edições Cidade Berço, 2014; LEAL, Ernesto Castro. "Pimenta, Alfredo Augusto Lopes" In ROLLO, Maria Fernanda (Direção). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo.* vol. III. Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp. 262-265; TORGAL, Luís Reis. "Reflexões sobre Alfredo Pimenta" In *Alfredo Pimenta. Catálogo*. vol. I. ([Guimarães], Câmara Municipal de Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 2015, pp. 5-20; BRANCO, João. Pimenta, "Alfredo Augusto Lopes" In MATOS, Sérgio Campos (Direção). *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo.* http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_pimenta.htm].

[35] LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal na História*, p. 9.

Digo, porém, sinceramente, que S. Ex.ª, como historiador, deixa muito a desejar" .[36] Farpa certeira: como se viu, Alfredo Pimenta, fora sucessivamente anarquista, republicano e monárquico.

A publicação de *O Marquês de Pombal na História e nas "Histórias"*, levou à reação de Alfredo Pimenta que, nas páginas do quotidiano oficioso do Estado Novo, o *Diário da Manhã*, respondeu às críticas de Daun e Lorena. Em artigo publicado em 10 de novembro de 1936, esforçou-se por rebater a ideia da legitimidade da realeza de D. Pedro IV e, no que toca a Pombal, lembrou que, tendo-se limitado a cumprir o programa de História do ensino liceal, não tinha de contemplar nos seus *Elementos* […] todos os aspetos abordados por Daun e Lorena. Não deixou, entretanto, de notar que o seu opositor na polémica "falou como descendente de Pombal; eu falei como historiador". Disse ainda ter-se cingido às fontes quando narrou os acontecimentos subsequentes ao terramoto de 1755. E considerou, no tocante à suposta devoção religiosa de Carvalho e Melo, ser preferível "para a memória do marquês e para o bom nome dos seus parentes, não mexer mais no caso". Não deixou, entretanto, de criticar acerbamente a expressão escrita do seu contendor, que classificou de "dialeto de quimbumbo". [37]

Ainda nesse ano, com data de 7 de dezembro, mas com publicação somente em 1937, Daun e Lorena assinou o opúsculo *O Marquês de Pombal. Réplica ao Sr. Dr. Alfredo Pimenta*. Entendeu começar por um esclarecimento: depois da saída de *O Marquês de Pombal na História e nas "Histórias"*, os *Elementos de História de Portugal* foram adotados como manual de história para o ensino liceal. Sabe-se que Alfredo Pimenta teve, para isso, de o alterar em alguns aspetos, por sugestão da Junta Nacional de Educação, o que fez na terceira edição, datada de 1936. Assim sendo, Daun e Lorena quis acentuar "que a presente brochura não visa diretamente essa obra adotada, nem a sua adoção. Visa, única e exclusivamente (no uso de um direito de defesa que a lei me garante), o artigo em que o meu trabalho e eu próprio fomos atacados pelo sr. Dr. Alfredo Pimenta". Entendeu ir mais longe e escrever que acatava a decisão oficial que adotou os *Elementos de História de Portugal*. E prosseguiu:

> O contrário estaria em contradição com o respeito às determinações oficiais, que sempre demonstrei. Hoje essa atitude é ainda mais natural em mim, visto o nosso País ser atualmente orientado e governado por uma situação política que me merece inteira simpatia e a cujo Presidente do Conselho de Ministros presto, como português, a minha sincera homenagem, pois o considero o maior diplomata que Portugal tem

[36] LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal na História*, p. 17.

[37] PIMENTA, Alfredo. "O marquês de Pombal nas historietas" In *Diário da Manhã*. Lisboa, 10 novembro de 1936, ano VI, n.º 1999, p. 3.

> tido depois do reinado do grande rei D. Carlos I, sempre de saudosa memória, e o mais notáveis dos estadistas posteriores ao ministério de Pombal.[38]

Claro como água: polemizando com Alfredo Pimenta, que acabara de ver um livro adotado como manual escolar liceal, o funcionário público Daun e Lorena não quis de forma alguma ser confundido com um qualquer perigoso reviralhista e fez assim profissão de fé no Estado Novo e em Salazar.

Neste novo opúsculo, defendeu-se das acusações de escrever mal,[39] tentou provar com fontes coevas que o valido do rei D. José I teve um papel de relevo no pós-terramoto de 1755[40] e lamentou vir um dia a ter de ensinar História por um compêndio que "muito terá de bom, mas que se refere a Pombal de forma tal, que dir-se-ia fazer o estadista *sombra* ao respetivo autor…".[41] A passagem do autor dos *Elementos de História de Portugal* das hostes anarquistas para as republicanas e destas para as monárquicas mereceu novo remoque a Daun e Lorena: "Fique sabendo o Sr. Dr. Alfredo Pimenta, que desde o berço fui católico, monárquico e conservador e que não mudo de ideias como quem muda de fato"[42].

Uma vez mais em artigo do *Diário da Manhã*, desta feita a 16 de março de 1937, registou-se a reação do reputado polemista, que reforçou a ideia de que D. Pedro IV não teria tido qualquer direito ao trono de Portugal e considerou que as fontes de que Daun e Lorena se serviu para justificar o papel de Carvalho e Melo na fase que se seguiu ao megassismo, concretamente relatos de diplomatas estrangeiros acreditados em Portugal, não eram de total confiança. No particular da devoção pessoal do valido de D. José I, rematou: "Se Pombal foi bom católico, apesar da feroz perseguição sistemática que fez à Companhia de Jesus, todos nós podemos ser bons católicos perseguindo da mesma forma acintosa as ordens religiosas, porque a Companhia de Jesus ordem religiosa é. Entendeu agora?". Não deixou, entretanto, de atacar de diversas formas Daun e Lorena: "Escreve bastante mal", "raciocina pior", "é um insignificante professor" e "passa a vida à sombra das bananeiras." [43]

A polémica só terminou com a saída de um novo folheto de Daun e Lorena, que o mesmo datou de 8 de abril de 1937. Numa carta do marquês de Rio Maior ao primo, reproduzida no início da

[38] LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal. Réplica ao Sr. Dr. Alfredo Pimenta*. Lisboa, [s.n.], 1937, p. 4.
[39] LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal. Réplica*, pp. 13-15.
[40] LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal. Réplica*, p. 20.
[41] LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal. Réplica,* pp. 13-15.
[42] LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal. Réplica*, pp. 20-21.
[43] PIMENTA, Alfredo. "Rescaldos pombalinos" In *Diário da Manhã*, Lisboa, 16 de março de 1937, ano VI, n.º 2120, p. 16.

publicação, explica-se o que aconteceu: havia sido enviada ao *Diário da Manhã* uma resposta do descendente de Pombal ao artigo de Alfredo Pimenta. Não tendo a mesma sido publicada, optou Daun e Lorena por mandar imprimir um novo opúsculo, desta feita intitulado *Pontos nos ii. A propósito de uns rescaldos pombalinos*. Aqui, o autor voltou à liça com a questão da legitimidade de D. Pedro IV e com o papel do seu antepassado no combate aos efeitos do terramoto de Lisboa. Uma vez mais se defendeu das acusações de deficiente expressão escrita e não perdeu nova oportunidade para atacar a volubilidade política de Alfredo Pimenta, sugerindo, ao mesmo tempo, de forma subliminar, alguma falta de coragem física: "Até arrisquei a pele por elas [ideias monárquicas], combatendo sob a ordens do meu antigo chefe e meu prezado Amigo, Henrique de Paiva Couceiro, não tendo tido, por sinal, o prazer de encontrar o Sr. Dr. nem nas nossas trincheiras nem nas que os nossos adversários de então guarneciam". [44]

ALCANCE E VALOR DAS DUAS POLÉMICAS

Muito debatido em termos da historiografia, suscitando mesmo interesses além-fronteiras, utilizado como arma de arremesso por tendências políticas diversas, não deixando praticamente ninguém indiferente, até em termos da opinião pública, pelo menos alguma minimamente mais fundamentada, Sebastião José de Carvalho e Melo foi, muitos anos depois da sua morte, objeto de interesse por parte de dois dos seus descendentes, João Saldanha Oliveira e Sousa e João de Carvalho Daun e Lorena.

Nos anos 30 do século passado, quando ganhava terreno uma corrente historiográfica revisionista, com algum eco nas esferas do poder político, e na qual Pombal saia com uma imagem oposta à que a mitologia liberal e republicana havia criado, Oliveira e Sousa e Daun e Lorena entenderam sair à liça em defesa do famoso antepassado. Fizeram-no publicando textos diversos que procuravam provar, entre outras coisas, que Sebastião José fora um verdadeiro e bom católico, com uma ação política irrepreensível, nomeadamente no combate aos efeitos do terramoto de 1755 e na luta a favor da liberdade dos índios e contra a escravatura, não se lhe podendo, por outro lado, imputar algumas das acusações que mais comummente lhe eram dirigidas, como a tragédia dos Távoras de 1759 e um enriquecimento ilícito.

[44] LORENA, João de Carvalho Daun e. *Pontos nos ii. A propósito duns rescaldos pombalinos*. Lisboa, [s.n.], 1937, pp. 14-15.

Foram textos, acima de tudo, reativos, que por sua vez não deixaram de suscitar polémicas, no caso de Oliveira e Sousa com a revista *Brotéria*, no de Daun e Lorena com Alfredo Pimenta. O tempo era propício a tais controvérsias, historiográficas e outras, que frequentemente motivaram alguns dos nomes mais relevantes da cena intelectual portuguesa[45]. As que envolveram os dois descendentes do marquês de Pombal caíram, como tantas outras, no esquecimento.[46]

Se *maçons*, liberais e republicanos de um lado, católicos, monárquicos e tradicionalistas do outro, se digladiaram durante décadas, esgrimindo argumentos a favor e contra Carvalho e Melo, essencialmente porque todos viam no político setecentista alguém que com a sua política abriu caminho à implantação futura do Liberalismo em Portugal, esse debate, embora se mantivesse vivo nos anos 30 e 40 do século XX, tendia, pelo menos no caso das duas polémicas agora tratadas, a perder alguma da fortíssima base ideológica e política que o tinha sustentado.

De facto, Oliveira e Sousa, Daun e Lorena, Alfredo Pimenta e a revista *Brotéria* estavam do mesmo lado da barricada em termos de defesa do Estado Novo, do Catolicismo e, com a exceção da publicação dos jesuítas, do ideal monárquico. Não foi por acaso que o marquês de Rio Maior defendeu o corporativismo, em opúsculo datado de 1937, ao passo que Daun e Lorena, por ter polemizado com Alfredo Pimenta, um historiador bem visto pelas autoridades portuguesas de então, não quis correr o risco de ser confundido com um reviralhista e vincou com toda a clareza a sua fidelidade ao regime que nascera em 1933 e se consolidava nesses anos de chumbo.

Assim sendo, as duas polémicas estudadas pouco mais não foram do que tentames, por parte dos dois descendentes de Carvalho e Melo, de defenderem a memória do seu famoso antepassado e as respostas que as mesmas suscitaram. Por outro lado, não as podemos considerar, nem de perto nem de longe, das polémicas mais relevantes em que se envolveram quer Alfredo Pimenta quer a revista *Brotéria*. Ainda assim, entendeu-se não ser de todo despiciendo recordá-las no contexto da revisitação historiográfica de uma prática que tantos frutos deu em Oitocentos e Novecentos. Como escreveu Armando Carvalho Homem a propósito de uma outra polémica, "importa evitar o esquecimento de

[45] Veja-se, além da obra clássica ANSELMO, Artur (Direção). *As Grandes Polémicas Portuguesas.* 2 vols. Lisboa, Verbo, 1967, o exemplo tratado por MACEDO, Jorge Borges de. "Significado e evolução das polémicas de António Sérgio. A ideologia da razão (1912-1930)", In *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 1983, vol. 5, pp. 471-531 e, sobretudo, a análise mais recente de HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *Revisitação de uma polémica. António Sérgio e Mário de Albuquerque*. Lisboa, Caleidoscópio, Universidade Autónoma de Lisboa, 2019.

[46] Fazem-lhes breves referências RODRIGUES, Alfredo Duarte. *O Marquês de Pombal e os seus Biógrafos*, p. 306-308 e 324-329 e TORGAL, Luís Reis. "Pombal perante as ideologias tradicionalistas, católicas e salazaristas", p. 83.

autores que, por datado ou limitado que seja o estudo dos saberes que enunciem, não deixam de continuar a constituir fator de enriquecimento para potenciais leitores no abrir do novo século" .[47]

[47] HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *Revisitação de uma polémica*, p. 69.

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

BETWEEN TWO EXTREMES THE END AS A PRINCIPLE: THE LATE ANTIQUITY OF PETER BROWN 50 YEARS LATER.

ENTRE DOIS EXTREMOS O FIM COMO PRINCÍPIO: A ANTIGUIDADE TARDIA DE PETER BROWN 50 ANOS DEPOIS.

INTERVIEW WITH PETER BROWN

ENTREVISTA COM PETER BROWN

EVERTON GREIN
Universidade Estadual do Paraná

***

Vir eloqventissimvs ac doctissimvs […] Peter Brown emerges among the giants of humanistic erudition, which would need no further introduction. He is recognized for having transferred to political and social history the concept of Late Antiquity (derived from German art history at the beginning of the 20th century), which, in the end, became a new field of historical investigations. In 1971, with the publication of his The World of Late Antiquity (Thames & Hudson), he demonstrated that more than a transition period between Antiquity and the Middle Ages, this period would have its own characteristics, in a time and space circumscribed by the creations and innovations of the civilizations of the Mediterranean surroundings, certainly heirs of Greco-Latin traditions and institutions.

Peter Robert Lamont Brown was born into a Protestant family in Dublin (1935) and graduated from *New College*, University of Oxford (1956). At the same University, he became a prize fellow and, subsequently, a research fellow at *All Souls College*, Oxford, a position he occupied until 1972. Began (but did not complete) a doctoral thesis under the external supervision of Arnaldo Momigliano (at that time professor of ancient history at University College London). In 1975, after a

brief stint as a visiting professor at the *University of California* at Berkeley, he took up the chair of Modern History at the *Royal Holloway College*, University of London, holding the position until 1977, when he returned to Berkeley to take over as professor of Classics and History studies, a position he would hold until 1986.

In the fall of 1986, he became professor of History at Princeton University, a position he held formally until 2011. In 1979 he was elected to the American Academy of Arts and Sciences, and in 1988 to the Medieval Academy of America, and 1995 to the American Philosophical Society, received recognition as a Doctor *Honoris Causa* by twenty universities, half of them in the United States. Throughout his vast career, he has given hundreds of conferences, received several important academic awards and distinctions, having published dozens of individual and collective books and hundreds of articles.

This year 2021 marks the 50th anniversary of the publication of its last The World of Late Antiquity and the Revista Diálogos Mediterrânicos through the Center for Mediterranean Studies of the Federal University of Paraná had the honor of being able to talk to Professor Peter Brown.

***

INTERVIEW

Professor Peter Brown, on behalf of *Diálogos Mediterrânicos*, I would like to thank you for your willingness to give this interview and to emphasize that it is a great honor for me to be able to speak with you.

1. **You are considered one of the most important historians of our time. The profession of historian was a choice? Could you briefly tell us about your trajectory and your influences?**

PB: My decision to become a historian owed much to my background. I grew up in Sudan, where my father worked in the railways until 1947, and in the Republic of Ireland. My family were members of the Protestant minority in a very Catholic Ireland. This meant that, in both places, my family were outsiders. In Sudan this was obvious: the overwhelming majority of the Muslim

population were alien to us. But in Ireland, also, we were aware that we did not share many of the beliefs and values of the majority of our Irish, Catholic compatriots. The sense of a distance between myself and those around me – of being on the edge of worlds to which I did not fully belong was what both disquieted me and inspired me to explore those different worlds.

Hence my interest in the past has always been less that it was **past** than that it was **different**. Time had made it as different from me as the populations of Sudan or of Catholic Ireland were different from me and my family. Between me and the past there lay that chasm of **difference** that I was resolved, from an early age, to overcome –to step across some boundary in the mind; to enter worlds whose richness had been held back from me by ignoranceand prejudice. Whether this was the Later Empire, in the distant past, or my native Ireland, in the present, this was the first step that mattered. Looking back, it seems that I had taken this step from my childhood onwards. Without the challenge of **difference,** I would not have become a historian.

2. **In his academic career as a historian, three names seem to have a very strong presence in terms of research and methodological options: Arnaldo Momigliano, André Piganiol and Henri-Irénée Marrou. What role do you assign to these historians in your intellectual background?**

PB: When I came to Oxford as an undergraduate student in 1952, I was aware that I wanted to study periods at a great distance from the present because they were so different from the present. Had I been an anthropologist, I might have been happy to study a contemporary society markedly different from my own; or, even if I was a theologian, a religious system – say, Buddhism – markedly different from my own belief-system: it was the challenge of difference that attracted me. A sense of the difference between the Catholic Middle Ages and the modern world was what instantly attracted me on arriving in Oxford. In Oxford, the Middle Ages seemed to live on in the beauty of its Gothic buildings and its country churches. What had it been like to live in that distant, very different time, whose monuments surrounded me and drew my eyes to their intricate carvings and to the glowing figures in theirstained glass windows?

As a student in Oxford, I studied medieval and modern history – not the history of the ancient world. But, while I studied the High Middle Ages for my final examination, I realized that my interests had slipped yet further back in time to the period that was called“The Birth of the Middle

Ages" – to the centuries when a new Europe arose from the ruins of the Roman Empire. In 1956I took my final examinations and committed myself to the study of that period as a young researcher.

In doing this, I was inspired by a number of great books and by a few great scholars. I deliberately use the word "inspired". They were more than "methodological options" for me.

Why was this so? In 1950s Oxford, the research of graduate students was not directed, as on a European model, by seminars and by courses where methodological options might be advocated by professors and discussed by students. I was left to myself to make my own methodology out of my own, largely undirected reading. Hence the huge importance for me of the figures whom you mention. They did much more than instruct me: they inspired me, and gave me the courage to continue in what was, at that time, a lonely intellectual trajectory.

Each inspired me in a different way. Arnaldo Momigliano was my designated supervisor for a thesis on "The Social and Economic Position of the Roman Aristocracy in the Sixth Century AD". Momigliano taught in London and I was attached to All Souls College in Oxford. We seldom met and he did little to direct my research. Instead, he played a much more important role to me than that of a mere supervisor: he was an Ego Ideal. He stood for European scholarship in its most wide and generous manifestation. His vast knowledge of the historiography of the ancient world from classical times to the present reassured me that I was never alone: he showed that almost every problem that preoccupied scholars of the Later Empire in the present had already been discussed by European scholars since the Renaissance. He directed my attention unfailingly not only to **what** scholars said about different themes of ancient history. He showed **why** they said it, in what wider cultural context, and with what long-term consequences.

Thanks to Momigliano, I have always seen history as more than mere problem-solving. For Momigliano, to resolve any question about the ancient world involved listening to the long dialogue of Europe on the nature of its own past. As I came to know him better over the years, Momigliano's commitment to a historiographical approach to contemporary scholarship – his acute respect for the constant effort of historians of all kinds, in all ages and in all countries, to reach an understanding of the past -- accounted for a rare intellectual generosity on his part, and for a truly cosmopolitan vision that was lacking in the more parochial world of British scholarship at that time.

It was to European scholars that I turned as an undergraduate and as a graduate student. I read *L'Empire chrétien* of André Piganiol as the first account of the fourth century AD that was not overshadowed by the notion of decline and fall. Here was a Roman empire no longer seen as living

in the shadow of a death sentence. Nor was it a mere shell of its old self. It had not been entirely ruined by the crisis of the third century, as Mikhail Rostovtzeff (whom I had already read in Ireland) had supposed. [1] Neither was it caught in the grip of some deep-seated process of decadence, as was the notable opinion of Otto Seeck: "It was not the Germans who brought the Roman Empire to its downfall; rather, an inner illness laid it waste" [2]. Far from it. Until brought to its knees by barbarian warlords, the Roman empire – for all its ancient ills – was still a going concern. I went out of my way to mark heavily Piganiol's last sentence:

> La civilisation romaine n'est pas morte de sa belle mort.
>
> Elle a été assassinée.
>
> Roman civilization did not die a natural death. It was murdered.[3]

I would add also the great Italian scholar, Santo Mazzarino, whose *Stilicone* (and later his *Aspetti socialie del quarto secolo*[4]) impressed me greatly. The first page of Mazzarino's Preface to his *Stilicone* gave me the answer to Seeck:

The history of the later empire is in some ways a relatively young field of inquiry: long thought of as a history of imperial "decadence" (the history of a "lower" empire) it appeared above all in a negative light in relation to the periods that had preceded it … The effort to give this period a historical autonomy and a positive function is, one might say, a relatively new achievement. [5]

In this way, Mazzarino, like Piganiol, showed me how to write about the political and social history of the Later Empire without invoking the notion of inevitable decline.

And so my reading raised a further question. The overwhelming majority of studies of the Later Empire had treated this period as if it was no more than an anxious prelude to the imminent Fall of Rome. But what I had found in Piganiol and Mazzarino suggested otherwise: there was a lot more life in the Later Empire than we had thought. Far from being an awkward hiatus between the ancient world and the Middle Ages it seemed to be a period with a vitality of its own. But, in order to become

[1] ROSTOVTZEFF, Mikhail Ivanovich. *The Social and Economic History of the Roman Empire.* Oxford: Clarendon Press, 1926.

[2] SEECK, Otto Karl. *Geschichte des Untergangs der antiken Welt. Band 1* (1895: last edition, Stuttgart: Metzler, 1921-1922), p.191.

[3] PIGANIOL, André. *L'empire chrétien.* Glotz, Histoire générale: Histoire romaine IV, p.2. Paris: Presses Universitaires de France, 1947, p.422.

[4] MAZZARINO, Santo. *Aspetti sociali del quarto secolo.*Rome: Bretschneider, 1951.

[5] MAZZARINO, Santo. *Stilicone. La crisi imperiale dopo Teodosio.* Rome: Signorelli, 1942, p.v. (reprinted Milan: Rizzoli, 1990, with a most perceptive introduction by Andrea Giardina.

a field of study in its own right, the period needed a name. This name was provided for me by yet another giant among European scholars – Henri-Irénée Marrou.

It is difficult to exaggerate my debts to Marrou. The most obvious debt is that he gave me, for the first time, as a young student in 1956, the term of "Late Antiquity". He borrowed this term from German art historians who had used it to describe the art of the period between 200 and 600 AD as if it was a vigorous cultural epoch of its own. He deliberately used the original German term, *Spätantike*.

German, which welcomes neologisms with ease, has developed the habit of speaking of *Spätantike* [Late Antiquity].[6]

This suggestion was crucial. From then onwards, I had a name for the period that had begun to intrigue me: "Late Antiquity".

By using the term "Late Antiquity" Marrou made plain that he had changed his mind. He had written his *grande thèse* (*Saint Augustin et la fin de la culture antique*)to show that Saint Augustine was a *lettré de la décadence*– the product of a decadent educational system. Then, twelve years later, he declared that he now thought differently. He argued that the culture of the 4th and 5th centuries was far from being dead. It was taking on vigorous new forms – the extraordinary blending of classical and Christian in works such as Augustine's *Confessions* and *City of God* being the known examples of a late antique sensibility.

Marrou made his views plain in a remarkable *Retractatio*– a critique of the notion of decadence which had pervaded his *Saint Augustin et la fin de la culture antique*. He now presented it as a culture which had changed, subtly but irrevocably, from classical times; but (like the empire itself) it had retained much of its ancient vigor. He could no longer say that:

> Saint Augustine and, with him, the culture of his times were, as it were, being swept way on a current hurtling towards a void. No ….
>
> The civilization of the later empire [the *Bas-Empire*], as it is reflected in the culture of Augustine, is a vigorous organism, still evolving.[7]

To this I added in the margin of my copy, in capital letters, "Hurrah! Hurrah!!"

[6] MARROU, Henri-Irénée. *Saint Augustin et la fin de la culture antique* with*Retractatio*, Bibliothèque des Écoles françaises d'Athènes et de Rome 145 bis (Paris: de Boccard, 1949): *Retractatio,* p. 694.

[7] MARROU, *Retractatio... op. cit,* p.689.

In later years, I owed much more than that to Marrou. Here my debt was less to Marrou as the exponent of the culture of Augustine, so much as to Marrou as a model historian of ancient culture as a whole. Marrou showed the hand of a master in his ability to join the creative life of individuals to the wider frame of their culture. As he made clear in a note from some time after 1943: "All my theory of culture aims to throw light on the relation of personal thought to its milieu, to its tradition, to the community." [8]

In 1956, I was unaware of his other masterpiece, the *Histoire de l'éducation dans l'antiquité,* which had appeared a year before the *Retractatio.* Marrou's change of mind on the issue of decadence had plainly been due to his writing the *Histoire de l'éducation*, which revealed the impressive staying power and capacity for renewal over the centuries of the Greco-Roman system of education. Of the two books, the *Histoire de l'éducation* was the one on which I would draw most frequently in later years. Marrou's evocation of the basic aims and structure of the educational system of the Hellenistic and Roman periods remains a masterpiece. His conclusion to the first volume – entitled "L'humanisme classique" – are truly golden pages, to which I would still draw the attention of any scholar engaged with any system of traditional education in any pre-industrial society.[9]

3. In his vast work, two themes are placed in a very particular way: from the historical point of view "Christianity"; and from a historiographical point of view, "Late Antiquity". Could you tell us a little about how these themes - although inseparable - caught your attention?

PB: Here I would emphasize the importance of my Irish Protestant background. I grew up in a society where religion still played a major role. Whatever my own beliefs, it was natural for me to take religion seriously. Coming from Ireland to study in a more liberal, less confessionally divided England, I was puzzled by the urbane indifference to religion of many of my English friends and colleagues. In the 1950s and 1960s, in both ancient and medieval history, religious factors tended to be overlooked in favor of social and political explanations. This struck me as naïve. For me, religious conflict and religious intolerance were still live issues. I began my work on Saint Augustine with the conflict between Catholics and Donatists in Roman North Africa, and with a study of Augustine's attitude to religious coercion.[10] Indeed, in the first decade of my scholarly activity, I deliberately

[8] MARROU, Henri-Irénée. *Carnets posthumes*, XI (3) 77, ed. Françoise Marrou-Flamant. Paris: Le Cerf, 2006, p.355.

[9] MARROU, Henri-Irénée. *Histoire de l'éducation dans l'antiquité.* Paris: Le Seuil, 1948, p.323-336.

[10] BROWN, Peter. Religious Dissent in the Later Roman Empire: the Case of North Africa, *History* 46 (1961), p.83-101, reprinted in *Religion and Society in the Age of Saint Augustine* (London: Faber, 1972), p.237-257; Religious Coercion in the Later Roman Empire: the Case of North Africa, *History* 48, 1963, p.283-305 in *Religion and Society,* pp.301-331; and

turned to the Later Roman Empire to trace the origins of the power based on religion which was such a marked feature of medieval and Post-Reformation Europe.

My increasingly frequent adoption of the term "Late Antiquity" coincided with a widening of my field of study. I became less concerned with issues of religious conflict, intolerance and the exercise of state power in the relations between organized churches, and more interested in wider themes, such as the overall religious mood of late antiquity – a mood often shared to an unexpected degree by pagans, Jews and Christians -- in a geographical area that reached far beyond the frontiers of the Roman Empire.

My study of the diffusion of Manichaeism marked the beginning of a swing to the East by which I turned from the study of Saint Augustine to an interest in the eastern Mediterranean and the Middle East. [11] This move to the East was one of the turning points of my scholarly career. It included my learning Hebrew, Syriac, and eventually, Coptic, Armenian, and Ethiopic. For me, "Late Antiquity" has always conjured up for me that opening of horizons on to a wider world that emerged when the vivid but narrow circle of the classical Mediterranean opened itself up to the rich hinterland of Africa and the Middle East, as happened after the year 200 AD.

4. **Regarding your research procedures, what are your starting points usually? I mean, do you look from the present to the past, or do you prefer to start with specific questions from the past and bring them to the present?**

PB: As I explained, my interest in the past has always been driven by an acute sense of its **difference** from the present. For this reason I have been careful to avoid projecting into the past concerns and agendas that belong to our present age. To do this would be to create a false familiarity with the past. I notice that, in my research. I have often concentrated on those aspects of the past that strike modern persons as peculiarly alien and, even, distasteful –holly men, relics, sexual renunciation. I consider that my work is successful when the reader comes to feel that it is **we** who are strange - that the world that we take for granted would have appeared to be quite as unusual to those whom we study as they now seem strange to us.

Augustine's Attitude to Religious Coercion, *Journal of Roman Studies* 54, 1964, p.107-116, in *Religion and Society…op. cit.*, pp.260-278.

[11] BROWN, Peter. The Diffusion of Manichaeism in the Roman Empire, *Journal of Roman Studies,* 59, 1969, p.92-10, in *Religion and Society in the Age of St. Augustine*, p.94-118.

This does not mean that I do not study issues which continue to affect us deeply -- intolerance, sexuality, wealth and poverty. But our first duty is to study them as the product of ages and societies that are different from our own. Only in this way can their study be of real help to us by throwing light on aspects of our own culture that might otherwise have escaped our notice. "Presentism" – the urge to study in the past only those issues which affect us in the immediate present – is the formula for suffocating that respect for strangeness – for the resolute otherness of the past -- which is, perhaps, the greatest gift of all that historians can bring to our own age.

5. Even though your written work has a specific methodological rigor, it is often noted that his language is quite accessible. Is it a concern for you to address for everyone?

PB: This issue concerns me greatly. I grew up in a small country, within an even smaller group –the Protestants. Yet within these narrow circles art and literature circulated vigorously. Leading Protestants contributed handsomely to the Gaelic Revival of the late nineteenth and early twentieth century – W.B. Yeats, John Millicent Synge and, later, Bernard Shaw. These authors all thought it to be their duty to speak to as wide a public as possible so as to create a healthy public culture for a new nation. I have always valued the remark of W.B. Yeats (writing in 1891):

To please the folk of few books is one's great aim. By being Irish I think one has a better chance of it – over here is so much to read and think about.[12]

I feel the same. Historians of late antique society and religion often have to study topics which require a great deal of methodological sophistication. Not to turn to those disciplines would be as absurd as to attempt to study the economic history of a modern nation without knowledge of economic theory. But then the historian has to translate these discoveries into the common language of educated persons. To do otherwise is to insult one's readers and to fail in one's duty as a historian. For there is an elitism implicit in the use of jargon that is inconsistent with an open, democratic society.

[12] FOSTER, Robert Fitzroy. *W.B. Yeats. A Life, I. The Apprentice Mage.* Oxford: Oxford University Press, 1997, p.110-111.

6. The study of Christianity is a guiding element in his work. It is possible to find recurring points in both Western and Eastern Christianity. Can the idiosyncrasies of religion for different cultures (West / East) be interpreted as two worlds that walk on opposite sides?

PB: Ever since the time of Mazzarino's *Stilicone,* the contrast between the eastern and the western regions of the Roman Empire has been a primary concern for historians. The different destinies of the two regions has led us to rephrase our narrative of the decline and fall of the Roman Empire. Instead of asking why did the Roman Empire decline and fall, we now ask why did the Roman Empire decline and fall **only in the West?**

The modern study of Late Antiquity began in the 1960s with a switch in the interests of ancient historians towards the study of the rich and diverse culture of the Greek world in the late antique period. I was fortunate to play apart in a general awakening of interest in the Eastern Empire among English scholars, all of whom I knew personally and whose books and articles appeared almost every year with some new insight on this strange new hybrid – a Greek Roman Empire of the East. [13] This English contingent was matched by the work of French Byzantinists on the rise of Constantinople, by Gilbert Dagron, [14] and by the study of poverty in Byzantium, by Évelyne Patlagean – a masterpiece worthy of Fernand Braudel's notion of an *histoire totale.*[15]

This "recovery of the East" as a thriving Christian society inevitably affects our judgments on the relations between the Latin and the Greek churches. American and European scholarship has tended to move from the study of the Latin Fathers to those of the Greek world. Its center of gravity no longer lies in the West, with the towering figure of Saint Augustine.

This is shown by the papers presented at the International Patristic Conference, which takes place in Oxford every four years. When I first attended this Conference in 1963, I was fortunate to be working on Augustine. He stood at the very center of the Patristic world. At the conference, the study of Augustine and of a few major Greek Fathers predominated. It was like a massive grove

[13] HOPKINS, Keith. Eunuchs and Politics in the Later Roman Empire, *Proceedings of the Cambridge Philological Society* 139, 1963, p.62-80 now in *Conquerors and Slaves.* Cambridge University Press, 1978, p.172-196; JONES, Arnold Hugh Martin. *The Later Roman Empire, 284-602: A Social, Economic and Administrative Survey.* Oxford: Blackwell, 1964; LIEBESCHUETZ, John Hugo Wolfgang Gideon. *Antioch: City and Imperial Administration in the Later Roman Empire.* Oxford: Oxford University Press, 1972; CAMERON, Alan. *Circus Factions.* Oxford: Oxford University Press, 1976; CAMERON, Averil. *Procopius and the Sixth Century.* Berkeley: University of California Press, 1985; MILLAR, Fergus. *A Greek Roman Empire*. Sather Classical Lectures 64 Berkeley: University of California Press, 2006.

[14] DAGRON, Gilbert. L'Empire romain d'Orient au IVe siècle et les traditions politiques de l'Hellénisme: Le témoignage de Thémistius, *Travaux et Mémoires* 3 (1968); p.1-242; *Naissance d'une capitale: Constantinople et ses institutions de 330 à 451.* Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

[15] PATLAGEAN, Evelyne. *Pauvreté économique et pauvreté sociale à Byzance, 4e – 7e siècles.* École des Hautes Études en sciences sociales: Civilisations et Sociétés 48. Paris/Le Haye: Mouton, 1977.

surrounded by a mere scattering of other trees. Now this is no longer so. If anything, Augustine is neglected, and texts from the Christian East (in Greek, Syriac and Coptic, along with many other eastern languages) fill the landscape as far as the eye can reach.

And these texts are now owned by everyone. No one church or variant of Christianity claims a monopoly of any authors. The comfortable, false familiarity of those who once claimed Augustine, Ambrose or Basil of Caesarea for themselves alone has largely disappeared among scholars. Jews and Christians, Catholics and Evangelicals, mainline Protestants and Mormons find nothing strange in sinking their minds into Christians of the Middle East, such as Ephrem the Syrian, Jacob of Sarugh or Philoxenos of Mabbug, as writers as much deserving of attention as the Greek and Latin Fathers whose works still dominated the conference in 1963.

It is in this way that the notion of "Late Antiquity" has played a role in the widening of the horizons of Christian scholarship to an extent undreamed of in the 1960ss. The division between the Latin and the Greek Church, which had once dominated traditional scholarship, has been replaced by a wider sense of Late Antique Christianity. Our attention is no longer riveted on the relations between Rome and Constantinople. Rather, Christianity is seen to stretch like a vast galaxy from Ireland to the borders of China. Cultural zones with fluid boundaries, often linked to distinctive language groups – Syriac, Armenian, Coptic, Ethiopic (and, in the West, Old Irish) form a chain of "micro-Christendoms", each significantly different from the other. [16]. This view of a world-wide Christianity has replaced the old emphasis on an ineluctable conflict between Greek East and Latin West. As the papers offered at the Patristic Conference show, this is all for the best. We owe much to those young scholars who are now prepared to commit themselves to learning oriental languages. They have opened a treasure house whose riches remain to be explored.

7. His first work on the biography of Saint Augustine - widely acclaimed by critics - still represents a prime reference today for any scholar who intends to establish a study on the Bishop of Hippo. To what do you attribute such topicality?

PB: Yet despite this swing to the East, Augustine remains, like a long familiar monument. It is his thought, and not those of the Greek Fathers, which still runs in the veins of Western Christians. And Augustine still remains to be discovered. One of the thrills of the 1980s and 1990s was the discovery of hitherto unknown letters and sermons of Augustine that threw a new light on many

[16] BROWN, Peter. *The Rise of Western Christendom. Triumph and Diversity A.D. 200-1000: Tenth Anniversary Revised Edition.* Oxford: Wiley-Blackwell, 2013, p.355-379.

aspects of his life as a bishop and preacher in Africa. One of the joys of writing an epilogue to my *Augustine of Hippo* (which I did in2000) was the opportunity to hail some of those discoveries. We now have twenty-nine further letters from Augustine's old age, that were discovered by Johannes Divjak and first published in 1981. A group of sermons, preached in the years when Augustine was writing the *Confessions* and beginning his career as a bishop, were discovered by François Dolbeau and published in 1996. [17]

And our image of Africa itself has changed since the 1960s. Our understanding of the circumstances of the Donatist schism (with which I began my study of Augustine in 1961), has been revolutionized by the book of my friend and colleague at Princeton, Brent Shaw.[18] We no longer see Augustine's Africa through his eyes alone. He has become a figure in a landscape that is larger than himself. And, somewhat to our surprise, we find that this does not in any way diminish him. His splendid idiosyncrasy and Independence of mind stands out all the more clearly because he can now be compared with so many of his contemporaries in East and West. This was certainly what I discovered when I approached his notions of sexuality in my book on The *Body and Society.* [19]

8. The figure of 'holy men' in Late Antiquity still derives from his work. How can we understand the role of this '*vir sanctus*' among the nascent Christian communities of the late Roman era and the early Byzantine period? Did they have the same role for different regions? Did they affect only Christianity?

PB: For me, my research on the "holy man" was a turning point in my discovery of the Christian East. It coincided with the beginning of a significant re-evaluation of the social conditions of the Eastern Empire in the fourth and fifth centuries. This was due in large part to what has been called the "archaeological revolution". This revolution has challenged many of the stereotypes on which conventional outline histories of the late Roman empire had been based. Archaeologists had begun to discover a landscape. It was up to me to try to find a place for the holy men of Syria as figures in this landscape.

[17] BROWN, Peter. *Augustine of Hippo: A Biography. New Edition with an Epilogue.* Berkeley: University of California Press, 2000, p.442-443 and p.462-473.

[18] SHAW, Brent. *Sacred Violence: African Christians and Sectarian Hatred in the Age of Augustine.* Cambridge University Press, 2011.

[19] BROWN, Peter. *The Body and Society: Men, Women, and Sexual Renunciation in Early Christianity.* New York: University of Columbia Press, 1988; reprinted as *The Body and Society: Twentieth Anniversary Edition.* New York: Columbia University Press, 2008, p.387-427.

It was a very different landscape from what had previously been assumed. Archaeological surveys of the countryside outside Antioch – the Limestone Massif, still known after its hero as the Djebel Semcan (Symeon's Mountain) -- where Symeon Stylites (396-459) had been active, challenged the notion that the countryside was occupied by a uniformly impoverished and oppressed peasantry. Far from it: this was not a society of broken-backed serfs. It was a new society of upwardly mobile and intensely competitive villagers.

Little could I have guessed that the splendid monograph of Georges Tchalenko, *Les villages antiques de la Syrie du Nord,* which appeared in 1953 and excited me so greatly,[20] was only the first trickle of a veritable dam-burst of excavations and regional surveys in Syria, Israel and Jordan. These have revealed an entirely unexpected agrarian boom. In the words of Michael Decker,

Rarely, if ever, in the history of the pre-industrial Mediterranean have levels of agrarian development, intensity of settlement, and a combination of security, ease of communication and monetarization coalesced than they do in the late antique East.[21]

Such impressive scholarly gains make the recent eruption of violence in the Middle East tragic, and the deliberate destruction of cultural memory by radical groups in parts of the region, doubly obscene – an entire world, only recently discovered, has been snatched from us by violence.

Looking back, I realize that my excitement at the discovery of an entire new world of peasant villages in Syria may have led me to place the holy man in too narrow a context. Holy figures, women as well as men, were abundant throughout the Christian world; and their sanctity was not always the same as those of the great pillar saints of Syria. Just as Christianity itself now appears as a diffuse galaxy, containing many versions of Christian life and practice, so Christian sanctity is a language of many distinct dialects. In a recent book, *Treasure in Heaven,* I have tried to do justice to this diversity in a comparative study of the holy men of Syria with the monks of Egypt. Each represented a distinct "dialect" of the holy summed up in different attitudes to society, to the human person, and to basic themes of human existence, such as work, poverty and wealth. [22]

[20] TCHALENKO, Georges.*Les villages antiques de la Syrie du Nord.*Paris: Institut français de Beyrouth, 1953.

[21] DECKER, Michael. *"Tilling the Hateful Earth." Agricultural Production and Trade in the Late Antique East.* Oxford University Press, 2009, p.250.

[22] BROWN, Peter. *Treasure in Heaven. The Holy Poor in Early Christianity.* Charlottesville, VA: University of Virginia Press, 2016, p.51-118.

9. In this year - 2021 - his book "The World of Late Antiquity" celebrates 50 years since its appearance (1971). You are considered to be the one who effectively projected the concept of *Late Antiquity* among historians, transforming a whole perspective of history and historiography studies. What is Late Antiquity?

PB: As you can imagine, I look back on the publication of *The World of Late Antiquity* as a happy moment. Its publication represented the realization of my wish to speak clearly and intelligibly to the general public on a newly-discovered theme. Thames and Hudson were a press better known for their publications in art history than for academic monographs. This enabled me to write a text in which visual evidence for what I was proposing was to hand on every page. It was the equivalent of a power-point lecture on the fate of the classical tradition over half a millennium.

Just because of these qualities, the book has been held to sum up an entire field of study – to bring it into existence, as it were, simply through its challenging title. But, of course, "Late Antiquity" was more than a title. *The World of Late Antiquity* summed up the discoveries of an entire field of scholarship, pursued at different rhythms in different places. And this field has continued to debate the meaning of Late Antiquity among themselves– how long was the period? How wide was the reach of this particular cultural mutation? Did I over-extend it, both geographically and chronologically by including Iran and the early Islamic world? [23]

I trust that, over the years, I have made plain my own reasons for preferring a wide definition of the field. Many of my reasons are practical and linked to a consideration of the educational systems of the Americas and of Europe. These systems impose boundaries and make distinctions that are often wittingly or unwittingly ideologically driven, and which should, therefore, be challenged. Should we be content always to speak of the end of the Roman Empire in the West as a catastrophe brought about by barbarians which interest us only as destroyers, as most of us are accustomed to do? Can we close our text-books at 410AD? In which case we effectively exclude the next five hundred years of the history of Europe.

Looking outside Europe, can we afford to limit knowledge of Islam only to experts in Departments of Near Eastern Studies? The progress of Syriac studies has shown that Islam itself was formed through constant debate with populations who had continued a culture deeply rooted in the late antique world – as has been shown by Jack Tannous in his recent book, *The Making of the*

[23] LIZZI TESTA, Rita (ed.). *Late Antiquity in Contemporary Debate*. Cambridge: Scholars Publishing, 2017.

Medieval Middle East[24]. Such a book could not have been written twenty years ago. This and many other studies have sailed on the wind of an expansive notion of late antiquity which has lowered long-established barriers between academic departments all over the learned world. To opt for what is now called "A Shorter Late Antiquity" which ended at around 630AD has much to commend itself to ancient historians. But it would close down on the opportunities opened up by a more generous definition of the period.

10. By denying the idea of 'crisis' or 'decadence' in the transition from Antiquity to the Middle Ages, you demonstrate the existence of a living and multiform world, where you can actually glimpse an intense process of "*transformations*" and "*continuities*", which can translate the true genesis of Europe. In what sense can we talk about continuities?

PB: One must remember that debates on continuity are nothing new. They were a regular feature in the study of Western Europe in the early part of the twentieth century. What the Germans called the *Kontinuitäts problem* was hotly contested, as it affected the balance between the Roman and the Germanic basis of the institutions of early medieval Europe. It mattered greatly to Frenchmen and to Germans as to whether institutions associated with feudal Europe – such as dependence on a lord --- had first appeared among the great landowners of Late Roman Gaul or whether they had been brought to France by triumphant war bands from across the Rhine.

In this sense, Henri Pirenne's *Mahomet et Charlemagne* already sketched out the idea of a long-lasting Late Antiquity in the West, that was brought to an end only by the Muslim invasions of the seventh century. [25] In many ways, the discovery of along late antiquity in the East has raised much the same problems of continuity and discontinuity as those raised, in earlier decades, by the critics of Pirenne.

[24] TANNOUS, Jack. *The Making of the Medieval Middle East: Religion, Society, and Simple Believers.* Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2018.

[25] PIRENNE, Henri.*Mohammed and Charlemagne*.(trans. B. Miall). London: George Allen and Unwin, 1939; see BROWN, Peter. *Mohammed and Charlemagne* by Henri Pirenne, *Daedalus* 103, 1974, p.25-33, now in *Society and the Holy in Late Antiquity*.Berkeley: University of California Press, 1982, p.66- 79. See now Bonnie Effros, The Enduring Attraction of the Pirenne Thesis, *Speculum* 92, 2017, p.184-208.

11. Historians, in general, tend to give excessive significance to chronological milestones, often projecting them as elements capable of translating historical moments and phenomena unfolded in certain geographical spaces. However, one of the biggest criticisms and, at the same time, difficulties that the concept of 'Late Antiquity' presents is precisely the problem of periodization. Is it possible to circumscribe it within a defined chronology? When does it 'start' and when does it 'end'?

PB: I think I have answered this sufficiently. For researchers, periodization is simply a convenient way of organizing a perception of a general concordance of traits that enable us to say that such and such a phenomenon is "late antique". It works best at the center of the period when these traits converge. The beginning and the end of the period are usually more open to debate. But for teachers and administrators beginnings and ends are expected to be sharp and clear. Hence the constant danger of the exclusion of large and fruitful periods of history through the inertia of the syllabi attached to major examinations and through the unwillingness of departments to reach beyond their own specialty. For this reason, "Late Antiquity", though a challenging phrase, will always have to be fought for, on the ground, in the corridors of schools, universities and learned institutes.

12. With the advent of the '*problem-history*' brought up by Annales historians - since the first generations - there was a very close approximation of History with other fields of knowledge. In this sense also the need to think of historical time as an element in *longue-durée*. The Late Antiquity is not indifferent to such processes. How do you evaluate the possible interdisciplinary approaches and the effects of the long duration for this area of study?

PB: My own experience of this matter is that I came to owe an immense amount to the work of Fernand Braudel. It was Braudel rather than Pirenne who moved the Mediterranean to the center of much of my work. It was also Braudel who made me aware of the relations between the Mediterranean and the non-Mediterranean not only in the Latin West but in the Middle East. I traveled twice to Iran (in 1974 and 1976) very much in the spirit of Braudel, not only to see the monuments of the Sasanian Empire, but to view the landscapes that imposed their own mute logic on the working of the Sasanian polity. In that wide land, the relations between mountain and plain, desert and oasis, Mediterranean and Iranian plateau, were reminders of a *longue durée* of Middle

Eastern history, compared with which the competing kingdoms of East Rome and Iran were as fragile as whirling dust.

13. In the sense of historical and historiographic approaches, is it possible to say that there was a Late Antiquity, namely, 'Roman' and another one for the 'Barbarians'?

PB: Everton I agree with your suggestion. One aspect of *The World of Late Antiquity* left me unsatisfied. My concentration on the Mediterranean and the Middle East led me to neglect the non-Mediterranean regions of the Latin West. My *Rise of Western Christendom* was, in many ways, an attempt to redress this imbalance. But I do not think that the story of early medieval Europe can be seen as an alternative, entirely separate Late Antiquity for the barbarians alone. Rather, the excitement of the period lies in the remarkable manner in which Romans and barbarians alike strove to create, after the Fall of Rome, what Hervé Inglebert has called *une antiquité tardive post-romaine*, aspects of which eventually reached as far north as my native Ireland.[26]

14. Interest in studies of late antiquity has increased considerably in Brazil. In a previous conversation, you had expressed your surprise about the way Brazilian historians have dealt with the concept. Professor Peter Brown, to close this interview, I would like you to leave a message to Brazilian historians, about the vitality and obstacles that this area still presents.

PB: I have frequently had occasion to be grateful to Brazilian scholars in the field of Late Antiquity – those who I have known, such as my friend Francisco Marshall of Porto Alegre; and those whose work in the late antique field has always impressed me greatly, most notably Carlos Machado and Júlio César Magalhães de Oliveira. I have always been struck by the unusual vigor of the classical tradition in Brazil; and by the constancy of its commitment, in a troubled world, to public values rooted in the study of the great experiments in government in Greece and Rome. This commitment to the values of the classical world as relevant to the present, precisely because they cannot be taken for granted, has always given a tone of seriousness to the work of Brazilian scholars.

As a student of religion in Late Antiquity, Brazil has always been a treasure house for me. I find myself constantly challenged and instructed by the sheer variety and creativity of the religious experience of Brazil in recent times. In the early 1960s, when working on the movement of protest

[26] INGLEBERT, Hervé. *Histoire de la civilisation romaine.* Paris: Presses Universitaires de France, 2005, p.483

associated with the Donatist Church in Augustine's Africa, I remember that I was greatly impressed by reading the recent English translation of *Os Sertões,* the masterpiece of Euclides da Cunha.[27] When I read it again, in 1996, in preparation for my only visit to Brazil, I realized that the gripping portrait of Antonio Conselheiro, the charismatic leader of the rebellion, had much in common with the profile of the holy man that I had studied in late antique Syria.

In the same way, I was greatly helped in my approach to the world of the New Testament and the Dead Sea Scrolls, when writing the early chapters of *The Body and Society,* by the work of Maria Isaura Pereira de Queiroz on comparable messianic movements in Brazil and elsewhere.[28] Studies of this kind have taught me that themes that are almost too well known to scholars of Europe and the Middle East regain a new freshness when seen from across the Atlantic and compared with the vibrant social and religious experience of Brazil.

This is not mere curiosity, an interest in the exotic. It seems to me that to study and compare the experiences of two very different worlds – modern Brasil and the World of Late Antiquity – is part of a more profound enterprise. That enterprise is the effort to grasp the strangeness of the past – to take the full measure of its **difference** from the present, so as to come to that sense of the unexpected, of the *inédito*, which lies at the heart of all true scholarship, just as it lies at the heart of all true respect for the human person. Let me end by citing a poem by Mario Quintana, which struck me when I visited his native city of Porto Alegre as the guest of Francisco Marshall in 1996:

Do Inédito

> E quando, morto de mesmice, tevier a nostalgia de climas e costumes exóticos, de jornais impressos em misteriosos caracteres, de curiosas beberagens, de roupas de estranho corte e colorido, lembra-te que para alguém nós somos os antípodas: um remoto, inacreditável povo do outro lado do mundo, quase do outro lado da vida – um agente de se ficar olhando, olhando, pasmado... Nós, os antípodas, somos assim.

Mario Quintana, *Sapato Florido* (Porto Alegre: UFRGS, 1994):25.

May the study of the world of Late Antiquity, in its superabundant energies and unusual diversity, continue to give us that sense of wonder and those moments of complete surprise, that go with any truly fruitful intellectual endeavor.

[27] CUNHA, Euclides da. *Rebellion in the Backlands.*Chicago University Press, 1957.

[28] PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura.*O messianismo no Brasil e no mundo.*São Paulo: Alfa-Omega, 1977.